

Fabíola Ribeiro Farias

**O leitor e a leitura revelados pela *Retratos da
leitura no Brasil*: uma análise à luz da teoria da
semicultura**

Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG

Escola de Ciência da Informação – ECI

2018

Fabíola Ribeiro Farias

O leitor e a leitura revelados pela *Retratos da leitura no Brasil*: uma análise à luz da teoria da semicultura

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Ciência da Informação.

Linha de pesquisa: Informação, Cultura e Sociedade

Orientador: Prof. Dr. Carlos Alberto Ávila Araújo

Belo Horizonte
Escola de Ciência da Informação

2018

Farias, Fabíola Ribeiro

F224 O leitor e a leitura revelados pela Retratos da leitura no
Brasil : uma análise à luz da teoria da semicultura
[manuscrito] / Fabíola Ribeiro Farias. - 2018.
136 f.

Orientador: Carlos Alberto Ávila Araújo

Tese (doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais,
Escola de Ciência da Informação.

1. Leitura – Teses 2. Bibliotecas Públicas – Brasil – Teses 2.
Políticas Públicas – Brasil – Teses I. Araújo, Carlos Alberto
Ávila II. Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de
Ciência da Informação. III. Título

CDD : 306



UFMG

Universidade Federal de Minas Gerais
Escola de Ciência da Informação
Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação

FOLHA DE APROVAÇÃO

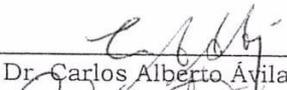
"O LEITOR E A LEITURA REVELADOS PELA RETRATOS DA LEITURA NO BRASIL:
UMA ANÁLISE À LUZ DA TEORIA DA SEMICULTURA"

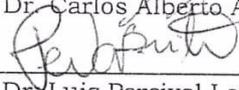
Fabiola Ribeiro Farias

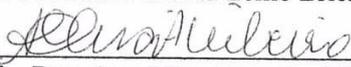
Tese submetida à Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais, como parte dos requisitos à obtenção do título de "**doutora em Ciência da Informação**", linha de pesquisa "**Informação, Cultura e Sociedade**".

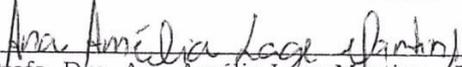
Tese aprovada em: 16 de fevereiro de 2018.

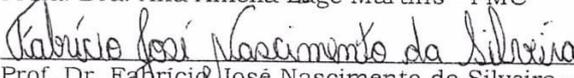
Por:

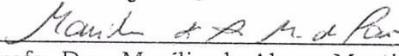

Prof. Dr. Carlos Alberto Ávila Araújo - ECI/UFMG (Orientador)


Prof. Dr. Luiz Percival Leme Britto - UFOPA

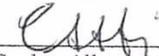

Profa. Dra. Ana Elisa Ferreira Ribeiro - CEFET


Profa. Dra. Ana Amélia Lage Martins - FMC

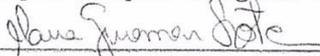

Prof. Dr. Fabrício José Nascimento da Silveira - ECI/UFMG


Profa. Dra. Marília de Abreu Martins de Paiva - ECI/UFMG

Versão final aprovada em 18/02/18


Prof. Carlos Alberto Ávila Araújo
Orientador

Aprovada pelo Colegiado do PPGCI


Profa. Maria Guiomar da Cunha Frota
Subcoordenadora



Universidade Federal de Minas Gerais
Escola de Ciência da Informação
Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação

ATA DA DEFESA DE TESE DE **FABÍOLA RIBEIRO FARIAS**, matrícula: 2013708410

Às 14:00 horas do dia 16 de fevereiro de 2018, reuniu-se na Escola de Ciência da Informação da UFMG a Comissão Examinadora aprovada *ad referendum* pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação em 29/01/2018, para julgar, em exame final, o trabalho intitulado **O leitor e a leitura revelados pela Retratos da leitura no Brasil: uma análise à luz da teoria da semicultura**, requisito final para obtenção do Grau de DOUTORA em CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, área de concentração: Produção, Organização e Utilização da Informação, Linha de Pesquisa: Informação, Cultura e Sociedade. Abrindo a sessão, o Presidente da Comissão, Prof. Dr. Carlos Alberto Ávila Araújo, após dar conhecimento aos presentes do teor das Normas Regulamentares do Trabalho Final, passou a palavra à candidata para apresentação de seu trabalho. Seguiu-se a arguição pelos examinadores com a respectiva defesa da candidata. Logo após, a Comissão se reuniu sem a presença da candidata e do público, para julgamento e expedição do resultado final. Foram atribuídas as seguintes indicações:

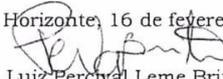
Prof. Dr. Carlos Alberto Ávila Araújo - Orientador	APROVADA
Prof. Dr. Luiz Percival Leme Britto	APROVADA
Profa. Dra. Ana Elisa Ferreira Ribeiro	APROVADA
Profa. Dra. Ana Amélia Lage Martins	APROVADA
Prof. Dr. Fabricio José Nascimento da Silveira	APROVADA
Profa. Dra. Marília de Abreu Martins de Paiva	APROVADA

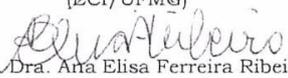
Pelas indicações, a candidata foi considerada APROVADA.

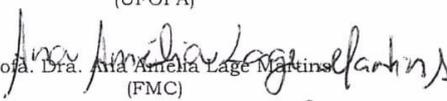
O resultado final foi comunicado publicamente à candidata pelo Presidente da Comissão. Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerrou a sessão, da qual foi lavrada a presente ATA que será assinada por todos os membros participantes da Comissão Examinadora.

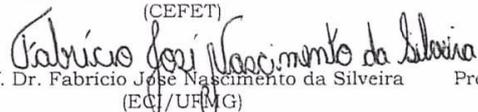
Belo Horizonte, 16 de fevereiro de 2018.


Prof. Dr. Carlos Alberto Ávila Araújo
(ECI/UFMG)


Prof. Dr. Luiz Percival Leme Britto
(UFOPA)


Profa. Dra. Ana Elisa Ferreira Ribeiro
(CEFET)


Profa. Dra. Ana Amélia Lage Martins
(FMC)


Prof. Dr. Fabricio José Nascimento da Silveira
(ECI/UFMG)


Profa. Dra. Marília de Abreu Martins de Paiva
(ECI/UFMG)

Obs: Este documento não terá validade sem a assinatura e carimbo da Coordenadora.


Profa. Maria Cezimar da Cunha Frota
Sub-Coordenadora do Programa de Pós-Graduação
em Ciência da Informação da UFMG

Para todas as mulheres que, como eu, trabalham, criam filhos e encontram coragem e sentido, nas horas de menos trabalho, para estudar. É a elas que dedico essa pesquisa.

AGRADECIMENTOS

Essa pesquisa é o resultado do enlaçamento de teoria e prática, reflexão e atuação, como exigência para uma experiência formativa. Como não poderia deixar de ser, os agradecimentos que faço perpassam essa condição. As questões que apresento foram estruturadas ao longo de minha formação acadêmica e atuação profissional e afinadas pelas leituras, pelas interlocuções com professores e amigas e, especialmente, pela militância no campo da Educação e da Cultura, marcada por muitos conflitos e sempre norteadas pela construção do direito de participação na cultura escrita para toda a população.

Sou amorosamente grata à minha família, aos meus filhos, Teresa e Tomás, amigos e colegas pelas presenças e ausências, sempre tão necessárias, na mesma medida; espero que os que se consideram nessa roda sintam-se lembrados e agradecidos. Mas há pessoas que contribuíram, pelo que são e me ofereceram em leituras, conversas, sugestões, provocações, posturas e escutas nos últimos anos, para minha formação, no sentido postulado por Adorno, me ajudando a compreender o mundo e as relações sociais e históricas que nos determinam e ao nosso tempo. É a elas que falo e agradeço primeiro:

- Sérgio Abritta, pela presença amorosa, interessada e participante em minhas reflexões, na desmedida que só o amor pode oferecer;
- Luiz Percival Leme Britto, a quem devo as primeiras leituras de Adorno, pelo diálogo exigente e generoso, colocando meu pensamento em marcha nos últimos anos;
- Ana Amélia Lage Martins, pelas muitas leituras e provocações, sempre marcadas por inteligência e generosidade;
- Cleide Fernandes, pela atuação profissional que me ajuda, há alguns anos, enlaçar e repensar questões aparentemente radicais, a quem devo também algumas doses homeopáticas de otimismo;
- às amigas e ao amigo que me convocam, cotidianamente, a reflexões diárias sobre justiça e luta por uma sociedade menos desigual: Dagmar Braga, Daniela Figueiredo, Érica Lima, Jéssica Tolentino, Letícia Gonçalves, Luiz Fernando Campos, Raquel Lopes e Samara Coutinho;

- às companheiras e aos companheiros de militância e luta pela participação da população na cultura escrita, destacando as divergências que nos movem, muitas vezes mais que as certezas comuns: Aline Cântia, Daniela Praça, José Castilho Marques Neto, Marília Paiva, Nilma Lacerda, Rafael Mussolini e Rosália Diogo;

- aos amigos e colegas da Fundação Municipal de Cultura de Belo Horizonte, com quem divido ideias, reflexões, alegrias, frustrações e muito trabalho nas bibliotecas, todos os dias;

- à Fundação Municipal de Cultura, que, mesmo com muitas amarras, nos permite o exercício de construção de políticas públicas para a participação na cultura escrita sustentadas por um projeto de justiça que tem no horizonte o desenvolvimento humano.

Por fim, agradeço ao Prof. Dr. Carlos Alberto Ávila Araújo por me ajudar a concluir o doutoramento na Escola de Ciência da Informação da UFMG.

Excesso

Foi descoberta uma nova estrela,
o que não significa que ficou mais claro
nem que chegou algo que faltava.

A estrela é grande e longínqua,
tão longínqua que é pequena,
menor até que outras
muito menores que ela.
A estranheza não teria aqui nada de estranho
se ao menos tivéssemos tempo para ela.

A idade da estrela, a massa da estrela, a posição da estrela,
tudo isso quiçá seja suficiente
para uma tese de doutorado
e uma modesta taça de vinho
nos círculos aproximados do céu:
o astrônomo, sua mulher, os parentes e os colegas,
ambiente informal, traje casual,
predominam na conversa os temas locais
e mastiga-se amendoim.

A estrela é extraordinária,
mas isso ainda não é razão
para não beber à saúde das nossas senhoras
incomparavelmente mais próximas.

A estrela não tem consequência.
Não influi no clima, na moda, no resultado do jogo,
na mudança de governo, na renda e na crise de valores.

Não tem efeito na propaganda nem na indústria pesada.
Não tem reflexo no verniz da mesa de conferência.
Excedente em face dos dias contados da vida.

Pois o que há para perguntar,
sob quantas estrelas um homem nasce,
e sob quantas logo em seguida morre.

Nova.

- Ao menos me mostre onde ela está.
- Entre o contorno daquela nuvenzinha parda esgarçada
e aquele galhinho de acácia mais à esquerda.
- Ah – exclamo.

Wisława Szymborska

RESUMO

Esta pesquisa identifica e analisa as concepções de leitor e leitura presentes nas quatro edições da *Retratos da leitura no Brasil* (2000, 2007, 2011 e 2015), à luz da teoria da semicultura e do conceito de formação, de Theodor Adorno. Para isso, expõe os estudos de Adorno e Horkheimer sobre a indústria cultural, que tem como um de seus produtos a semicultura; em aproximação com o conceito de formação adorniano, apresenta a concepção de trama leitora, de Constantino Bértolo; apresenta a *Retratos da leitura no Brasil* em sua metodologia, indicadores e análises de especialistas sobre seus dados, inserindo-a no contexto do mundo administrado e da ideologia da competência, conforme teoria de Marilena Chauí. Conclui que as concepções de leitor e leitura, explícitas e implícitas, presentes nas quatro edições da *Retratos da leitura no Brasil* analisadas, contribuem para sua legitimação em perspectivas utilitária e estatística, que atendem aos interesses de competitividade do capital, que busca por mão de obra qualificada e mercado consumidor, e do mercado editorial, que encontra elementos para nortear sua produção.

Palavras-chave: *Retratos da leitura no Brasil*. Leitor. Leitura. Semicultura. Formação. Indústria cultural. Políticas públicas. Bibliotecas.

ABSTRACT

This research identifies and analyzes the conceptions of reader and reading present in the four editions of *Retratos da leitura no Brasil* (2000, 2007, 2011 e 2015), in light of Theodor Adorno's theory of semiculture and concept of formation. For this, it exposes the studies of Adorno and Horkheimer on the culture industry, which has as one of its products the semiculture. In close proximity to the Adornian concept of formation, it presents Constantino Bértolo's conception of reading framework. It also presents *Retratos da leitura no Brasil* (2000, 2007, 2011 e 2015) in its methodology, indicators and expert's analysis on its data, inserting it in the context of the administered world and the ideology of competence, according to Marilena Chauí's theory. It concludes that the explicit and implicit conceptions of reader and reading present in the four editions of *Retratos da leitura no Brasil* contribute to legitimate it in utilitarian and statistical perspectives, which meet the interests of capital in competitiveness, qualified labor force and consumer market, and the interests of the publishing market, which finds in it elements to guide its production.

Key-words: *Retratos da leitura no Brasil*. Reader. Reading. Semiculture. Formation. Culture industry. Public policies. Libraries.

RESUMEN

Esta investigación identifica y analiza las concepciones de lector y lectura presentes en las cuatro ediciones de la *Retratos da Leitura no Brasil* (2000, 2007, 2011 y 2015), a la luz de la Teoría de la Pseudocultura y del concepto de formación, de Theodor Adorno. Para ello, expone los estudios de Adorno y Horkheimer sobre la industria cultural, que tiene como uno de sus productos la pseudocultura; en aproximación con el concepto de formación de Adorno, presenta la concepción de trama lectora, de Constantino Bértolo; presenta la *Retratos da Leitura no Brasil* en su metodología, indicadores y análisis de especialistas sobre sus datos, insertándola en el contexto del mundo administrado y de la ideología de la competencia, de acuerdo con la teoría de Marilena Chauí. Concluye que las concepciones de lector y lectura, explícitas e implícitas, presentes en las cuatro ediciones analizadas de la *Retratos da Leitura no Brasil*, contribuyen a legitimarlas en perspectivas utilitarias y estadística, que atienden a los intereses de competitividad del capital, que busca por mano de obra calificada y mercado consumidor, y del mercado editorial, que encuentra elementos para orientar su producción.

Palabras-clave: *Retratos da Leitura no Brasi*. Lector. Lectura. Pseudocultura. Formación. Industria cultural. Políticas públicas. Bibliotecas.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
2	THEODOR ADORNO E O ESCLARECIMENTO NO CAPITALISMO TARDIO: BASES PARA A TEORIA DA SEMICULTURA	21
2.1	O conceito de esclarecimento	21
2.2	A teoria da semicultura ou semiformação	25
2.3	A atualidade da teoria da semicultura e as contribuições da Teoria Crítica da Sociedade para a formação	34
3	LEITURA E FORMAÇÃO	38
3.1	A trama leitora de Bértolo e a formação de Adorno	42
4	A IDEOLOGIA DA COMPETÊNCIA, DA ORGANIZAÇÃO E DA RACIONALIDADE	45
4.1	O sujeito bem informado e as pesquisas de opinião	49
5	PERCURSO METODOLÓGICO	56
6	A PESQUISA <i>RETRATOS DA LEITURA NO BRASIL</i>	63
7	O LEITOR E A LEITURA DA <i>RETRATOS REVELADOS POR UMA ANÁLISE CRÍTICA</i>	84
7.1	O leitor explicitado e revelado	84
7.2	O leitor e a leitura revelados pela concepção de biblioteca	104
7.3	As implicações do leitor e da leitura da <i>Retratos da leitura no Brasil</i> na formulação de políticas públicas	115
8	CONSIDERAÇÕES FINAIS, CERTEZAS PROVISÓRIAS, INDAGAÇÕES EM MARCHA	128
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	132

1 INTRODUÇÃO

Em um dos capítulos finais de *Infância*, Graciliano Ramos narra o episódio em que o pai o inicia na leitura dos livros. Após o café, o homem, que nunca se dirigia a ele, mandou que buscasse um livro que estava na cabeceira da cama. Espantada, a criança, que aos nove anos não sabia ler direito e invejava a vida organizada dos vizinhos, que “andavam limpos, riam alto, frequentavam escola decente e possuíam máquinas que rodavam na calçada como trens” (RAMOS, 1986, p. 199), recebeu a ordem para que se sentasse e abrisse o volume. Por determinação do pai, leu aos tropeços, mastigando as palavras, interessado na família e nos lobos da história lida e, mais ainda, na atenção paterna a ele dispensada. Na terceira noite, o pai, com um gesto carrancudo e sem explicação, afastou-o com rispidez e interrompeu as sessões de leitura. Decepcionado, mas com a mágoa já confortada, o menino procura ajuda com a prima Emília, que sugere que leia o livro sozinho. Mas, em conformidade com a opinião de sua mãe, que o considerava uma besta, o menino não se sente capaz da tarefa.

Emília combateu a minha convicção, falou-me dos astrônomos, indivíduos que liam no céu, percebiam tudo quanto há no céu. Não no céu onde moram Deus Nosso Senhor e a Virgem Maria. Esse ninguém tinha visto. Mas o outro, o que fica por baixo, o do Sol, da Lua e das estrelas, os astrônomos conheciam perfeitamente. Ora, se eles enxergavam coisas tão distantes, porque [sic] não conseguiria eu adivinhar a página aberta diante dos meus olhos? Não distinguia as letras? Não sabia reuni-las e formar palavras? (RAMOS, 1986, p. 203)

Graciliano Ramos é um escritor que relata uma experiência. Pela palavra, a escrita e a lida, recria e reinventa a experiência da leitura, o afeto do pai e a descoberta de um mundo imenso. E, talvez sem saber, nos oferece uma metáfora para pensar e significar o ato de ler.

Ao comparar a leitura ao gesto de observação do céu, não o das coisas sagradas, mas o do sol, da lua e das estrelas, o narrador atribui ao termo o sentido de interpretação. Ao mesmo tempo em que dá à leitura, mesmo quando se distinguem as letras, quando se reúnem e formam palavras, uma conotação de mistério, de coisas que precisam ser adivinhadas, aponta também para o movimento do menino em direção ao conhecimento, ao que pode ser descoberto, compreendido e construído em um livro, isto é, pela escrita. Distinta da perspectiva de encontrar nos livros apenas histórias e a reafirmação da vida que conhece, o

narrador de *Infância* encontra na leitura a possibilidade de conhecer e ressignificar o mundo, que se revela maior que a pequena cidade nordestina onde vive.

As memórias do menino de Graciliano Ramos ilustram a compreensão da leitura como instrumento de acesso a histórias, como a de famílias e lobos que despertam seu interesse, mas também como instrumento para a compreensão do mundo a partir das letras, em sua descoberta, junção e significação.

Esta pesquisa surge dessa indagação – que leitura, que leitor? - e, de certa maneira, dá continuidade à desenvolvida na dissertação de mestrado intitulada *A leitura e a biblioteca pública compreendidas pelo Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas: uma análise crítica* (FARIAS, 2013). Naquela primeira incursão, inquietavam-me as concepções de leitura, ou a falta delas, que sustentavam projetos e programas públicos de formação de leitores, especialmente os vinculados e destinados às bibliotecas públicas, instituição objeto de minha atuação profissional desde 2007.

Trabalhando, de 2007 a 2010, na Superintendência de Bibliotecas Públicas de Minas Gerais, instituição vinculada à Secretaria de Estado de Cultura responsável por assessorar, orientar e estimular a criação de bibliotecas públicas municipais no Estado, observava a atuação das bibliotecas de municípios de pequeno, médio e grande porte, de regiões distintas, e tentava compreender o que se entendia por leitura e que leitor estava no horizonte dos serviços oferecidos e das atividades propostas a título de incentivo à leitura.

A aparente indefinição conceitual (talvez o termo mais adequado seja implicitude, pois apesar de não estar posto, há um entendimento denotado pelas proposições) não significa a inexistência de atividades nas bibliotecas; muito pelo contrário: é por meio delas que esse problema foi constatado de maneira mais aguda. As programações costumam ser extensas e, em alguns casos, mobilizam satisfatoriamente a comunidade, especialmente o público infantil e juvenil. No entanto, a natureza e a diversidade das atividades, raramente vinculadas e sustentadas por livros ou outros suportes de leitura, apontam para uma ampliação da atuação das bibliotecas públicas, envolvendo várias linguagens artísticas, em detrimento do estímulo à participação na cultura escrita. Essas ações movimentam as bibliotecas, geram bons números de público, alimentam as estatísticas governamentais e dão visibilidade à instituição, especialmente em cidades de pequeno e médio porte, onde a oferta de atividades culturais costuma ser escassa. É possível o entendimento de que, por sua possibilidade de ampliação do

repertório cultural das pessoas atendidas, as atividades contribuam para despertar o interesse pela leitura, mas cumpre ressaltar que não é essa a compreensão que se revela nas proposições, onde as atividades (apresentações teatrais, corais, oficinas de trabalhos manuais, campeonatos de xadrez, dentre outras), independentemente de sua ligação com livros e textos escritos, estão postas, elas mesmas, como uma realização de leitura.

A análise documental das publicações do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas¹, instituição vinculada ao Ministério da Cultura, responsável por conduzir a política pública para bibliotecas públicas municipais no país, revelou a ausência de conceituação explícita em torno da leitura e contradições acerca do papel da biblioteca pública, explicando, em grande medida, a atuação das bibliotecas públicas municipais em Minas Gerais.

Tanto em viagens pelo país quanto na coordenação da rede de bibliotecas públicas municipais de Belo Horizonte, cargo que ocupo desde 2010, observei o mesmo comportamento nas atividades propostas pelas bibliotecas públicas: muitas ações culturais e de entretenimento dos usuários, com pouco ou nenhum vínculo com o livro ou a leitura, especificamente.

Se, na ação bibliotecária no Estado de Minas Gerais, que, de maneira geral, parece refletir o trabalho desenvolvido no País, e nas recomendações do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas, analisadas na referida dissertação de mestrado, as concepções de leitura só podem ser apreendidas a partir de proposições e discursos vagos, uma vez que não são apresentadas formalmente e essa lacuna sequer parece ser notada, o mesmo não acontece, pelo menos *a priori*, com a pesquisa *Retratos da leitura no Brasil*, que deixa claro o que compreende por leitor e, como desdobramento, por leitura: leitor é aquele que leu, inteiro ou em partes, pelo menos um livro nos últimos três meses; e não-leitor é aquele que não leu nenhum livro nos últimos três meses, mesmo que tenha lido nos últimos doze meses. Tanto ou até mais que a indefinição conceitual e seu desconhecimento, a definição da *Retratos da leitura no Brasil* também se me apresentou como um incômodo – era só isso um leitor e o que dele se esperava?

¹ FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. **Biblioteca pública**: princípios e diretrizes. Rio de Janeiro: FBN, 2000; FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. **Um olhar diferenciado sobre a Biblioteca Pública**: impactos da gestão inovadora – manual do dinamizador. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional / SNBP, 2009; FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. **Um olhar diferenciado sobre a Biblioteca Pública**: impactos da gestão inovadora – manual do participante. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional / SNBP, 2009.

A pesquisa *Retratos da leitura no Brasil*, idealizada e realizada por instituições ligadas ao mercado editorial desde 2000, tornou-se um instrumento de medição e de avaliação das práticas leitoras no país, com grande visibilidade, e vem adquirindo *status* de discurso oficial sobre o assunto, especialmente entre os profissionais que trabalham com formação de leitores (professores, bibliotecários, agentes públicos e comunitários). Vale lembrar a afirmação do então presidente da Fundação Biblioteca Nacional, Galeno Amorim, que à época tinha sob sua coordenação o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas, sobre a importância e o uso da *Retratos da leitura no Brasil*:

É aí que surge com força e nitidez a função mais nobre de um estudo como Retratos da Leitura no Brasil: seu papel de provocar novas reflexões, críticas e propostas, para que possa influir nos planejamentos e rumos das políticas públicas. Ao mesmo tempo em que gera teses e estudos qualitativos, a pesquisa também vem sendo amplamente utilizada como instrumento para o poder público qualificar suas ações e para pautar nossos dirigentes – sejam eles ministros, governadores, secretários, líderes de associações, coordenadores e demais agentes. É justamente assim que deve ser. (AMORIM, 2012, p. 157)

A recomendação de que “é justamente assim que deve ser” em tese orienta, oficialmente, todas as bibliotecas públicas municipais do país, uma vez que cabe ao Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas sua orientação e assessoramento.

O entendimento do que é leitor e do que é leitura sustenta o conteúdo e a metodologia da *Retratos da leitura no Brasil*, e conduz, explícita ou implicitamente, a formulação e a forma como o estudo se realiza.

Por compreender a leitura como condição central no processo educativo formal, postulado por Duarte (2012) como meio que “alcança sua finalidade quando cada indivíduo singular se apropria da humanidade produzida histórica e coletivamente, quando o indivíduo se apropria dos elementos culturais necessários à sua formação como ser humano, necessária à sua humanização” (DUARTE, 2012, p. 50), e como única maneira de acesso autônomo ao conhecimento e às narrativas produzidas e registradas pela cultura escrita ao longo do tempo e do espaço, reconheço-me como parte do grupo de pessoas que consideram a escrita e a leitura como práticas de poder. Não me refiro ao poder econômico-financeiro direto, hoje no centro e mobilizador de quase tudo, mas às condições para que os indivíduos se compreendam, histórica e coletivamente, num mundo grande e velho, que, para a manutenção dos privilégios de uns poucos, insiste em fazer parecer naturais as relações desiguais construídas socialmente.

Dentre os elementos culturais referidos por Duarte (2012) inserem-se, por exemplo, os textos clássicos, cujo acesso é considerado por Saviani (2012) como condição necessária à formação humana:

clássico é aquilo que resistiu ao tempo, tendo uma validade que extrapola o momento em que foi formulado. Define-se, pois, pelas noções de permanência e referência. Uma vez que, mesmo nascendo em determinadas conjunturas históricas, capta questões nucleares que dizem respeito à própria identidade do homem como um ser que se desenvolve historicamente, o clássico permanece como referência para as gerações seguintes que se empenham em apropriar-se das objetivações humanas produzidas ao longo do tempo. (SAVIANI e DUARTE, 2012, p. 31)

Tendo isso em vista, entendo que a leitura que contempla os aspectos culturais citados por Duarte (2012), seja de textos literários, filosóficos, históricos, entre outros, constitui-se instrumento privilegiado no processo de conhecimento individual e coletivo da história e das relações por ela determinadas objetiva e subjetivamente. Em resumo, a leitura pode ser um meio de formação, desde que compreendida como prática que exige condições materiais e culturais para sua aprendizagem e realização.

Tomo como formação o processo contínuo de compreensão do mundo, das relações sociais e históricas, realizado criticamente e despido de suas aparências e condições legitimadas pelo senso-comum e pelos interesses capitalistas de dominação, especialmente por meio da indústria cultural, como a compreende Adorno (1995).

Enquanto a semicultura, conceito adorniano que será apresentado mais adiante, “pretende deseducar os indivíduos no sentido de evitar que eles percebam – e usufruam – algo autonomamente” (DUARTE, 2003, p. 98), a formação corresponde à cultura apropriada subjetivamente, como o “pensar problematicamente conceitos como estes que são assumidos meramente em sua positividade, possibilitando adquirir um juízo independente e autônomo a seu respeito” (ADORNO, 1995, p. 80).

Sem superestimar a cultura e até mesmo ressaltando sua fragilidade, uma vez que toda a elevada formação cultural da sociedade alemã não impediu sua adesão acrítica aos horrores do Holocausto, Adorno credita à formação cultural, no sentido brevemente explicitado acima, as condições necessárias para a constante indagação do mundo e das ideias, num processo ininterrupto contra a reificação do pensamento.

Esta pesquisa tem como objetivo a identificação e a análise dos conceitos de leitor e leitura que emergem das quatro edições da *Retratos da leitura no Brasil*, bem como suas implicações no debate político e pedagógico no campo, tendo como norteadores os conceitos de formação e semicultura de Theodor W. Adorno. Não interessam, no âmbito desse estudo, as respostas dos entrevistados e a consolidação dos resultados da *Retratos da leitura no Brasil*, dados exaustivamente examinados por especialistas da área, tanto em suas publicações impressas quanto nos veículos de comunicação na ocasião de divulgação de cada uma das edições. Embora estes dados sejam brevemente mencionados no texto para adequada apresentação, o foco está em apreender, por meio de sua identificação e análise, o entendimento de leitor e leitura que figura nas perguntas, na metodologia e nas análises da *Retratos da leitura no Brasil*, buscando problematizar suas implicações para o debate da formação do leitor e da participação na cultura escrita no país.

Para isso, apresento os estudos de Adorno e Horkheimer sobre a indústria cultural e a semicultura como produto imediato neste contexto. Como oposto extremo da semicultura, tomo o conceito de formação adorniano como horizonte para o leitor e é nessa perspectiva que apresento e discuto concepções de leitor e leitura, isto é, à luz do conceito de formação de Theodor W. Adorno. Introduzindo o contexto de criação da pesquisa *Retratos da leitura no Brasil*, bem como a apresentação de suas instituições realizadoras, abordo, por meio da discussão da ideologia da competência, de Marilena Chauí, as tendências, cada vez mais consolidadas e legitimadas por instituições públicas e privadas, na perspectiva do tempo produtivo e da otimização de recursos humanos e financeiros, de parametrização do mundo, com números, pesquisas, indicadores e avaliações competentes orientando as decisões sobre a vida das pessoas, tanto na esfera íntima quanto nas políticas públicas. A apresentação da *Retratos da leitura no Brasil* é feita a partir de sua estrutura – perguntas, metodologia, análises de especialistas presentes nas publicações – e do contexto de realização de cada uma das edições. Cumprido esse percurso, tenho em mãos os elementos necessários para compreender as concepções de leitor e leitura que emergem das quatro edições da *Retratos da leitura no Brasil* e analisar suas implicações para o debate no campo, à luz dos conceitos de formação e semicultura de Adorno.

Não há, neste trabalho, intenção de provar positiva e estatisticamente nada, pois, como afirma Adorno, “o fato de não podermos demonstrar com precisão como essas coisas funcionam naturalmente não significa uma contraprova desse efeito, mas apenas que ele

funciona de modo imperceptível, muito mais sutil e refinado, sendo por isto provavelmente muito mais danoso” (ADORNO, 1995, p. 88). Sua realização é guiada pela necessidade de suscitar questões importantes no atual contexto brasileiro, no que tange à formação de leitores e à participação na cultura escrita, tanto no ambiente acadêmico quanto na execução de programas, projetos e elaboração de documentos públicos com diretrizes e orientações sobre o tema. Lançando mão do que Bruno Latour atribui aos antropólogos ingleses, dediquei-me a “aprender a transformar o que habitualmente serve de explicação naquilo que, ao contrário, deve ser explicado” (LATOURE, 2016, p. 17). De minha inquietação acadêmica e profissional, fez-se a exigência de compreender, numa perspectiva crítica, a pesquisa que pretende explicar as práticas de leitura no Brasil.

2 THEODOR ADORNO E O ESCLARECIMENTO NO CAPITALISMO TARDIO: BASES PARA A TEORIA DA SEMICULTURA

Em *Educação após Auschwitz*, Adorno afirma que “a exigência que Auschwitz não se repita é a primeira de todas para a educação. De tal modo ela precede quaisquer outras que creio não ser possível nem necessário justificá-la” (ADORNO, 1995, p. 119). Com essa afirmação, Adorno convoca a educação e os educadores a impedir a repetição da barbárie, tomando o Holocausto como caso concreto e como metáfora para o que pode o ser humano que teve sua humanidade, no sentido mais primevo que essa palavra pode ter, subtraída.

Apontando o cerne da *Dialética do esclarecimento* e buscando explicações para tal, Adorno mostra a contradição aguda de uma sociedade com escolaridade alta e, presumivelmente, com acesso à informação, como era a Alemanha nazista, ter se isentado diante do genocídio a que assistiu imóvel e calada. E afirma: “a barbárie continuará existindo enquanto persistirem no que têm de fundamental as condições que geram esta regressão” (ADORNO, 1995, p. 119). Este é o desafio posto por Adorno para a educação: reconhecer e desconstruir, por meio de formação de consciência, as condições subjetivas e objetivas que permitem a barbárie, seja o assassinato em massa de judeus ou turcos, seja a exclusão social e econômica desumana que deixa à margem das condições mínimas de sobrevivência milhões de pessoas em pelo século XXI, com tanta riqueza sendo produzida no mundo. Rejeitando a facilidade de buscar nas vítimas as explicações e justificativas para a violência e a brutalidade, físicas e simbólicas, ou desconsiderando as determinações materiais, é preciso ter clareza, como ressalta Adorno, que o retorno do fascismo ou, acrescento, a persistência da barbárie atual, em que a produção de riqueza e os avanços da ciência não reduziram de maneira significativa as desigualdades sociais, “constitui em seu aspecto mais decisivo uma questão social” (ADORNO, 1995, p. 123).

2.1 O conceito de esclarecimento

Desde sempre, o homem tem necessidade de explicar o mundo e, para sobreviver, de enfrentar seu temor à natureza. No início de sua existência, essa explicação e o enfrentamento

dos fenômenos naturais (chuvas, ventos, calor, animais ferozes etc.), que implicava seu domínio, eram feitos, em grande medida, por meio dos mitos, com demônios, deuses, feitiços e eventos sobrenaturais impondo organização e explicação para a vida. Essas tentativas, que por muito tempo regularam a vida social e em certos casos ainda o fazem, já demonstravam algum tipo de racionalidade, sendo a necessidade de explicar e de compreender uma tentativa de organização do mundo.

Como os mitos, a racionalidade teria essa origem comum: o domínio da natureza para a sobrevivência humana e sua explicação. De acordo com Duarte (2003),

Sob esse aspecto da conaturalidade do mito e do esclarecimento, Horkheimer e Adorno procuram explicar como as primeiras ações humanas, no sentido de se orientar em seu ambiente natural, já continham certo elemento de racionalidade dominadora do real, ainda que revestida de forma aparentemente irracional do mito. Para eles, há uma certa “continuidade” entre a forma anterior, mítica, de intervenção na natureza (através, por exemplo, da feitiçaria), e a moderna, apoiada em uma racionalidade que se acredita inesgotável e infinita. (DUARTE, 2003, p. 43)

Em seu objetivo de desencantamento do mundo, o esclarecimento abandona a plurivocidade do mito e suas muitas explicações da natureza em busca da autoconservação e admite como verdade única a proposição científica, a qual, para a Adorno e Horkheimer, “é apresentada como uma forma de reificação da consciência, já que é uma restrição a formas alternativas de cognição imposta pela necessidade de sobrevivência física, de autoconservação” (DUARTE, 2003, p. 44).

Dito de outra maneira, ao tentar livrar os homens das credices e das forças ameaçadoras da natureza, o esclarecimento, considerado totalitário por Adorno e Horkheimer (1985), tornou-se mais um instrumento de dominação e de opressão, na medida em que restringiu as possibilidades de explicação e de compreensão da natureza e do mundo, deixando a cargo dos oficialmente esclarecidos o estabelecimento de verdades, e não contribuiu para o desenvolvimento humano. Ao contrário, reforçou e legitimou a dominação e a exploração da natureza pelo homem e deste por ele mesmo.

O mito converte-se em esclarecimento, e a natureza em mera objetividade. O preço que os homens pagam pelo aumento de seu poder é a alienação daquilo sobre o que exercem o poder. O esclarecimento comporta-se com as coisas como o ditador se comporta com os homens. Este conhece-os na medida em que pode manipulá-los. O homem de ciência conhece as coisas na medida em que pode fazê-las. É assim que o seu *em-si torna para ele*.

Nessa metamorfose, a essência das coisas revela-se como sempre a mesma, como substrato de dominação. (ADORNO, HORKHEIMER, 1985, p. 21)

Dessa maneira, o esclarecimento se torna técnica, constituindo-se como as melhores e mais produtivas formas de realização do esclarecimento, tendo no horizonte a dominação e a exploração da natureza e dos homens por um grupo pequeno, sem se deter na redução do sofrimento e no desenvolvimento humano.

Em outras palavras, tal conhecimento, oriundo do medo ancestral do homem diante das ameaçadoras forças naturais, se corporificou no conceito moderno de “técnica”, que não tem como objetivo a felicidade do gênero humano, mas apenas uma precisão metodológica que potencialize o domínio sobre a natureza. (DUARTE, 2002, p. 27)

Assim, o homem transfere para a ciência, para o ambiente esclarecido e seguro da técnica, a legitimidade do pensamento, abdicando de sua autonomia para compreender o mundo e alienando-se na relação com os outros homens e com a natureza.

Adorno e Horkheimer (1985) apontam na linguagem o reflexo do reconhecimento social da ciência como o lugar único e objetivo do pensamento. No campo científico, as palavras perderam sua plurivalência sonora e imagética, restringindo-se ao seu uso textual, o mais isento possível de qualquer traço de significação ampla, isto é, reduzindo-se ao signo, deixando para as artes, também elas fragmentadas, os sentidos e os usos mais amplos e livres da linguagem.

É enquanto signo que a palavra chega à ciência. Enquanto som, enquanto imagem, enquanto palavra propriamente dita, ela se vê dividida entre as diferentes artes, sem jamais deixar-se reconstituir através de sua adição, através da sinestesia ou da arte total. Enquanto signo, a linguagem deve resignar-se ao cálculo. (ADORNO, HORKHEIMER, 1985, p. 27)

Em sua tentativa de organização e sistematização do mundo, a ciência adquire importância e valorização social cada vez maior, especialmente por causa dos benefícios e soluções imediatas que oferece. Na linguagem, isso se traduz em objetividade, com o fechamento completo da linguagem no signo, em nome da cientificidade, isto é, do sentido que pode ser demonstrado e verificado.

A arte, onde a linguagem se liberta da objetividade e extrapola o signo, por sua vez, fica relegada a segundo plano, uma vez que não contribui para a produtividade, não se rende à técnica e não tem aplicação prática na vida dos homens. Restrita à minoria, com

sobrevivência material garantida, é negada à maioria, tomada pelo trabalho e ocupando todo o seu tempo para sobreviver. Dito de outra maneira, a arte, que para Adorno e Horkheimer (1985) é uma forma de indagação do homem e da natureza e das relações entre um e outra, é destinada aos poucos que têm sua sobrevivência material assegurada pela exploração do trabalho de muitos.

Essa condição é ilustrada pelos autores com a passagem da Odisseia, de Homero, em que o herói Ulisses cria condições seguras para ouvir o canto das sereias, fatal para todos os homens, que não resistem à beleza e se jogam ao mar na esperança de encontrá-las. Para ouvir o canto das sereias e usufruir da beleza em segurança, Ulisses se amarra ao mastro do navio, ficando impedido de se atirar ao mar. Ao mesmo tempo, tampa com cera os ouvidos dos marinheiros, que continuam remando e garantindo ao senhor, alheios ao canto, a escuta do belo.

Ao tampar os ouvidos dos marinheiros com cera para que continuem remando e garantindo o privilégio do senhor de ouvir o canto das sereias em segurança, Ulisses impede que os trabalhadores conheçam o belo. A privação do belo para a maioria aponta para o perigo que este oferece, ao submeter a primazia que a sobrevivência material deve ter em detrimento da fruição estética e, por meio dela, da indagação da vida.

De acordo com Adorno e Horkheimer, essa situação é uma alegoria da situação da arte e da cultura no que eles chamam de “mundo administrado”, pois elas tornam-se um artigo de luxo para o consumo de uma pequena minoria, que, no entanto, se encontra de mãos e pé amarrados, e totalmente inacessíveis à imensa maioria, a quem cabe tocar o barco com os ouvidos tampados, sem qualquer perspectiva de ter pelo menos uma noção da beleza em seu grau superlativo. (DUARTE, 2002, p. 32)

Adorno e Horkheimer conferem à arte autêntica a potência de desencantamento do mundo por meio da dialética. Em outras palavras, a arte autêntica, que convoca o sujeito a indagar o mundo no que ele é e no que não é, especialmente pela linguagem, seria um instrumento, um meio, para o pensamento dialético.

No entanto, as faltas materiais às quais a maioria dos homens está submetida no capitalismo tardio impedem que se aproximem e conheçam a arte autêntica, uma vez que são obrigados a longas jornadas de trabalho para sua sobrevivência e não dispõem de tempo e de condições materiais, sociais e culturais para sua formação. Aos trabalhadores são oferecidos os produtos da indústria cultural, que, a título de entretenimento e descanso do trabalho,

prolongam e repetem o cotidiano e a vida imediata em seus bens (cinema, televisão, livros, música), afastando-os de qualquer possibilidade de questionamento do *status quo* e da possibilidade de pensar as coisas pelo que são e pelo que não são. Além disso, a indústria cultural se torna um poderoso negócio, que movimenta milhões em todo o mundo, num fenômeno complexo de oferta de produtos para a sociedade massificada e de criação de necessidade desses produtos por meio da fabricação ideológica.

Assim, as ameaças antes representadas pela natureza se realizam no seio da sociedade esclarecida do capitalismo tardio, consolidando-se na práxis. Dito de outra maneira, é no interior da sociedade esclarecida, em que a natureza é dominada pela ciência e pela técnica, que a opressão se instala de maneira cada vez mais enraizada e invisível, tirando dos homens a possibilidade de formação e, por meio dela, de autonomia, e veladamente instaurando o estado de semiformação, ou semicultura, cuja decorrência é a heteronomia massificada e a subjetividade danificada.

É nesse contexto que proponho os conceitos de formação e semiformação de Theodor Adorno como categorias de análise dos conceitos de leitor e leitura que emergem da *Retratos da leitura no Brasil* no âmbito dessa pesquisa.

2.2 A teoria da semicultura ou semiformação

A análise da crise da formação cultural não se restringe ao campo pedagógico nem aos estudos sociais que apenas reúnem conhecimentos sobre a área. Na base de sua problematização está o desvelamento do próprio conceito de “formação”, que por não ser tocado analiticamente, permanece cristalizado até mesmo nos momentos em que as discussões e reflexões sobre o tema vêm à tona. A categoria “formação” permanece definida *a priori*, com as análises orientadas para os elementos que gravitam em seu entorno, especialmente no campo pedagógico. Em outras palavras, discute-se o conteúdo e o método da formação, mas a formação, ela mesma, que implica a pergunta de fundo “por quê?”, fica, muitas vezes, intocada.

Cunhando o termo “semiformação” ou “semicultura”, este último mais utilizado nas traduções e estudos brasileiros, para designar “uma consciência que renunciou à

autodeterminação” (ADORNO, 1996, p. 01), Adorno afirma ser essa a forma dominante no capitalismo tardio. Por isso, a semiformação exige uma teoria abrangente, que extrapole o campo pedagógico.

É importante destacar que, para o autor, a semicultura não é consequência da sociedade de massas, nem produto da barbárie dos campos de concentração (e, portanto, não toca apenas à Alemanha)², mas a condição que permitiu tudo isso. O cerne da teoria da semicultura é o entendimento de que a ideia de cultura não pode ser sagrada e, como tudo o mais, precisa ser problematizada e indagada em contextos e relações distintos.

Para Adorno (1996), a cultura é um fenômeno mais complexo que a vida do espírito, aqui compreendida como o acesso e a fruição a bens artísticos, que como valor para a filosofia pura e também que a frustrada busca por liberdade dos movimentos revolucionários; para o autor, a cultura é o principal instrumento de formação, que “nada mais é que a cultura tomada pelo lado de sua apropriação subjetiva” (ADORNO, 1996, p. 01). Dito de outra maneira, a formação exige como condição de realização a apropriação de bens culturais, artísticos ou não, na relação com o que localiza o homem em suas condições e determinações históricas e sociais, individuais e coletivas, consciente, crítica e permanentemente em indagação do mundo.

A crítica à cultura como vida do espírito, alheia à história e às relações sociais, ponto central na construção do conceito adorniano de formação, pode ser ilustrada com a referência a Max Frisch³, presente em mais de um texto de Adorno:

Max Frisch observou que havia pessoas que se dedicavam, com paixão e compreensão, aos chamados bens culturais, e que, no entanto, puderam se encarregar tranquilamente da práxis assassina do nacional-socialismo. Tal fato não apenas indica uma consciência progressivamente dissociada, mas sobretudo dá um desmentido objetivo ao conteúdo daqueles bens culturais – a humanidade e tudo o que lhe for inerente – enquanto sejam apenas bens, com sentido isolado, dissociado da implantação das coisas humanas. A formação que se esquece disso, que descansa em si mesma e se absolutiza, acaba por se converter em semiformação. (ADORNO, 1996, p. 01)

O acesso à cultura sem sua apropriação subjetiva, o que faz com que ela se signifique ante à historicidade do sujeito, que para Adorno caracteriza a formação, restringe-se à

² É importante destacar que os escritos de Adorno, especialmente a partir de *A dialética do esclarecimento*, são muito marcados pelo horror ao Holocausto, ao qual o autor se refere, de maneira recorrente, como barbárie.

³ Arquiteto e escritor suíço (1911-1991).

chamada vida do espírito, que, alheia ao mundo e às relações humanas, converte-se em semiformação, terreno fértil para a barbárie e para a dominação velada do capitalismo tardio, especialmente no que tange à indústria cultural.

A primeira exigência para a formação é uma sociedade sem desigualdades econômicas e sociais, que pressupõe indivíduos livres e radicados em sua própria consciência. A imposição de utilidade e finalidade a qualquer intenção formativa, característica do capitalismo tardio, faz com que ela se submeta a uma relação de poder, demarcando, dessa maneira, limites para o pensamento.

Se na ideia de formação ressoam momentos de finalidade, esses deveriam, em consequência, tornar os indivíduos aptos a se afirmarem como racionais numa sociedade racional, como livres numa sociedade livre. No modelo liberal, isso seria tanto melhor atingido quanto mais cada um estivesse formado por si mesmo. E quanto menos as relações sociais, em especial as diferenças econômicas, cumprem essa promessa, tanto mais energicamente se estará proibido de pensar no sentido e na finalidade da formação cultural. (ADORNO, 1996, p. 02)

A urgência da finalidade, que impõe uma relação de ganho (o que se aprende, sua aplicação na vida produtiva), faz com que as ações formativas se tornem treinamento e instrução, tirando delas seu caráter principal, a saber, o pensamento analítico e a fruição estética, que localizam o homem no espaço e na história.

As necessidades de autoconservação, que impõem aos homens seu aperfeiçoamento para a inserção e manutenção no mercado de trabalho, metamorfoseiam a formação em semiformação, atendendo às demandas capitalistas por trabalhadores instruídos e competitivos. Assim, “o sonho da formação – a libertação da imposição dos meios e da estúpida e mesquinha utilidade – é falsificado em apologia de um mundo organizado justamente por aquela imposição” (ADORNO, 1996, p. 02).

As relações de trabalho capitalistas, onde poucos detêm os meios de produção e muitos a eles se submetem em busca da sobrevivência, negaram aos trabalhadores as condições para sua formação, especialmente o tempo livre. As tentativas pedagógicas, muitas delas chamadas de “educação popular”, termo que Adorno utiliza com cautela, mostraram-se, em grande medida, frustradas, uma vez que acreditaram que a formação cultural poderia, isoladamente, alterar as condições econômicas e sociais dos trabalhadores.

Ausentes o tempo e as condições necessárias para a formação, que implica acesso e apreciação detida e analítica dos bens culturais, às classes populares são oferecidos produtos da indústria cultural, facilmente apropriados pelos trabalhadores, como lazer e entretenimento no tempo de descanso. Neste bojo encontra-se grande variedade de ofertas de conteúdos e formatos similares, como filmes, vídeos, livros, músicas e produtos tecnológicos, estes últimos funcionando como meio e como forma.

Recusando o termo “cultura de massa”, que designa os produtos culturais que circulam e são avidamente consumidos pelos trabalhadores, como músicas, filmes, livros, programas de rádio e televisão, etc., Adorno e Horkheimer (1985) estabelecem o conceito de indústria cultural, ressaltando que essa produção não tem origem no povo, como resultado de sua identidade, seus desejos e seu próprio fazer, mas sim como negócio, uma complexa atividade econômica, que cria produtos e valores a serem vendidos às massas. A esse movimento cíclico, onde os valores e necessidades imediatos identificados nos trabalhadores são transformados em produtos, que por sua vez criam novos valores e necessidades, e assim sucessivamente, os autores chamam integração. A integração permite que as massas se sintam culturalmente atendidas, sem qualquer possibilidade e necessidade de questionamento sobre o *status quo*.

Por inúmeros canais, se fornecem às massas, bens de formação cultural. Neutralizados e petrificados, no entanto, ajudam a manter no devido lugar aqueles para os quais nada existe de muito elevado ou caro. Isso se consegue ao ajustar o conteúdo da formação, pelos mecanismos de mercado, à consciência dos que foram excluídos do privilégio da cultura – e que tinham mesmo que ser os primeiros a serem modificados. (ADORNO, 1996, p. 03)

A identificação de conteúdos e formas presentes no cotidiano das massas, aplicada aos produtos, é o ponto central da indústria cultural. Para que as pessoas se interessem imediatamente por filmes, músicas e livros, por exemplo, é necessário que reconheçam a si e seus desejos e necessidades nessas produções. Em função da facilidade de acesso por causa da reprodutibilidade da vida na arte, os produtos da indústria cultural são atraentes para o grande público porque não fazem exigências de esforço intelectual para a compreensão e a apropriação dos mesmos, especialmente porque foram criados a partir da identificação de demandas. A “manipulação retroativa”, operador da indústria cultural destacado por Duarte (2014), caracteriza-se por essa identificação da demanda e oferta da mesma transformada em produto:

Exatamente na ideia da “manipulação retroativa” encerra-se o segredo de a indústria cultural, simultaneamente, atender à demanda das massas por entretenimento e impor determinados padrões, tanto de consumo como de comportamento moral e político. (DUARTE, 2014, p. 314)

Assim, os produtos culturais que não exigem grandes concentração e esforços intelectuais, a “arte leve”, que descansa a cabeça e o corpo exaustos da jornada diária de trabalho, oferece-se como um presente às massas, que se sentem seguras e acolhidas pela reprodução do seu cotidiano, sentimentos e sonhos. Além disso, o consumo da “arte leve” e de sua ideologia torna-se fator de integração, uma vez que sua fruição pode ser facilmente partilhada em grupo, em conversas com colegas de trabalho, vizinhos, familiares e amigos, que assistem ao mesmo filme da moda, acompanham o mesmo programa de rádio e leem os mesmos *best-sellers* anunciados pela mídia.

A diversão é o prolongamento do trabalho sob o capitalismo tardio. Ela é procurada por quem quer escapar ao processo de trabalho mecanizado, para se pôr de novo em condições de enfrentá-lo. Mas, ao mesmo tempo, a mecanização atingiu um tal poderio sobre a pessoa em seu lazer e sobre a sua felicidade, ela determina tão profundamente a fabricação das mercadorias destinadas à diversão, que esta pessoa não pode mais perceber outra coisa senão as cópias que reproduzem o próprio processo de trabalho. O pretense conteúdo não passa de uma fachada desbotada; o que fica gravado é a sequência automatizada de operações padronizadas. Ao processo de trabalho na fábrica e no escritório só se pode escapar adaptando-se a ele durante o ócio. Eis aí a doença incurável de toda diversão. (ADORNO, HORKHEIMER, 1985, p. 113)

Tanto por seus conteúdos temáticos, físgados da vida cotidiana, quanto e especialmente por sua forma, reproduzida sem limites de uma receita de sucesso, os produtos da indústria cultural atendem, adequam-se e produzem necessidades de diversão para os trabalhadores, interditando o acesso e o desenvolvimento de condições para a formação cultural. Ao oferecer o entretenimento, a indústria cultural restringe as possibilidades de interesse pela cultura autêntica, caracterizada por elaborações estéticas com forma e conteúdo indissociavelmente elaborados que se apresentam pouco permeáveis à manipulação retroativa, preservando sua propriedade de contribuir para a emancipação humana por meio da indagação da existência e da rejeição de questões utilitárias e imediatas. De acordo com Duarte (2012), o privilégio conferido por Adorno

às obras de arte tem como fundamento o fato de nelas se encontrar encapsulado um núcleo de profunda oposição ao *status quo*, o qual, ao não

ser facilmente atingido pela linguagem da cultura de massas, é preservado e torna esses construtos estéticos, a partir de seu próprio interior, mais resistentes aos ataques da – e à cooptação pela – indústria cultural. (DUARTE, 2012, p. 8-9)

A supramencionada “manipulação retroativa” é viabilizada e fortalecida por outro operador da indústria cultural, estabelecido por Duarte (2014) como “usurpação do esquematismo”. Segundo o pensamento kantiano sobre o esquematismo dos conceitos puros do entendimento, que, de maneira resumida pode ser compreendido como o encontro de intuições sobre o mundo e o conhecimento empírico e reflexivo sobre o mundo para sua compreensão, a intuição humana é separada de sua capacidade de refletir intelectualmente sobre a percepção de um mesmo fato. Assim, seria necessária uma mediação onde se encontrassem essas duas partes para que o homem percebesse um fato e refletisse sobre ele, a saber, o esquematismo. Para Adorno e Horkheimer, que tomam Kant como ponto de partida, a indústria cultural e sua produção a partir da manipulação retroativa usurparia do sujeito a necessidade do esquematismo, uma vez que ofereceria aos seus consumidores recepção pré-realizada dos seus produtos, dispensando-os da reflexão intelectual e das determinações históricas e sociais para tal.

Horkheimer e Adorno querem dizer também que a usurpação do esquematismo deve gerar uma previsibilidade quase absoluta na recepção dos seus produtos, a qual é o correlato subjetivo de sua padronização, que, por sua vez, é oriunda do supramencionado mecanismo de manipulação retroativa. Esse processo de assimilação imediato da mercadoria cultural em função de sua previsibilidade contrasta imensamente com a experiência da arte autônoma, não dominada pelos imperativos da lucratividade e da geração de conformidade ao *status quo*. (DUARTE, 2014, p. 317)

Com desejos e necessidades identificados e atendidos por meio da oferta de produtos culturais (manipulação retroativa) e os modos de recepção e fruição calculados e estabelecidos (usurpação do esquematismo), resta ao sujeito a participação compulsória na heteronomia, no universal massivo. O “ser genérico”, compreendido por Marx como “o indivíduo que representa de modo privilegiado o gênero ao qual pertence” (DUARTE, 2014, p. 320) e, como herói, cumpre percurso formativo, exemplar, sacrificando sua integridade física e até mesmo sua vida para se reintegrar na e dizer da universalidade, não é mais possível frente à indústria cultural, que interdita em suas formas de realização o trágico: “o ser genérico, em vez de se realizar a partir da constituição do indivíduo, resulta de um processo

de massificação, no qual não pode haver a aludida representação do gênero por parte do indivíduo porque mesmo a sua ideia perde totalmente o sentido” (DUARTE, 2014, p. 320). A impossibilidade de constituição do ser genérico e a erradicação da experiência do sofrimento, especialmente com a oferta da “arte leve” nos produtos culturais, faz do trágico mercadoria, inviabilizando sua elaboração estética e vendendo a ilusão de imediata e fácil superação. A “despotencialização do trágico” é, assim, outro operador da indústria cultural, segundo Duarte (2014).

Dentre as ofertas contemporâneas da indústria cultural, a tecnologia, que em seu estado atual reúne forma e conteúdo, é a que se apresenta de maneira mais potente. A tecnologia, que há muito deixou de ser apenas forma prática e produtiva de execução de algo, tornou-se, por si mesma, conteúdo de interesse e sedução. Na contemporaneidade, é mais um elemento de evasão, que insere no cotidiano, durante as vinte e quatro horas do dia, os produtos da indústria cultural, como videoclipes, músicas, filmes, pequenos vídeos sobre os mais distintos temas, jogos eletrônicos, além de fotografias e discursos que encontram facilidade e interesse em seu deslocamento do espaço privado para o público, com grande exercício de interatividade, a exemplo de boa parte do conteúdo presente nas redes sociais. O espaço e a atenção antes reservados aos artistas e às estrelas do cinema e da música, hoje é ocupado pelas pessoas comuns, que expõem suas vidas e reproduzem assuntos que estejam na ordem do dia, alimentando e fortalecendo o modelo de integração apontado por Adorno. Se na década de 40 o rádio e a televisão representavam a forma de alcance das massas, disseminando os produtos e os valores da indústria cultural, hoje cabe à internet, acessada em computadores, aparelhos de telefone e até mesmo em televisores, de maneira muito mais potente e incontrolável em sua proposição e exigência de interatividade, essa função. Tanto quanto ou até mais que os conteúdos que veicula, a tecnologia se tornou, ela mesma, o principal produto da indústria cultural.

São inegáveis os benefícios sociais da tecnologia, especialmente da internet, que permitem o acesso ampliado a informações dos quatro cantos do mundo, a comunicação rápida entre pessoas distantes geograficamente, o acesso a produções culturais de artistas e espaços longínquos e o acompanhamento interativo imediato dos acontecimentos globais. Também representam conquistas os espaços comunicacionais e de denúncia abertos por movimentos sociais, grupos artísticos e políticos até então com ação restrita, em função de suas fragilidades econômicas e censura política. Mas é preciso compreender que, apesar dos

ganhos, a celebração da tecnologia é, ela mesma, produto da indústria cultural, que encontra mais espaços para a comercialização de seus produtos, de seus discursos e de sua ideologia. No movimento próprio do capitalismo, ela se reorganiza permanentemente, captando e se apoderando do interesse das massas e fazendo dele mais um produto. Nem mesmo as tentativas de resistência a esse modelo escapam ao movimento, tornando-se, ironicamente, um potente produto de integração, uma vez que a indústria cultural se apossa de todos os discursos que possam prejudicá-la, transformando-os em mercadoria. Duarte (2014), reconhecendo as aberturas e possibilidades oferecidas pela internet, destaca as armadilhas da interatividade permitida e estimulada na rede:

O supramencionado caráter “interativo” dos meios predominantes na indústria cultural de hoje (“global”, “digital”, ou como se queira denominar) poderia sugerir que ela, já do ponto de vista de sua materialidade tecnológica, tem possibilidades libertadoras inexistentes na versão “clássica” [da indústria cultural]. No entanto, e sem querer subestimar o papel que dispositivos como as redes sociais tiveram – e podem ter – em movimentos democratizantes, da primavera árabe aos *outrageous* norte-americanos contrários à ditadura de Wall Street, não é difícil constatar que a componente “liberal” do telefone, ao ser incorporada nos meios de massa (e não apenas nos computadores conectados à Internet, mas, atualmente, também nas TVs digitais, por exemplo), não garantiu maior sintonia das agências difusoras com os anseios legítimos das massas, mas apenas fez com que o processo de “manipulação retroativa” fosse aperfeiçoado pelo caráter bidirecional dos novos meios digitais, em benefício daquelas e em detrimento dessas. (DUARTE, 2014, p. 333)

Assim, o que pode parecer interação e espaço para participação revela-se, em grande parte das vezes, um moderno e potente instrumento de manipulação retroativa. Opiniões, pesquisas, reações, respostas a entrevistas e enquetes na internet, especialmente nas redes sociais, com captura de dados autorizada ou não, mostram-se, na realidade, como permanente observação de mercado para a criação e a oferta dos mais diversos produtos, todos rentáveis economicamente.

Ao mesmo tempo em que a tecnologia é supervalorizada, a cultura é inferiormente hierarquizada no mundo em semiformação. Isso porque a primeira se insere adequadamente e contribui para a evolução do mundo administrado, com todas as ações sendo medidas por sua finalidade e produtividade, e a segunda se apresenta na contramão, como espaço crítico e de resistência à predominância da primeira.

As condições da própria produção material dificilmente toleram o tipo de experiência sobre a qual se assentavam os conteúdos formativos tradicionais

que se transmitiam. Por isso, tudo o que estimula a formação acaba por contrair-lhe os nervos vitais. Em muitos lugares já obstruiu, como pedantismo inócuo ou presunçosa insubordinação, o caminho do amanhã. Quem compreende o que é poesia dificilmente encontrará um posto bem pago como autor de textos publicitários. (ADORNO, 1996, p. 03)

Os conteúdos formativos tradicionais, sem finalidade aplicada e sem apelo comercial, por sua vez, são ideologicamente interditados pela indústria cultural, sendo hostilizados como elitistas e como assunto de intelectuais. A construção do conceito de semicultura é importante porque problematiza essa construção, evidenciando que a semicultura não se define, propriamente, pela falta de cultura, mas sim por

um processo planejado de abortamento das possibilidades libertadoras até mesmo da incultura. [...] A semicultura, portanto, mais do que a simples ingenuidade, é resultado de uma exploração consciente do estado de ignorância, de vacuidade do espírito – reduzido a mero meio – surgida com a perda de tradição pelo desencantamento do mundo e é, de antemão, incompatível com a cultura no sentido próprio do termo. (DUARTE, 2003, p. 97)

Para além do resultado econômico da indústria cultural, seus movimentos de integração, onde figura o entendimento da cultura tradicional como elitista, interdita o acesso das classes populares ao conhecimento clássico, produzido ao longo do tempo e do espaço, em ambientes menos permeáveis aos seus produtos.

Assim, distraídas pelos sucessos da música, do cinema e dos *best-sellers*, informadas por conteúdos abreviados de temas complexos e seduzidas pela tecnologia e pela ilusão da informação rápida, fácil e interativa, às massas, mais uma vez, faltam as condições para o acesso e a apropriação de bens culturais e artísticos que poderiam contribuir para sua compreensão da história, isto é, para sua formação. Como exemplo, tomo os livros especificados como de divulgação científica que veiculam conteúdos complexos de maneira dita acessível – *Nietzsche em 90 minutos*⁴, *Tudo o que você precisa saber sobre filosofia*⁵, *Filosofia para dummies*⁶ etc. Este último oferece um conjunto vasto e superficial de ideias resumidas, eliminando todo o processo de construção de sistemas de pensamento, para leitores considerados bobos.

⁴ STRATHERN, Paul. **Nietzsche em 90 minutos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

⁵ KLEINMAN, Paul. **Tudo o que você precisa saber sobre filosofia**. São Paulo: Gente, 2014.

⁶ MORRIS, Tom. **Filosofia para dummies**. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

Iludidas pela ideologia da semiformação, que legitima mercadoria cultural como cultura, fazendo crer à maioria em sua plena informação e compreensão do mundo, as massas e os empresários que para elas produzem festejam a mercadoria como acesso democrático a bens até então reservados às elites. Em outras palavras, “a semicultura pretende deseducar os indivíduos no sentido de evitar que eles percebam – e usufruam – algo autonomamente” (DUARTE, 2003, p. 98).

2.3 A atualidade da teoria da semicultura e as contribuições da Teoria Crítica da Sociedade para a formação

A crítica sobre o elitismo e a inacessibilidade a alguns bens e linguagens, como a literatura, seja clássica ou de vanguarda, considerada de leitura difícil para a maioria da população, por exemplo, é um dos pontos mais recorrentes na recusa da validade da teoria da semicultura. No entanto, assim como na produção do autor sobre estética, o pensamento adorniano é uma negativa à simplificação da questão, que, muitas vezes, reveste de democráticas formulações elitistas e autoritárias.

Os bens culturais e a arte autêntica, caracterizada por Adorno como a produção sem finalidade que permite ao homem, por sua forma e conteúdo, distanciar-se do imediato, do conhecido, para a reflexão sobre o mundo, são inacessíveis, não por si mesmos, mas sim pelas condições de sua apropriação, negadas às classes populares. A usurpação do tempo pelas longas jornadas de trabalho e as condições materiais precárias, aliadas à ideologia de integração da indústria cultural, fazem da formação um horizonte distante e invisível e legitimam a semiformação, desejável às elites detentoras dos grandes conglomerados da indústria cultural e das empresas tecnológicas, como ordem natural das coisas, tendo como principal argumento o fato de que as massas nunca tiveram tanto acesso a produtos culturais, mas deixando de lado a incapacidade, cada vez maior, de compreendê-los e deles se apropriarem criticamente.

A indústria cultural se tornou o grande elemento de “educação” das massas, apesar de seus conteúdos estarem voltados antes para o estímulo ao consumo de bens, dos quais absolutamente não se tem necessidade, à obediência aos poderes constituídos e ao conformismo – não ao desenvolvimento e à

consolidação de valores humanos que nos permitissem esperar por dias melhores. (DUARTE, 2003, p. 185)

Para que a Teoria Crítica da Sociedade, onde se inserem as reflexões adornianas sobre a indústria cultural e a semicultura, não se encerre numa perspectiva crítico-reprodutivista, sem apontar caminhos ou possibilidades para a formação, por não vislumbrar “uma proposta educacional crítica, pelo simples fato de negarem qualquer possibilidade de transformação da sociedade capitalista” (PUCCI, 1995, p. 46), tomo aqui as possibilidades elencadas por Pucci (1995) como contribuições da Teoria Crítica da Sociedade para o processo formativo contemporâneo.

O primeiro apontamento do autor é a função educativa do refletir, condição primeira para o pensamento dialético. Aprender e ensinar a pensar como as coisas são implicam em considerar o que elas não são e em como seus conceitos e definições são construídos social e historicamente. Pela autorreflexão crítica,

os dominados podem ser esclarecidos de sua situação enquanto classe, no contexto de exploração e subordinação capitalista. Ela seria uma ferramenta para iluminá-los no resgate dos elementos de classe contidos em suas próprias culturas e no saber acumulado pelos homens através dos tempos. Serviria para orientá-los à conseqüente ação transformadora que a própria reflexão crítica exige. (PUCCI, 1995, p. 48).

O “resgate da formação cultural como postulado pedagógico da emancipação” é o segundo ponto consignado pelo autor. Apesar da força da indústria cultural e da onipresença da semicultura, a Teoria Crítica da Sociedade tem na formação cultural, isto é, na apropriação subjetiva de bens culturais e artísticos, uma perspectiva do pensamento crítico e a emancipação, criando condições do deslocamento da heteronomia da massificação promovida pela indústria cultural para a autonomia do pensamento reflexivo.

Em terceiro lugar, Pucci (1995) aposta na importância da educação e na responsabilidade da escola no processo de “desbarbarização”. Partindo da recorrente e aguda afirmação de Adorno de que “a exigência que Auschwitz não se repita é a primeira de todas para a educação” (ADORNO, 1995, p. 119), o autor se vale especialmente das possibilidades de atuação junto à infância na escola contra todos os elementos que possibilitem a barbárie, referência clara aos campos de concentração nazistas, mas também a tudo o que atente contra a dignidade humana e impeça sua promoção:

Quando falo de educação após Auschwitz, refiro-me a duas questões: primeiro, à educação infantil, sobretudo na primeira infância; e, além disto, ao esclarecimento geral, que produz um clima intelectual, cultural e social que não permite tal repetição; portanto, um clima em que os motivos que conduziram ao horror tornem-se de algum modo conscientes. (ADORNO, 1995, p. 123)

Valendo-se dos escritos de Sigmund Freud, Adorno (1995) declara sua adesão à teoria de que o caráter e os valores das pessoas são formados, essencialmente, na primeira infância. Assim, apesar da reprodução das estruturas sociais perpetrada pela escola, ela pode ter papel importante na construção da autonomia das crianças, de maneira a contribuir com a identificação de movimentos manipuladores de massa, que fazem com que as pessoas sejam induzidas a agir acriticamente em função do grupo.

A quarta colocação de Pucci (1995) se refere à assimilação do passado como esclarecimento na dimensão da hermenêutica, o que significa elaborar, a partir de vários campos científicos, os elementos que forjaram a história, especialmente em tempos sombrios. Em outras palavras, o autor refere-se à apropriação do passado como um dos aspectos mais importantes da formação cultural, de maneira a não “encerrar a questão do passado, se possível inclusive riscando-o da memória” (ADORNO, 1995, p. 29). Isso se mostra importante no processo formativo por vários motivos, sendo o principal o desenvolvimento da consciência crítica e reflexiva que permite a identificação das relações e das causas dos acontecimentos e movimentos históricos.

A tarefa básica da Teoria Crítica em termo de educação política se processa na iluminação/eliminação pelo esclarecimento dos aspectos sombrios e nebulosos do passado e no resgate de suas forças progressistas em direção à história, na perspectiva do futuro. (PUCCI, 1995, p. 53)

Por fim, Pucci (1995) aponta o último ponto elencado como contribuição da Teoria Crítica da Sociedade para o processo formativo, que diz do papel dos intelectuais coletivos no processo de “desbarbarização”. Ele se refere ao compromisso político dos intelectuais no projeto de emancipação das massas, inclusive fora do ambiente escolar, destacando a importância de atenção específica à população do campo, que, nas conformações urbanas contemporâneas, poderia ser estendida às periferias e locais com pouco acesso a bens culturais e veículos de informação.

É inquestionável que tais proposições são, em grande medida, limitadas em função das condições objetivas para sua realização e que todas as iniciativas que tenham no horizonte a

formação esbarram nas estruturas sociais e econômicas vigentes. No entanto, a reflexão sobre a formação e o reconhecimento dos obstáculos que a inviabilizam em grande escala são o primeiro movimento em sua direção. Isto é, a consciência da onipresença da semiformação, que escamoteia e impede a formação emancipadora, é a condição primeira para a resistência em relação à consciência coisificada, que interessa sobremaneira à economia da indústria cultural.

3 LEITURA E FORMAÇÃO

Muitos são os estudos e as perspectivas para abordar a leitura e, por consequência, o leitor. Há teorias e correntes de pensamento diversas, em diálogo com campos científicos multidisciplinares, com mais destaque para a história cultural, em alguns casos, para a pedagogia, em outros, no campo linguístico, nas ciências sociais, na psicanálise, nos estudos literários, dentre muitas possibilidades de pesquisa, reflexão e aplicação do tema.

No âmbito dessa pesquisa, no entanto, elejo a perspectiva que vai ao encontro do conceito de formação de Adorno (1996), apresentado anteriormente, tomando a leitura como prática social, cultural e histórica, como exercício de natureza intelectual por meio do qual os sujeitos, a partir de sua experiência e conhecimentos prévios e se valendo de habilidades linguísticas, participam da cultura escrita, apropriando-se de textos escritos e, principalmente, compreendendo esse processo.

Nesse entendimento, para além do acesso ao conteúdo guardado e oferecido por um texto, o que está em questão é sua compreensão histórica, social e linguística no ato da leitura, isto é, a compreensão da escrita como produto, com seu lugar, tempo e condições de produção, com suas marcas objetivas e, principalmente, com as possibilidades oferecidas para sua apropriação subjetiva. Assim,

a leitura seria um ato de posicionamento político diante do mundo. E quanto mais consciência o sujeito tiver deste processo, mais independente será sua leitura, já que não tomará o que se afirma no texto que lê como verdade ou como criação original, mas sim como produto. (BRITTO, 2003, p. 100)

O “posicionamento político diante do mundo” por meio da leitura é uma perspectiva ampla, que se insere na participação na cultura escrita em níveis distintos. Ao lidar com a polissemia de uma palavra, por exemplo, uma criança pequena percebe as muitas possibilidades da língua, passando a contar com repertório linguístico maior e mais sofisticado para compreender, organizar e indagar o mundo. O mesmo ocorre na leitura, individual ou compartilhada, de um texto literário, quando a suspensão do tempo para a leitura, assim como sua passagem em uma história, revela outros usos do mesmo, alheios e rebeldes ao tempo produtivo. A leitura em voz alta de um poema ou de uma parlenda ou de um trava-língua, por exemplo, revela que a letra pode registrar e guardar no tempo e no

espaço, além do conteúdo narrativo, a melodia ou entonação própria de uma criação artística, e que a língua pode muito mais que comunicar.

Participar da cultura escrita, em níveis e profundidades diferentes, em aprendizagem contínua, apropriando-se subjetivamente de seu conteúdo e forma, é, dessa maneira, um “ato de posicionamento político”, uma vez que essa participação altera e amplia as maneiras de nomeação, organização, compreensão, questionamento e ressignificação do mundo.

Com o objetivo de apresentar mais detidamente de que maneira os aspectos mencionados acima se realizam no ato de leitura e como eles, desde que equilibrados, vão ao encontro do que Adorno (1995, 1996) compreende por formação, tomo os quatro níveis ou modos de leitura que, de acordo com Bértolo (2014), formam a complexa operação de ler.

De acordo com o autor, a leitura

requer atenção, memória, concentração, capacidade de relação e associação, visão espacial, certo domínio do léxico e sintático da língua, conhecimento dos códigos narrativos, paciência, imaginação, pensamento lógico, capacidade para formular hipóteses e construir expectativas, tempo e trabalho. (BÉRTOLO, 2014, p. 48)

São muitas as atribuições do leitor e um trabalhoso exercício intelectual o que ele realiza no ato de leitura. Cada uma das ações e condições listadas, funcionando simultaneamente e de maneira interdependente, contribui para o acesso ao texto e para a construção do seu sentido.

Bértolo (2014) estabelece quatro níveis ou categorias - textual, autobiográfico, metaliterário e ideológico - para explicitar o que considera a operação de ler, destacando que, mesmo com ênfase em um ou outro aspecto, é a conjunção mais ou menos harmoniosa dos quatro que define um leitor maduro ou experiente.

No nível textual, o leitor decifra o texto enquanto código linguístico, atribuindo-lhe sentido. O sentido aqui diz respeito exatamente ao que as palavras, juntas numa mesma narrativa, reflexão, frases, sequências, histórias, tentam dizer, isto é:

O sentido não é a famosa mensagem da qual tanto se falou (ou mal falou) em outros tempos, ou melhor, não é uma mensagem que se desate do texto, mas a mensagem que é. O sentido do texto não é algo que se acrescente ao texto, é, repito, o próprio texto. (BÉRTOLO, 2014, p. 48)

Assim, o nível textual é o primeiro e a condição básica para que qualquer leitura se realize, pois trata da materialidade, se assim se pode dizer, do ato de ler. Sem o exercício metacognitivo de decifração do código linguístico frente a um mínimo conhecimento do funcionamento da língua em questão, a leitura não se realiza.

No nível autobiográfico o leitor atribui ao texto, seja ele qual for, seus desejos, sua moral, seus valores e encontra nele a sua própria experiência, que, para ele, passa a ser a narrada. Dito de outra maneira, ele lê nas palavras a sua vida, a sua história e seus significados individuais, muitas vezes ferindo a leitura textual e tirando das palavras e frases, como um todo, o sentido que poderiam ter para um grupo e para um tempo, isto é, o sentido que poderia ser compartilhado socialmente.

É necessário ressaltar que é a partir de suas próprias demandas e de seu próprio desejo que o indivíduo se compreende parte de um grupo, de uma sociedade, de uma comunidade, o que faz da leitura autobiográfica aspecto importante e indispensável do ato de ler. No entanto, se a leitura autobiográfica se sobrepõe a todos os outros aspectos e se encerra em si mesma, satisfazendo o anseio de acolhimento e de conforto do leitor, que se reconhece e à sua experiência no outro, ele corre o risco de ler sempre, de maneira restrita e a-histórica, a si mesmo.

O leitor essencialmente autobiográfico coloca em segundo plano os pilares linguísticos e o conteúdo semântico do texto, fazendo sua leitura principalmente pelo viés de elementos de identificação, muitas vezes descolados do nível textual. Dessa maneira, sem o saber, subtrai da leitura, especialmente da literária, seu caráter histórico, sua potência em dizer do mundo e da história dos homens coletivamente.

O aspecto metaliterário pressupõe o leitor experiente ou, pelo menos, com alguma trajetória de leituras, seja quantitativa, dizendo de sujeitos que leram grande número de livros, seja qualitativa, referindo-se a pessoas cujas leituras reverberam de maneira relacional em sua vida. É aquele cujas leituras dialogam entre si, remetendo sempre uma a outra anterior, mesmo que feita na longínqua infância e, em sua intenção, apenas para distração. Da percepção infantil da possível aproximação entre Pele de Asno e Cinderela, por exemplo, por as duas encontrarem em um objeto (a primeira em um anel escondido em uma massa de bolo, a segunda num sapatinho de cristal) sua salvação e a possibilidade do grande e eterno amor dos contos de fadas, ao leitor erudito, que faz anotações nos cantos das páginas e compara

traduções de um livro amado, as leituras dialogam entre si e movimentam o repertório do leitor. As leituras das leituras e as marcas que deixam na vida e na trajetória do leitor são tão significativas e pulsantes que conduzem muitas das narrativas memorialísticas de grandes escritores. É por suas leituras, por exemplo, que Elias Canetti, prêmio Nobel de literatura, narra em três volumes sua vida⁷.

A leitura ideológica, quarto aspecto destacado por Bértolo (2014), é guiada pela visão de mundo, pelas crenças, pelas posições políticas, pelo pertencimento social, pelos gostos e desejos do leitor. Numa forte aproximação com o nível autobiográfico, do qual é impossível desvinculá-lo, este leitor lê “o global em sua escala pessoal, e a partir dessa leitura que lhe provê, narrativamente, a informação sobre seu entorno, pode conceber, inferir, pensar o mundo e interiorizá-lo, conformando sua leitura ideológica” (BÉRTOLO, 2014, p. 58). É importante destacar que, nesse contexto, o autor entende ideologia como conjunto de crenças que significam as práticas sociais e são a sustentação para a compreensão e explicação do mundo e ressalta que uma definição mais complexa do termo não é relevante “para os efeitos de sua intervenção na leitura, pois será ela, ilusória ou não, a que intervirá” (BÉRTOLO, 2014, p. 58).

Juntos, os aspectos textual, autobiográfico, metaliterário e ideológico compõem o que Bértolo (2014) chama de trama leitora, isto é, as condições que um leitor reúne para ler um texto, desde o exercício metacognitivo de decifrar o código e a ele atribuir sentido a partir do conhecimento prévio da língua, até a visão de mundo que sustenta sua interpretação, passando pela aproximação e aderência, consciente ou não, à sua própria vida e pela sua trajetória e repertório de leituras.

O leitor postulado por Bértolo (2014) combina harmonicamente os quatro aspectos que compõem a trama leitora, uma vez que eles se autorregulam:

a tentação de se deixar levar pela leitura autobiográfica será amortizada pela intervenção da leitura política; a leitura política enviesada será corrigida pela leitura metaliterária; esta será refreada pelas já mencionadas, e a mera leitura textual poderá salvar-se da tentação formalista pela pressão constante do conjunto. (BÉRTOLO, 2014, p. 64)

A concepção de leitor estabelecida por Bértolo (2014) vai ao encontro da perspectiva formativa estabelecida por Adorno (1995, 1996).

⁷ *A língua absolvida, O jogo dos olhos e Uma luz em meu ouvido*, publicados pela Companhia das Letras.

3.1 A trama leitora de Bértolo e a formação de Adorno

Para Adorno (1995, 1996), o processo de formação consiste na apropriação subjetiva de bens culturais e artísticos, considerando suas condições de produção e de acesso, tendo, simultaneamente, como pré-requisito e horizonte, a compreensão e a experiência das relações sociais, históricas e econômicas. Dito de outra maneira, a formação é o processo pelo qual os sujeitos se reconhecem e buscam compreender continuamente, individual e coletivamente, na produção humana e na sua relação com a natureza, a construção do conhecimento e das relações sociais e históricas, de maneira a refletir sobre ela, indagando-a e tornando-a experiências.

Aquilo que caracteriza propriamente a consciência é o pensar em relação à realidade, ao conteúdo – a relação entre as formas e estruturas de pensamento do sujeito e aquilo que ele não é. Este sentido mais profundo de consciência ou faculdade de pensar não é apenas o desenvolvimento lógico formal, mas ele corresponde literalmente à capacidade de fazer experiências. Eu diria que pensar é o mesmo que fazer experiências intelectuais. Nesta medida e nos termos que procuramos expor, a educação para a experiência é idêntica à educação para a emancipação. (ADORNO, 1995, p. 151)

Nessa perspectiva, a leitura se mostra condição central no processo de formação contemporâneo, especialmente por sua potência de acessar as narrativas e o conhecimento produzidos e registrados pela escrita ao longo do tempo e do espaço.

Os quatro níveis de leitura estabelecidos por Bértolo (2014) como aspectos da trama leitora que traduz a complexidade da operação de ler vão ao encontro do que Adorno (1995, 1996) compreende por formação.

O acesso a um bem cultural, tomado como qualquer produção humana que permita à humanidade conhecer a si própria, o seu espaço e a sua história, no caso específico da cultura escrita representado por um texto, independentemente de seu gênero narrativo, pressupõe condições objetivas para sua apropriação, o que significa ser necessário que o sujeito conheça e participe satisfatoriamente das regras linguísticas do texto em questão para a decodificação de suas palavras, frases, signos ortográficos, compreendendo seu funcionamento. Além disso, que ele relacione as supracitadas habilidades linguísticas a seu conhecimento de mundo, de maneira a construir sentido textual para o que lê. Em Adorno (1995, 1996), o processo de

formação implica o conhecimento e a compreensão da forma, com sua significação na relação com o mundo. De outra maneira, com a forma alheia a conteúdos que lhe atribuam significação ou com esta circunscrita à materialidade do texto, a construção de sentido ficaria comprometida e restrita ou, na concepção adorniana, coisificada, isto é, como algo que mantém-se “restrita a si mesma, junto a sua própria fraqueza, procurando justificar-se a qualquer custo” (ADORNO, 1995, p. 71). Para Bértolo, “os textos são uma proposta de significado e, nesse sentido, são uma proposta de realidade” (BÉRTOLO, 2014, p. 48).

Os níveis autobiográfico e ideológico estão intimamente vinculados com o ciclo ininterrupto do movimento de oferta e demanda apontado por Adorno e Horkheimer (1985) no funcionamento da indústria cultural. Dissociados da regulação dos outros aspectos, o leitor essencialmente autobiográfico e ideológico busca no texto a confortável continuidade de sua rotina, a mesma que prolonga e confirma sua visão de mundo, seus sonhos e sentimentos, protegendo-o e poupando-o da problematização das relações sociais e de sua ação mediata sobre elas. Afastando-se da exigência de indagar a vida por meio de suas leituras, imposta ao sujeito que cumpre a trama leitora desenhada por Bértolo (2014), o leitor essencialmente autobiográfico e ideológico se apresenta como o consumidor ideal para a indústria cultural e o trabalhador necessário ao sistema produtivo, uma vez que se oferece à conformação por meio dos produtos consumidos, e faz girar a roda do mercado.

É importante ressaltar que, para além do produto ou bem cultural em si, neste caso os livros, sejam *best-sellers*, romances, autoajuda, informativos, religiosos ou clássicos da literatura universal, o leitor essencialmente autobiográfico e ideológico se realiza na recepção, isto é, no ato da leitura. A aderência autobiográfica ou ideológica a determinada narrativa, cuja escolha pode ter sido guiada justamente por essa questão, acontece no ato de ler, não específica e isoladamente em função do que se lê. Por sua característica de facilidade e reprodução de aspectos do cotidiano, os *best-sellers*, que apresentam linguagem acessiva e repertório semântico reduzido, além de sua grande exposição na mídia, contribuem com mais eficiência para consolidação de uma busca autobiográfica e ideológica na leitura. Os livros de literatura, filosofia, história que não se ajustam ao modelo imposto pela indústria cultural, seja por sua elaboração formal e estética, seja pelo conteúdo de que tratam, apresentam maiores obstáculos à leitura essencialmente autobiográfica e ideológica, uma vez que não se propõem à identificação e à conformação, mas à especulação da humanidade e do mundo, por meio da palavra escrita.

O “servir à verdade” das obras de arte se manifesta em sua promessa de felicidade, que, mesmo não constituindo em si mesma a reconciliação propriamente dita, permite uma “reprodução ampliada do espírito”, i.e., um aprimoramento intelectual que se choca frontalmente com a menoridade eterna proposta – quando não imposta – pela indústria cultural. Através da arte apreende-se a possibilidade de um universal não-coercitivo. (DUARTE, 2003, p. 56)

O aspecto metaliterário, por sua vez, põe em marcha o desejo e a abertura para o conhecimento de tratamentos ou versões distintas de uma mesma história, fato ou prisma de análise, considerando conflitos, interesses e disputas presentes na diversidade de vozes que abordam um determinado tema ou formas variadas de narrá-lo. Esse comportamento revela a apropriação da escrita como patrimônio, que lança mão de um acervo universal produzido e organizado pela humanidade ao longo do tempo e do espaço. Assim como os aspectos autobiográfico e ideológico, se não regulado pelos demais, corre o risco da coisificação, descolando-se das relações sociais e históricas e tornando-se, puramente, um objeto de ilustração – a mesma presente na sociedade alemã, que não foi capaz de reconhecer e de impedir a barbárie do Holocausto.

Assim, entendo e tomo como eixo dessa pesquisa a concepção de trama leitora de Bértolo (2014), em sua aproximação com a perspectiva de formação (ou educação, ou emancipação) de Adorno (1995, 1996). Em resumo, tomo como leitura para formação o exercício de apropriação da cultura escrita, “um posicionamento político diante do mundo”, que contribua para a compreensão da humanidade em suas relações sociais e históricas, na construção de subjetividades.

4 A IDEOLOGIA DA COMPETÊNCIA, DA ORGANIZAÇÃO E DA RACIONALIDADE

Fruto da ciência, da técnica e do progresso, a organização do mundo para sua racionalização ganhou forma no início do século XX nas ciências sociais. Tendo como um de seus primeiros expoentes Max Weber, a racionalidade é um dos traços marcantes da modernidade ocidental:

o sociólogo alemão se propõe a mostrar que todas as esferas da atividade social se libertam das garras da tradição para seguir uma lógica com eficiência própria. A economia, o direito, a ciência e mesmo a arte estão envolvidos nesse movimento geral de racionalização. Assim, na esfera da economia, a expansão da empresa capitalista, com um cálculo contábil, uma divisão “científica do trabalho” e técnicas modernas, traduz a crescente preponderância dos valores de eficácia sobre os valores tradicionais. (DORTIER, 2010, p. 530)

O advento da técnica em várias instâncias da vida humana, privada e pública, encontrou adeptos e críticos ferrenhos. Entre os adeptos, defende-se a ampliação da produtividade e o crescimento econômico. Os críticos se dedicam à denúncia da redução dos postos de trabalho e da maior exploração dos trabalhadores, além da desumanização do próprio trabalho, cujo sentido fica cada vez mais alheio ao processo. É nesse contexto que se inserem as construções ideológicas, legitimadoras em uma vertente (tecnófilos) e crítica em outra (tecnófobos), com as funções de valorizar, no caso dos tecnófilos, ou de ocultar a construção das relações sociais e a exploração econômica das classes populares trabalhadoras por pequenos grupos detentores dos meios de produção, valendo-se da ideologia, que

é um conjunto lógico, sistemático e coerente de representações (ideias e valores) e de normas ou regras (de conduta) que indicam e prescrevem aos membros de uma sociedade o que devem pensar e como devem pensar, o que devem valorizar e como devem valorizar, o que devem sentir e como devem sentir, o que devem fazer e como devem fazer. Ela é, portanto, um corpo explicativo (representações) e prático (normas, regras, preceitos) de caráter prescritivo, normativo, regulador, cuja função é dar aos membros de uma sociedade dividida em classes uma explicação racional para as diferenças sociais, políticas e culturais, sem jamais atribuir tais diferenças à divisão da sociedade em classes a partir das divisões na esfera da produção econômica. (CHAUÍ, 2014, p. 53)

Dito de outra maneira, na perspectiva de Chauí, a ideologia serve à manutenção do *status quo*, oferecendo explicações naturalizantes para as relações que são construídas social e desigualmente. Contemporaneamente, boa parte da produção da indústria cultural, com seus discursos de integração veiculados, explícita ou implicitamente, por filmes, músicas, livros, vídeos, imprensa, contribui para explicar o mundo de maneira conformadora, mesmo que em seus pressupostos haja elementos de indagação. Muitas vezes travestida de progresso e de democratização do acesso a bens culturais, a ideologia legitima as relações de dominação econômica e cultural, deixando-as cada vez menos aparentes, além de criar orientações e valores para a vida social. É nesse contexto que a organização racional e eficiente da vida, em diversas esferas, se impõe de maneira imperativa.

Nos anos 30, com o fordismo, a autoridade ideológica, até então concentrada nas figuras do pai, do padre, do patrão, do professor, do cientista, do governante, passa a ser diluída e a ficar invisível, tornando-se um produto, um resultado das novas formas de produção. Estas, por sua vez, dependem, para seu crescimento e qualificação, dos avanços científicos e tecnológicos e das crenças nos mesmos. A organização racional e eficiente passa a ser o eixo de toda a produção, permeando, conseqüentemente, as relações sociais.

Para Chauí (2014), o primeiro aspecto advindo da ideia de organização é a administração, que, por sua vez, vem marcada pela exigência de racionalidade. A racionalidade administrativa pressupõe a determinação de meios para alcançar um objetivo, sem qualquer preocupação com a compreensão do processo de produção ou do objetivo mesmo a ser alcançado como um todo. As tarefas, partes do processo produtivo, são realizadas individualmente e administradas na mesma lógica, não cabendo aos trabalhadores que executam as partes o conhecimento do todo.

A perspectiva da racionalidade está intimamente vinculada à busca por eficiência. Para isso, as instituições se estruturam em postos e cargos hierárquicos, visando atrair seus trabalhadores para o modelo adotado. Quanto mais organizados e eficientes forem, maiores serão as chances de cada um ascender na hierarquia organizacional. E quanto mais altos e importantes os postos, maiores serão o retorno financeiro e o prestígio social individual. A instituição, por sua vez, se apropria da ambição individual dos trabalhadores, que na busca de ascensão profissional se identificam e se dedicam cada vez mais a este projeto, colocando suas vidas a serviço das instituições. A cooptação dos trabalhadores pela ascensão profissional

e sua adesão acrítica ao modelo institucional é o segundo aspecto do modelo de organização apontado por Chauí (2014).

O terceiro ponto destacado por Chauí (2014) é o entendimento de que uma instituição é uma administração científica racional, onde há um saber previamente estabelecido, que funciona independente de seus trabalhadores, de suas partes. É esse saber – científico, racional, eficiente – que estabelece o que deve ser feito, por quem e de que maneira, sem a participação dos envolvidos, que se dedicam apenas às tarefas que lhe foram determinadas.

Em linhas bem amplas e tendo como exemplo o trabalho industrial, citado por Chauí (2014), duas perspectivas se apresentam. A primeira, chamada pela autora de “linha de montagem”, garante que a produção e o trabalho serão mais racionais se a função de cada trabalhador for específica e especializada, isolada do processo de produção como um todo. A “gerência científica”, segunda perspectiva apontada por Chauí (2014), por sua vez, é causa e consequência da linha de montagem, dividindo o trabalho entre os profissionais que o pensam, planejam e gerenciam em seu processo integral e os que o executam em partes, sem a consciência do todo. Entre os primeiros estão os gerentes e administradores; os segundos são os trabalhadores comuns.

Esse modelo de organização e de racionalidade, que divide o processo produtivo entre a linha de montagem e a gerência científica, vem se fortalecendo e se sofisticando com o surgimento da tecnociência, que, mais que aplicação de conhecimentos científicos para o desenvolvimento de técnicas que ampliem a qualidade e a quantidade da produção, pressupõe a existência da tecnologia como condição para o desenvolvimento da própria ciência. Assim,

*as ciências passaram a participar diretamente do processo produtivo, na qualidade de forças produtivas. Essa mudança fez surgir a expressão *sociedade do conhecimento* para indicar que a economia contemporânea se funda sobre a ciência e a informação, graças ao uso competitivo do conhecimento, da inovação tecnológica e da inovação nos processos produtivos e financeiros, bem como em serviços como a educação, a saúde, a cultura e o lazer. (CHAUÍ, 2014, p. 56)*

Desse modo, nos novos processos de produção – organizados, racionais, científicos e administrados – reafirma-se a divisão dos trabalhadores, como no próprio trabalho, entre pensar e fazer. Essa lógica, já antiga, renova os argumentos de manutenção do *status quo*, isto é, das relações de dominação. Para isso, constroem-se lugares pré-determinados na lógica do mundo administrado por meio do que Chauí (2014) chamou de “ideologia da competência”.

Para a autora, a divisão social de classes passa a considerar, para sua legitimação, “a divisão entre os que possuem poder porque possuem saber e os que não possuem poder porque não possuem saber” (CHAUÍ, 2014, p. 56).

A autoridade, antes creditada ao pai, ao padre, ao professor, ao governo, passa aos domínios do conhecimento científico-tecnológico, determinando os competentes para pensar, gerir, administrar e avaliar, e os incompetentes, a quem só cabe executar: “o discurso competente, portanto, é aquele proferido pelo especialista, que ocupa uma posição ou um lugar determinado na hierarquia organizacional, e haverá tantos discursos competentes quantas organizações e hierarquias houver na sociedade” (CHAUÍ, 2014, p. 57).

A autora aponta contradições no discurso organizacional da competência. Se, num primeiro momento, a instituição é o agente social, político e histórico organizado, racional e eficiente, destituindo os trabalhadores de sua condição de sujeitos e fazendo de si mesma o lugar da competência, que orienta, conduz e gerencia os indivíduos no ambiente do trabalho, num segundo momento qualifica os mesmos indivíduos, desvinculados de sua coletividade e mediados pelo discurso científico, como competentes no âmbito privado. Este fenômeno, designado por Chauí (2014) como “competência privatizada”, impõe uma orientação para as pessoas, individualmente e partir do discurso científico, na condução de sua vida cotidiana.

O discurso da competência privatizada é aquele que ensina a cada um de nós, enquanto indivíduos privados, como nos relacionarmos com o mundo e com os outros. Esse ensino é feito por especialistas que nos ensinam a viver. Assim, cada um de nós aprende a se relacionar com o desejo pela mediação do discurso da sexologia, a se relacionar com a alimentação pela mediação do discurso da dietética ou nutricionista, a se relacionar com a criança por meio do discurso da pediatria, da psicologia e da pedagogia, a se relacionar com a Natureza pela mediação do discurso ecológico, a se relacionar com os outros pela mediação do discurso da psicologia e da sociologia, e assim por diante. (CHAUÍ, 2014, p. 57)

Incompetentes para compreender e participar do planejamento e da gestão do próprio trabalho, mas autorizados e estimulados a se tornarem cientificamente competentes em sua vida privada, os indivíduos aderem acriticamente aos produtos que lhes asseguram vida melhor porque mais racional. Aproveitando-se e sendo aproveitados pela grande e diversificada produção da indústria cultural, que atende a demandas identificadas e cria novos desejos e necessidades na busca por uma vida garantida pelo conhecimento científico (o melhor alimento, a maneira mais eficiente de fazer uma coisa ou outra, o jeito mais correto de lidar com os filhos, a forma mais inteligente de se relacionar amorosamente), as pessoas se

inserem, inconscientemente, na vida administrada, transferindo para terceiros, e pagando por isso, as escolhas e decisões de sua própria vida.

Para Chauí (2014), tanto o discurso competente da organização quanto o discurso da competência privatizada, ambos sustentados pelo saber dos especialistas, apontam para dois aspectos indissociáveis do modo de produção capitalista. O primeiro, que afirma que só existe racionalidade e eficiência no ordenamento do mercado e da produtividade; o segundo, que advoga a felicidade como resultado do sucesso na competição e no modelo propostos pelas instituições, tendo como contribuição toda a produção especializada que nos ajuda a viver melhor.

A ideologia da competência gera vários produtos que, cada um à sua maneira, alimentam e fortalecem a realização da vida administrada. No âmbito deste estudo, destaco um instrumento largamente utilizado no planejamento, na implementação e na avaliação de produtos mercadológicos e políticas públicas: as pesquisas quantitativas e qualitativas, realizadas por institutos especializados, que buscam identificar e descrever possíveis consumidores ou usuários, seus desejos, suas dificuldades, suas especificidades, suas condições socioeconômicas e muitos outros aspectos que podem desmotivar, qualificar, potencializar e até mesmo induzir um investimento.

4.1 O sujeito bem informado e as pesquisas de opinião

Todos os dias os jornais e revistas de grande circulação, impressos e eletrônicos, programas de rádio e de televisão oferecem aos seus leitores e espectadores informações sobre as mais diversas pesquisas sobre os mais distintos assuntos, muitas desenvolvidas por conceituadas universidades, nacionais e estrangeiras: segurança, alimentação, sexualidade, saúde, educação e até mesmo felicidade se apresentam como temas passíveis de mensuração e de planejamento. Ao mesmo tempo, os mesmos leitores e espectadores são convidados, abordados nas ruas, em ligações telefônicas, por e-mail ou contas nas redes sociais a participar dessas pesquisas, respondendo a questionários e muitas vezes recebendo bônus financeiros, cupons de descontos e prêmios como estímulo à participação. As informações veiculadas por essas pesquisas, legitimadas por universidades ou respeitáveis institutos, são

apresentadas de maneira resumida, muitas vezes apenas através de tabelas e gráficos, e assumem, junto à grande maioria dos leitores e espectadores desses meios de comunicação, condição de verdade científica, o que gera confiabilidade e segurança, conforme consigna Adorno:

As pessoas acreditam estar salvas quando se orientam conforme regras científicas, obedecem a um ritual científico, se cercam de ciência. A aprovação científica converte-se em substituto da reflexão intelectual do fátual, de que a ciência deveria se constituir. A couraça oculta a ferida. A consciência coisificada coloca a ciência como procedimento entre si própria e a experiência viva. (ADORNO, 1995, p. 70)

A chancela da ciência, da racionalidade e da eficácia, instituída como valor e exigência para o mundo contemporâneo pelo discurso competente, passa a fazer parte do cotidiano das pessoas comuns, orientando suas vidas. Assim, as pessoas saem em busca de bens que fariam delas sujeitos bem informados, conhecedores do seu tempo, como lhes é exigido:

mais profundamente, estabelece-se um novo tipo de socialização “racional” do indivíduo, claro que não pelos conteúdos escolhidos que permanecem amplamente submetidos às flutuações imprevisíveis das personalidades, mas, sim, pelo imperativo sedutor de se informar, de administrar a si próprio, de prever, de se reciclar, de submeter sua vida à regra da manutenção e do teste. (LIPOVESTSKY, 2005, p. 88)

Estar bem informado e ter condições de opinar passam a fazer parte do rol de exigências contemporâneas. O sujeito não é mais apenas aquele que tem, mas aquele que sabe, que se informa e que pode falar sobre os mais diversos assuntos. À posse dos bens materiais, juntam-se os livros, os jornais, as revistas, os passeios a livrarias, museus e galerias de arte, as viagens culturais, a aprendizagem de outros idiomas, o conhecimento de terapias exóticas para o bem-estar e o autoconhecimento, vindas dos quatro cantos do mundo. A vida religiosa amplia suas possibilidades, com a recomendação feita por especialistas da área, de práticas orientais e primitivas, que advogam a paz interior, o autocontrole e a comunhão com a natureza. Esta última, a natureza, se torna uma das principais fontes de bem-estar para o sujeito contemporâneo, presente de maneira ostensiva em sua alimentação, em seus medicamentos, em suas férias, em seu desejo de moradia, em consonância com as orientações especializadas sobre o tema. É importante ressaltar que nessa busca por informações e

orientações especializadas para a condução da vida não estão incluídos milhões de pessoas que lutam por condições básicas de sobrevivência, como alimentação e moradia.

É nesse contexto da competência privatizada, conforme denominação de CHAUI (2014), que a racionalidade da administração e da organização se insere como discurso de integração, tornando-se natural e desejável em todas as instâncias sociais.

Na lógica da administração, da organização e da eficiência da vida, incluídas nesse bojo as políticas públicas e, especialmente, as instituições empresariais, impôs-se a necessidade de tudo identificar, sistematizar, planejar e avaliar, a partir de orientações científicas, elaboradas por especialistas. Esse modo de ordenar e realizar a vida em suas relações sociais, econômicas e culturais, onde um há um discurso competente legítimo e autorizado pela posse de um saber científico a dizer o que é certo ou errado, como, quando e por quem as coisas devem ser feitas, sem envolver nesse processo todas as pessoas dele participantes, foi designado por Chauí (2014) como ideologia da competência, que, em resumo, pode ser definida como a divisão das pessoas entre as que são competentes para pensar, planejar, definir e orientar sobre algo, a partir da posse de um título ou conhecimento científico, e as que não estão preparadas para tal e, por isso, são destinadas a executar, sem compreender o processo, o que foi pensado, planejado, definido e orientado pelos primeiros. Nesse contexto, as pesquisas de opinião pública se apresentam como um importante instrumento de planejamento.

As pesquisas de opinião pública surgiram, segundo Venturi Junior e Telles (2015), no interior do capitalismo, junto ao desenvolvimento da ciência e de novas tecnologias comunicacionais. Com poder material, mas interdita no âmbito político, a burguesia encontra na esfera pública, constituída por indivíduos em seus interesses privados e independentes do poder político, um lugar de autonomia: “longe da influência dos poderes político e econômico, a opinião pública se sustentaria na racionalidade e no melhor argumento” (VENTURI JUNIOR e TELLES, 2015, p. 622).

O advento do Estado moderno, com funções administrativas e de governança organizadas, com o monopólio do poder e da força, possibilitou e estimulou a formação de grupos civis, a princípio sem representação política, mas potente em suas articulações em torno de interesses econômicos, estes submetidos ao controle do Estado. Os burgueses passaram a se movimentar em torno do reconhecimento das opiniões de seus semelhantes,

além de se associar em grupos, clubes, partidos, afirmando-se e organizando-se publicamente em defesa de seus interesses. A emergência dessa articulação na esfera pública gerou a criação de amplas redes sociais e um sistema de comunicação entre as mesmas que permitiu a circulação de informações e a formação da opinião pública, que em seu cerne carrega, desde sua origem, uma contradição:

A passagem de “opiniões do público” para a opinião pública, no decorrer dos séculos 17 e 18, marca a modernidade, mas traz ambiguidades, pois, se o conceito de opinião pública implica unidade (a opinião), sua caracterização como “pública” expressa a diversidade dos indivíduos e das suas opiniões. Como pública, tem a intenção de ser universal, racional e objetiva; mas, sendo igualmente opinião, é imbuída de subjetividades e valores. (VENTURI JUNIOR e TELLES, 2015, p. 622).

A promoção e a valorização da opinião pública contaram, ao longo da história, com a aprovação de filósofos, que a compreendiam como espaço legítimo para o uso da razão e para a participação, especialmente a burguesa. Kant, por exemplo, defendia a opinião pública “no sentido de dar ‘publicidade’ à opinião, como livre uso público da razão, devendo ser dirigida tanto ao povo, como ao Estado, mediando assim a moral e a política, como espaço institucionalizado de promoção do debate público” (VENTURI JUNIOR e TELLES, 2015, p. 623).

Outros a percebiam como instrumento de manipulação e escamoteamento de problemas sociais, como Karl Marx, que considerava a opinião pública como “falsa consciência ou ideologia que oculta, sob a ideia de expressão de um interesse *público* comum e indiferenciado, classes sociais portadoras de interesses e projetos históricos antagônicos” (VENTURI JUNIOR e TELLES, 2015, p. 623-624).

Na segunda metade do século XX, no ambiente do pós-guerra, com o desenvolvimento das sociedades industriais e o avanço do sufrágio universal, a opinião pública se reveste de prestígio. No entanto, sua autonomia passa, mais uma vez, a ser questionada, principalmente em função da manipulação popular pelas novas formas comunicacionais e pelo poder da propaganda, um dos principais mecanismos de ascensão do nazifascismo.

Esse questionamento é formulado por autores da Teoria Crítica da Sociedade (Walter Benjamin, Theodor Adorno e Max Horkheimer), que apontam “o desaparecimento dos espaços públicos autônomos, pressupostos para a existência de uma opinião pública como livre expressão de uma sociedade articulada em torno de seus múltiplos interesses coletivos”

(VENTURI JUNIOR e TELLES, 2015, p. 624). A consolidada indústria cultural, com o poder alienante de seus produtos e movimentos de integração, fortalece as condições de alienação que neutralizam, segundo a Teoria Crítica da Sociedade nesse momento, as possibilidades de opinião pública e resultados de pesquisas de opinião autônomas:

o questionamento recai sobre os efeitos alienantes de uma indústria cultural que neutraliza o poder das criações intelectuais, uma vez tornadas mercadorias, concorrendo para a formação de um público de indivíduos atomizados, presas úteis de manipulações consumistas e outras nem sempre inofensivas. (VENTURI JUNIOR e TELLES, 2015, p. 624).

Assim, para os autores da Teoria Crítica da Sociedade, a formação da opinião pública e as pesquisas de opinião como mecanismos de participação e escuta social se transformam em instrumentos de manipulação e de dominação a serviço de interesses econômicos e políticos.

Pierre Bourdieu (2014) está entre os autores que, contemporaneamente, problematizam a validade da celebrada opinião pública. Para o autor, em uma sociedade que se pretende democrática, a opinião oficial deveria ser a opinião de todos, mas que há uma prática de poder em que “a opinião pública é a opinião dos que são dignos de ter uma opinião” (BOURDIEU, 2014, p. 101). Isso pode ser constatado na formação de comissões de elaboração e análise de pesquisas de opinião e no que pode ser compreendido como uma espécie de manipulação para a validação do resultado que se pretende oficial: “Dizer ‘as pesquisas estão conosco’ é o equivalente a ‘Deus está conosco’ em outro contexto” (BOURDIEU, 2014, p. 102).

Atualmente, além de expressar as posições e os interesses de grupos organizados, o termo “opinião pública” se refere ao conjunto de opiniões, atitudes, demandas, crenças, sistematizadas e tornadas públicas pelas pesquisas de opinião.

As pesquisas de opinião pública se apresentam como um aspecto importante do mundo administrado, pois são compreendidas como um instrumento de planejamento para a tomada de decisões racionais e eficientes. Elas têm se mostrado bastante complexas e, de alguma maneira, podem ser compreendidas como rejeição da ideologia da competência e como sua afirmação.

Na primeira perspectiva, isto é, na rejeição da realização da ideologia da competência, as pesquisas de opinião pública podem ser entendidas como um instrumento de participação

social, na medida em que ouvem e consideram, estatisticamente, as vozes dos “incompetentes”, isto é, das pessoas comuns, dos não especialistas no tema em questão. Por esse prisma, abrem a possibilidade para que os anseios, desejos, satisfações e insatisfações desse grupo sejam considerados na tomada de uma decisão, seja ela mercadológica, seja no âmbito da elaboração de uma política pública, para ficar nesses dois exemplos. Além disso, podem ser compreendidas, também, como uma oportunidade para que os entrevistados se dediquem a pensar o tema em questão. Ao ser perguntada sobre o que pensa ou espera ou faz com isto ou aquilo, ou sobre o que consome e de que maneira, a pessoa pode se sentir convidada a refletir sobre o assunto, o que talvez não fizesse espontaneamente.

Na segunda perspectiva, que considera as pesquisas de opinião a afirmação da ideologia da competência, a tendência é sua compreensão como espaço de legitimação do pensamento dos especialistas, uma vez que as perguntas realizadas já carregam em si um conjunto restrito de respostas, seja por sua elaboração, seja pelas possibilidades apresentadas pelos questionários utilizados nas entrevistas, como constata Bourdieu:

Uma das propriedades das pesquisas de opinião consiste em apresentar às pessoas problemas que elas não apresentam a si mesmas, portanto a impor respostas. Não é uma questão de viés na constituição das amostragens, é o fato de impor a todos perguntas que se colocam à opinião esclarecida e, assim, produzir respostas de todos sobre problemas que se colocam a alguns, portanto dar respostas esclarecidas já que foram produzidas pela pergunta: ou seja, fez-se com que existissem para as pessoas questões que não existiam para elas, ao passo que o que era discutível para elas é a questão. (BOURDIEU, 2014, p. 102)

Dessa maneira, em grande medida, os resultados apurados junto à opinião pública não seriam legítimos, uma vez que as pessoas entrevistadas seriam constrangidas a opinar sobre algo que desconheceriam, sendo, ao mesmo tempo, induzidas a respostas previstas pelo próprio processo, conferindo aos resultados da pesquisa o caráter de democráticas, uma vez que “as pesquisas estão conosco”.

Outro aspecto importante a ser observado são as influências que assuntos ou personalidades ou produtos amplamente presentes e divulgados pela mídia ou validados por líderes religiosos, por exemplo, podem exercer sobre as respostas, colocando em prática a ideologia da competência, que atribui a alguns especialistas – no caso, a mídia, a igreja – o poder de oferecer respostas a quem não se sente competente para elaborá-las sozinho. Isso tornaria a pesquisa de opinião um espaço retórico de validação do discurso especialista, com a singularidade de ter sido referendado por grande número de pessoas, que acabam se sentindo

participantes do processo. Além disso, a divulgação do resultado da pesquisa induziria outras pessoas, de maneira geral, a acompanhar suas respostas quantitativamente mais representativas (bom exemplo disso pode ser visto nas pesquisas de opinião realizadas durante os processos eleitorais, em que os candidatos que são apresentados com maior número de intenção de votos acabam se tornando alvo da intenção de votos de eleitores indecisos).

Mesmo se analisadas isoladamente, as duas perspectivas se mostram bastante complexas, com distintos fatores e variáveis influenciando um e outro entendimento. O que vale ser problematizado, no âmbito deste estudo, é de que maneira e com que intenção, explícita ou implícita, as perguntas são formuladas, como são analisadas e de que forma seus resultados são oferecidos como retorno.

5 PERCURSO METODOLÓGICO

Desde onde minha memória alcança, me vejo buscando palavras. Ainda pequena, em uma cidade também pequena no interior de Minas Gerais, já tentava, com os poucos instrumentos de que dispunha, compreender e organizar o mundo através da letra. Naquele período, meu universo livresco se resumia à biblioteca da escola e sua Coleção Vaga-Lume e à coleção de José Mauro de Vasconcelos, publicada pela Editora Melhoramentos, herança da minha mãe, que morreu quando eu tinha três anos de idade.

Apesar da formação escolar bastante frágil, feita em escolas públicas no interior e todas as suas limitações, e da quase ausência das práticas de leitura em casa – com exceção dos poucos livros escolares oferecidos pelo Estado e da referida coleção do escritor José Mauro de Vasconcelos, os materiais de leitura se restringiam às revistas de faroeste lidas por meu pai -, tive, desde jovem, grande necessidade de compreender o porquê das coisas, o que talvez explique o interesse que há muito tenho pelo que Theodor Adorno, principal referência nesta pesquisa e em meus estudos, chamou formação.

Evidentemente, Adorno foi para mim uma referência tardia, quando já buscava, em meu trabalho com as bibliotecas públicas, compreender as razões da leitura e da formação de leitores para além do discurso do senso comum. O filósofo frankfurtiano não se dedicou especificamente aos estudos sobre leitura, mas seus ensaios sobre educação, emancipação e formação contribuíram de maneira decisiva para a minha reflexão. A cada atividade, serviço oferecido, título escolhido para a composição dos acervos bibliográficos, me perguntava sobre a oferta que tudo aquilo fazia para as pessoas. Dito de outra maneira, entender por que trabalhávamos para que as pessoas lessem, embora parecesse óbvio e seguro para a maioria dos que atuavam nesse segmento, tornava-se uma questão cada vez mais importante e incompressível para mim. Naturalmente, sabia que a leitura era uma necessidade imposta para o trabalho, para a comunicação, para a circulação na cidade, enfim, para a vida produtiva. Minha inquietação se dava em outra dimensão: o que a leitura, especialmente a literária, oferecia para além de seu uso pragmático?

Minha própria experiência de leitora já respondia, em alguma medida, às minhas questões, pois foi com a leitura de romances, contos e crônicas que comecei a perceber o quanto o mundo era grande, conflituoso e com infinitas tentativas de explicação a partir de

perspectivas e interesses os mais diversos. A leitura de poemas me convocou a pensar, pela primeira vez, o que depois verifiquei constituir os outros gêneros textuais: uma construção que se fazia pela escrita. Assim, os livros deixaram de ser para mim apenas uma história contada. Passei a compreender as narrativas, os versos, as ideias como construção da escrita e esta como um instrumento de poder, tanto pelo acesso ao imenso acervo que oferecia quanto pela possibilidade de inscrição de novas vozes nas narrativas e registros que tentavam dar conta da produção e da memória da humanidade.

O percurso metodológico realizado nesta pesquisa está inexoravelmente sustentado por essa experiência de leituras e de indagação do mundo, marcada pela certeza de conflitos e disputas, por dissensos, nos discursos de explicação do mundo, inclusive os considerados científicos. Ou, para ser coerente com a opção teórica feita, se é possível tomá-la como opção, posso afirmar que minha escolha metodológica é a que vai ao encontro da concepção de formação construída por Theodor Adorno.

Como já exposto, para Adorno o processo de formação é constante e coloca em marcha a permanente indagação de formas e entendimentos fechados, reificados. Isso se aplica, inclusive, aos textos e estudos científicos e até mesmo ao que é considerado ciência. Para o autor, a escrita e o pensamento são privilegiados quando a forma para a apresentação das ideias permite um movimento pensante, dialético, em sua própria realização. É com esse entendimento que Adorno elege o ensaio como forma, por excelência, para o exercício e a escrita dialética:

O ensaio não apenas negligencia a certeza indubitável, como também renuncia ao ideal dessa certeza. Torna-se verdadeiro pela marcha de seu pensamento, que o leva para além de si mesmo, e não pela obsessão em buscar seus fundamentos como se fossem tesouros enterrados. O que ilumina seus conceitos é um *terminus ad quem*, que permanece oculto ao próprio ensaio, e não um evidente *terminus a quo*. (ADORNO, 2012, p. 30-31)

Assim, é na construção do pensamento a partir da reorganização e da reflexão sobre conceitos e ideias já dados que o ensaio se realiza. Mais que um círculo fechado de desdobramentos consequentemente lógicos de teorias classificatórias e autores previamente apresentados, o ensaio prioriza a relação e a interpretação fluida entre pensamentos, construindo, no próprio encontro de ideias, uma compreensão, sempre aberta e inconclusa, de seu objeto. Para o autor, os conceitos devem ser tomados e apresentados de acordo com os objetivos do ensaio, contrariando a premissa cartesiana de gradação do mais simples para o

mais complexo e propondo, exatamente, o percurso contrário, a saber, a busca da compreensão a partir da complexidade. Na contramão das tentativas de redução do conhecimento e do pensamento a categorias fechadas, verificáveis teoricamente e, por isso, seguras e confortáveis, a proposição de Adorno é de que “o ensaio abala a ilusão desse mundo simples, lógico até em seus fundamentos, uma ilusão que se presta comodamente à defesa do *status quo*” (ADORNO, 2012, p. 33). Para o autor, o ensaio, como forma, cria as condições para pensamento aberto, limitado apenas por seu conteúdo. Afastando-se da ideia de criação e de totalidade,

sua forma acompanha o pensamento crítico de que o homem não é nenhum criador, de que nada humano pode ser criação. Sempre referido a algo já criado, o ensaio jamais se apresenta como tal, nem aspira a uma amplitude cuja totalidade fosse comparável à da criação. Sua totalidade, a unidade de uma forma construída a partir de si mesma, é a totalidade do que não é total, uma totalidade que, também como forma, não afirma a tese da identidade entre pensamento e coisa, que rejeita como conteúdo. Libertando-se da compulsão à identidade, o ensaio é presenteado, de vez em quando, com o que escapa ao pensamento oficial: o momento do indelével, da cor própria que não pode ser apagada. (ADORNO, 2012, p.36-37)

Retomando utopicamente a união entre a arte e a ciência, recusada pelo sistema científico tradicional, especialmente em função dos interesses de domínio produtivo da natureza, conforme abordado por Adorno e Horkheimer na *Dialética do esclarecimento*, o ensaio, com seu caráter fragmentário e aleatório, com sua forma intrinsecamente atrelada ao seu objeto, abarcaria intuição e conceito, incluindo a experiência e a expressividade na construção de um pensamento liberto do peso e das exigências de totalidade e criando condições para que o mediato (cultura) não fosse tomado nos mesmos moldes do imediato (natureza). Para Duarte (1997), são o cerne das determinações do ensaio como forma:

o já mencionado reconhecimento de que o conceito não pode ser, de modo algum, algo primário, de que não se pode tecer a cultura a partir da natureza, embora uma análise daquela mostre uma essência selvagem, que a aproxima dessa última. Sob outro aspecto, delineia-se novamente o tema da *Dialética do Esclarecimento*, ou seja, o fato de que a racionalidade humana, unilateralmente desenvolvida no sentido de garantir a autoconservação dominando a natureza, torna-se ela própria em natureza, no momento histórico de sua mais completa coisificação desde o seu estabelecimento (o mundo administrado do capitalismo tardio). (DUARTE, 1997, p. 80)

Em resumo, visto pelos métodos científicos tradicionais, o esclarecimento, objeto da cultura, fica sistematicamente observado, analisado e classificado com os mesmos

instrumentos e categorias criados para a natureza, tornando-se um objeto fechado em regras que o excluem da mediação, do pensamento dialético, fazendo de sua análise um procedimento imediato. O ensaio, tal como proposto por Adorno (2012) e em completa coerência com todo o seu pensamento, seria a forma privilegiada de ruptura do sistema, estabelecendo-se um método anti-método em termos convencionais.

Assim, convencida de que o ensaio é a forma que melhor contempla os objetivos desta pesquisa, a saber a identificação e a análise dos conceitos de leitor e leitura que emergem de quatro edições da *Retratos da leitura no Brasil*, bem como suas implicações no debate político e pedagógico no campo, tendo como norteadores os conceitos de formação e semicultura de Theodor Adorno, tomo-o como forma, especialmente na construção da crítica ao meu objeto.

A escolha da pesquisa *Retratos da leitura no Brasil* como objeto de pesquisa se deve à grande repercussão e influência que esta iniciativa vem alcançando no campo desde sua primeira edição. Com presença marcante na imprensa e em eventos da área de livro e leitura (seminários, congressos, encontros, festivais, salões, bienais) que reúnem professores, bibliotecários, gestores públicos, agentes comunitários, escritores, editores e mediadores de leitura, de maneira geral, nas divulgações de cada uma de suas edições, a *Retratos* ocupa, atualmente, um lugar de referência no setor. Como o estudo é amplo e permite várias abordagens, elegi os pontos que trazem de maneira mais potente a discussão que me interessa fazer, tanto acadêmica, quanto profissionalmente, e que, no meu entendimento, determinam todos os desdobramentos e implicações que ela possa ter na área. Nessa perspectiva, foram estabelecidos como objeto de pesquisa as concepções de leitor e leitura apresentadas e reveladas, explícita e implicitamente, pela *Retratos da leitura no Brasil*. Todas as perguntas e respostas presentes nas quatro edições analisadas partem de um entendimento de leitor e é esse entendimento que sustentará seus resultados. Assim, todos os dados sobre o comportamento leitor apresentados pela *Retratos da leitura no Brasil* dirão de uma concepção específica de leitor.

Nenhuma pesquisa surge aleatoriamente, de completa dúvida ou desconhecimento do tema que se pretende estudar, e com esta não foi diferente. Meu interesse de pesquisa pela *Retratos da leitura no Brasil* tem origem na minha relação profissional com o objeto, o que está posto, segundo Minayo (2012), na investigação social:

Na investigação social, a relação entre o pesquisador e seu campo de estudos se estabelece definitivamente. A visão de mundo de ambos está implicada em todo o processo de conhecimento, desde a concepção do objeto aos resultados do trabalho e à sua aplicação. Ou seja, a relação, neste caso, entre conhecimento e interesse deve ser compreendida como critério de realidade e busca de objetivação. (MINAYO, 2012, 13-14)

Desde seu surgimento, especialmente a partir de sua segunda edição, a *Retratos da leitura no Brasil* me causou grande incômodo pela concepção de leitor adotada, especialmente frente a um entendimento da leitura como instrumento de formação, de compreensão e de indagação do mundo, numa perspectiva crítica. Por esse motivo, fiz a escolha teórica de interpretar o leitor e a leitura da *Retratos da leitura no Brasil* à luz de um pensamento que postulasse a educação e a cultura como processos de formação e emancipação, tomando como eixo o pensamento de Theodor Adorno. Para isso, identifiquei pontos que me permitiram apreender as concepções de leitor e leitura presentes no estudo que me pareceram mais relevantes como contribuição para o debate no campo.

No primeiro capítulo, apresento os estudos de Adorno e Horkheimer sobre a indústria cultural, destacando como um de seus produtos a semicultura, condição de impedimento para a formação, como a concebe Adorno. A *Dialética do esclarecimento* foi tomada como ponto de partida para a apresentação do contexto histórico e social em que surgem, de maneira potente, a indústria cultural, seus mecanismos de integração e o conceito de semicultura, este último um contraponto à formação. Também considerei importante apresentar argumentos que validam e confirmam a atualidade da teoria da semicultura, meio século após sua publicação, especialmente no que tange às suas contribuições para o campo educacional, onde se insere de forma mais vigorosa o tema da leitura.

O segundo capítulo aborda o conceito de trama leitora, de Constantino Bértolo (2014), que contempla aspectos que, para o autor, formam um leitor crítico. O conceito de trama leitora abarca elementos que se aproximam, no campo da leitura, do que, no entendimento de Adorno, definiriam um sujeito em formação, a saber o domínio da forma, a compreensão de dimensões autobiográficas e ideológicas e a apropriação de forma e conteúdo em diálogo com outras experiências de leitura, chamada pelo autor de aspecto metaliterário. Em resumo, a partir da concepção adorniana de formação, tomei, numa aproximação, o conceito de trama leitora de Constantino Bértolo para pensar o leitor que se mova nessa perspectiva emancipadora, reunindo, idealmente, os traços de um leitor em formação.

O terceiro capítulo se propõe a contextualizar o surgimento e a instituição do meu objeto. Para isso, apresentei, por meio da teoria da ideologia da competência, de Marilena Chauí, as crenças e formas de realização do mundo administrado, especialmente em suas tentativas de parametrização e gerenciamento eficaz da vida, tanto na esfera privada quanto na pública. Tento apresentar em que contexto a *Retratos da leitura no Brasil* é instituída e em qual visão de mundo está sustentada.

Nos quinto e sexto capítulos, apresento as quatro edições da *Retratos da leitura no Brasil*, com suas informações institucionais, sua metodologia, indicadores e análises gerais apresentadas pelos seus organizadores e coordenadores. Em seguida, analiso, a partir de três categorias – leitor explicitado e revelado, bibliotecas e políticas públicas –, as concepções de leitor e leitura que podem ser identificadas na *Retratos da leitura no Brasil*, considerando as perguntas aplicadas nas entrevistas e os textos dos especialistas que se dedicam a esta reflexão específica, isto é, que se ocupam em pensar conceitualmente o leitor e a leitura, mesmo que de maneira enviesada.

A definição das categorias leitor explicitado e revelado, bibliotecas e políticas públicas foi feita em função de sua potência em evidenciar de maneira mais concreta as implicações que a concepção de leitor e leitura presente na *Retratos da leitura no Brasil* podem trazer ao campo.

No sétimo capítulo, apresento as considerações finais e as indagações que me colocam em marcha, sempre em direção à ampliação da participação da população na cultura escrita.

Em resumo, é a partir da atualidade dos estudos adornianos sobre a indústria cultural e a teoria da semicultura que analiso as definições de leitor e leitura apresentadas pela *Retratos da leitura no Brasil* como critério de realização das entrevistas e lanço mão das concepções de leitor e leitura implícitas nas análises dos especialistas, considerando vários aspectos, como a construção de políticas públicas para a área e a revitalização de bibliotecas. Também me dedico a analisar a importância da *Retratos da leitura no Brasil* e de sua série histórica, tanto na afirmação por seus organizadores e pelos especialistas, que permitem a comparação de dados brasileiros com instrumentos internacionais de avaliação de desempenho de leitura e escrita, na formulação e avaliação de políticas públicas para a área, quanto na construção de uma realidade presumidamente científica. E, como não poderia deixar de ser, todo o esforço de análise tenta capturar as influências da indústria cultural e de elementos de integração nas

perguntas das entrevistas do estudo, estabelecendo concepção, muitas vezes implícita, de leitor e leitura.

Como é próprio do ensaio, como o concebe Adorno (2012), a análise empreendida se vale, em grande medida, de minha experiência com o objeto e com as buscas que nele faço. Dessa maneira, toda a reflexão teórica apresentada serve como motor para a compreensão e apreensão da experiência e vice-versa, com a experiência ressignificando a teoria e os conceitos, uma vez que para Adorno

a relação com a experiência – e o ensaio confere à experiência tanta substância quanto a teoria tradicional às meras categorias – é uma relação com toda a história; a experiência meramente individual, que a consciência toma como ponto de partida por sua proximidade, é ela mesma já mediada pela experiência mais abrangente da humanidade histórica; é um mero autoengano da sociedade e da ideologia individualistas conceber a experiência da humanidade histórica como sendo mediada, enquanto o imediato, por sua vez, seria a experiência própria de cada um. (ADORNO, 2012, p. 26)

Embora ousada, esta será a tentativa desta pesquisa: a escrita de um pensamento ensaístico, fragmentado, aberto e inconcluso, mas agudo, pelo menos no exercício, para a compreensão dos conceitos de leitor e leitura que emergem da *Retratos da leitura no Brasil*, tendo como horizonte a formação adorniana.

6 A PESQUISA *RETRATOS DA LEITURA NO BRASIL*

A pesquisa *Retratos da leitura no Brasil* foi realizada pela primeira vez em 2000 pela Câmara Brasileira do Livro, BRACELPA – Associação Brasileira de Celulose e Papel, Sindicato Nacional de Editores de Livros e ABRELIVROS – Associação Brasileira de Editores de Livros Escolares, por meio da empresa A. Franceschini Análises de Mercado, de São Paulo.

A Câmara Brasileira do Livro (CBL) é uma entidade de classe, fundada em 1946, em São Paulo, com o objetivo de divulgar e promover o livro no país. Sua missão é “atender aos objetivos maiores de seus associados e ampliar o mercado editorial por meio da democratização do acesso ao livro e da promoção de ações para difundir e estimular a leitura”⁸. Em sua trajetória estão muitas campanhas publicitárias e eventos, como encontros, congressos e participação em feiras, nacionais e estrangeiras, para a promoção do livro, além de negociações com instituições públicas para a isenção de impostos (em 1950, a CBL conseguiu junto a vários governos estaduais a isenção do então Imposto sobre Vendas e Consignações – IVC, atual Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS, para todo o comércio livreiro, além de facilidades de importação de livros estrangeiros e de papel destinado à produção editorial). De acordo com o histórico da instituição, em sua página eletrônica⁹, quatro de suas ações são destacadas: a realização, desde 1961, da Bienal do Livro de São Paulo, que teve como início a Feira Popular do Livro, em 1951; a criação, em 1957, e a manutenção anual do Prêmio Jabuti, que reconhece e premia editores, escritores, jornalistas e outros profissionais ligados à indústria e ao comércio de livros; a Escola do Livro, iniciada em 1989, para capacitar e treinar profissionais envolvidos com a produção e a comercialização de livros; e o programa Minha Biblioteca, em que a Secretaria Municipal de Educação de São Paulo adquire, com 60% de desconto, livros para serem distribuídos aos alunos da rede municipal de ensino.

⁸ Disponível em < <http://www.cbl.org.br/telas/cbl/missao.aspx>>. Acesso em 01 jun. 2016.

⁹ Disponível em < <http://www.cbl.org.br/telas/cbl/historia.aspx>>. Acesso em 01 jun. 2016.

A Associação Brasileira de Celulose e Papel – BRACELPA é uma associação patronal que reúne indústrias de papel e celulose. Em junho de 2016, sua página eletrônica¹⁰, estava desativada.

O Sindicato Nacional dos Editores de Livros – SNEL foi criado no Rio de Janeiro, em 1940, por 23 editores, inicialmente como Associação Profissional das Empresas de Livros e Publicações Culturais. Em 1941 foi reconhecido como sindicato pelo então Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, passando a se chamar Sindicato Nacional das Empresas Editoras de Livros e Publicações Culturais. Em 1959, passa a ser denominado Sindicato Nacional dos Editores de Livros – SNEL. Com várias conquistas para o setor em sua história – isenção tributária para o livro na Constituição de 1946, isenção de impostos para a importação de equipamentos e de papel, criação de tarifa especial para a remessa postal de livros, contribuição para a implantação do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), implantação de pesquisas e análises estatísticas para a orientação do setor diante da ameaça da chegada de empresas editoriais estrangeiras no Brasil, criação da Bienal Internacional do Livro do Rio de Janeiro, a desoneração fiscal do livro, contribuição para a elaboração e aprovação da Lei do Livro, entre outras, o SNEL tem como finalidade o estudo e a coordenação de atividades editoriais, bem como a proteção e a representação legal da categoria de editores de livros e publicações culturais em todo o Brasil.

A Associação Brasileira de Editores de Livros Escolares - ABRELIVROS é uma entidade civil, sem fins lucrativos, fundada em 1991, que congrega editoras de livros educativos no país. Tem como objetivos contribuir para o desenvolvimento educacional e cultural do país, por meio de atividades para a formação do educador, para a promoção da leitura e para a melhoria da qualidade do livro; orientar, defender e proteger os interesses da categoria e de seus associados, representando as editoras junto aos governos e outras instâncias; melhorar a qualidade física e pedagógica dos livros, bem como a operacionalização dos programas nacionais para aquisição de livros, por meio de diálogo com as instituições governamentais.

Publicada em 2001, a primeira edição da pesquisa trazia o nome no singular – *Retrato da leitura no Brasil* - e estava dividida em quatro partes, com a apresentação de seus objetivos e metodologia, destaque para informações sobre o “mercado comprador”, informações sobre a leitura de livros no Brasil e conclusões. Teve como objetivo principal “identificar a

¹⁰ Disponível em <www.bracelpa.org.br>. Acesso em 01 jun. 2016.

penetração da leitura de livros no Brasil e o acesso a livros” e como objetivos secundários: levantar o perfil do leitor de livros; coletar as preferências do leitor brasileiro; identificar as barreiras para o crescimento da leitura de livros no Brasil; levantar o perfil do comprador de livros no Brasil.

Por meio de amostragem probabilística, que dá a todos os residentes no país, dentro do perfil estabelecido, a possibilidade de serem entrevistados, foram ouvidas pessoas com 14 anos ou mais, em 46 cidades, de todas as regiões do país, com exceção da Norte, cujos dados não foram considerados por não permitirem uma representação estatística da região. Em cada cidade foram realizadas 130 entrevistas, com exceção de São Paulo, maior mercado editorial no país, segundo o relatório da pesquisa, onde foram feitas 433. A pesquisa foi conduzida pela empresa A. Franceschini Análise de Mercado, de SP, e as entrevistas foram realizadas entre 10 de dezembro de 2000 e 25 de janeiro de 2001. Além dessas informações, o relatório da pesquisa traz também dados sobre gênero, classe econômica / poder aquisitivo, escolaridade e faixa-etária.

A segunda edição da *Retratos da leitura no Brasil* foi promovida em 2007 pelo Instituto Pró-Livro, uma organização social civil de interesse público (OSCIP), criada em outubro de 2006, pela Câmara Brasileira do Livro (CBL), Sindicato Nacional de Editores de Livros (SNEL) e Associação Brasileira de Editores de Livros (Abrelivros) e mantida com recursos provenientes de contribuições mensais de empresas do mercado editorial. Com o objetivo de fomentar a leitura de livros no Brasil, o Instituto Pró-Livro desenvolve projetos próprios e apoia iniciativas públicas e de instituições da sociedade civil sem fins lucrativos através de parcerias, como assessorias, participação direta em ações ou doações, constituindo-se “numa resposta institucional das entidades do livro no País diante da necessidade de fortalecimento de ações estruturais e de participar ativamente das políticas públicas do livro e leitura” (AMORIM, 2008, p. 05).

A segunda edição da *Retratos da leitura no Brasil* foi coordenada por Galeno Amorim¹¹, que também organizou sua publicação em livro editado pelo Instituto Pró-Livro em parceria com a Imprensa Oficial do Estado de São Paulo.

¹¹ Então diretor do Observatório do Livro e da Leitura, foi o primeiro coordenador do Plano Nacional do Livro e Leitura. Presidiu o Conselho Diretivo do Ano Ibero-Americano da Leitura (Vivaleitura) e o Comitê Executivo do Centro Regional de Fomento ao Livro na América Latina e no Caribe (Cerlalc / Unesco). É consultor internacional de políticas públicas do livro e da leitura, autor de dez livros e ex-secretário da Cultura de Ribeirão Preto (SP), onde criou e dirigiu diversos órgãos de políticas do livro e leitura.

O livro é dividido em duas partes. A primeira traz o prefácio intitulado *Construindo um Brasil leitor*, assinado por Jorge Yunes, editor, presidente do Instituto Pró-Livro e da Abrelivros; a apresentação *Por uma nação de leitores*, de autoria de Hubert Alquéres, diretor-presidente da Imprensa Oficial do Estado de São Paulo; a introdução, *Os muitos retratos da leitura no Brasil*, por Galeno Amorim; e nove textos de especialistas no tema com comentários sobre a pesquisa em questão. Na segunda parte, chamada *Resultados da pesquisa Retratos da leitura no Brasil – 2007*, estão as informações estatísticas da pesquisa.

Em seu prefácio, Jorge Yunes aborda a importância do envolvimento de vários setores da sociedade, incluindo o governo, para o avanço dos indicadores de leitura do País e destaca o valor da *Retratos da leitura no Brasil* para o conhecimento, a reflexão e a avaliação do panorama da leitura sobre os resultados dos investimentos públicos e privados feitos na área desde a instituição da Lei do Livro, em 2003¹². Ressalta os avanços feitos em função dos investimentos públicos, especialmente na ampliação do acesso ao ensino médio e superior e no esforço governamental para garantir que cada município brasileiro conte com, pelo menos, uma biblioteca¹³.

Hubert Alquéres aborda o valor da linguagem escrita e da leitura e discorre sobre a formação de leitores, ressaltando a influência da família, mas considerando as dificuldades acarretadas pela escolaridade média dos brasileiros. Para ele, o estímulo ao debate entre pesquisadores, educadores e profissionais da área proporcionado pela *Retratos da Leitura no Brasil* é um grande objetivo alcançado pela publicação da pesquisa.

Na introdução, Galeno Amorim reconhece os avanços constatados nos últimos anos, que dizem que os brasileiros estão lendo mais, mas afirma que, embora esteja no caminho

¹² A Lei 10.753, de 30 de outubro de 2003, institui a Política Nacional do Livro, tendo como diretrizes: I - assegurar ao cidadão o pleno exercício do direito de acesso e uso do livro; II - o livro é o meio principal e insubstituível da difusão da cultura e transmissão do conhecimento, do fomento à pesquisa social e científica, da conservação do patrimônio nacional, da transformação e aperfeiçoamento social e da melhoria da qualidade de vida; III - fomentar e apoiar a produção, a edição, a difusão, a distribuição e a comercialização do livro; IV - estimular a produção intelectual dos escritores e autores brasileiros, tanto de obras científicas como culturais; V - promover e incentivar o hábito da leitura; VI - propiciar os meios para fazer do Brasil um grande centro editorial; VII - competir no mercado internacional de livros, ampliando a exportação de livros nacionais; VIII - apoiar a livre circulação do livro no País; IX - capacitar a população para o uso do livro como fator fundamental para seu progresso econômico, político, social e promover a justa distribuição do saber e da renda; X - instalar e ampliar no País livrarias, bibliotecas e pontos de venda de livro; XI - propiciar aos autores, editores, distribuidores e livreiros as condições necessárias ao cumprimento do disposto nesta Lei; XII - assegurar às pessoas com deficiência visual o acesso à leitura.

¹³ O Programa Livro Aberto, uma parceria dos ministérios da Cultura e da Educação, sob a coordenação do Sistema Nacional de Bibliotecas / Fundação Biblioteca Nacional, foi criado em 2004, com o objetivo de implantar bibliotecas públicas em todos os municípios brasileiros.

certo, o Brasil está longe de ser uma nação de leitores. Dos muitos gráficos, quadros e informações gerados pelo estudo, o coordenador destaca o que considera duas grandes notícias: a primeira e boa é que a pesquisa mostrou que quando o Estado investe em políticas públicas, os resultados não tardam a aparecer; a segunda, má, é que os brasileiros ainda não reconhecem o livro e a leitura como algo importante e estratégico para o seu desenvolvimento. Destacando a relevância do estudo para a compreensão do cenário do livro e leitura no Brasil, apresenta a intenção de que os resultados da pesquisa sejam úteis aos que atuam na área, “principalmente, gestores de programas, projetos e políticas públicas em quaisquer esferas da vida nacional que tenham por finalidade desenvolver e fomentar a leitura entre os brasileiros” (AMORIM, 2008. P. 17). Ainda, lista as iniciativas que permitiram os avanços mais recentes na área, como a criação do Instituto Nacional do Livro (INL), extinto em 1990, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e, principalmente, a Lei do Livro, em 2003, a desoneração fiscal do livro, em 2004, o surgimento de instâncias colegiadas de debate e concertação, como a Câmara Setorial do Livro, Literatura e da Leitura e, principalmente, a criação do Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL).

De acordo com Amorim (2008), a segunda edição da *Retratos da leitura no Brasil* começou a ser planejada em 2004, no momento em que o governo brasileiro se debruçava sobre os rumos, as diretrizes e as metas para uma política pública que apontasse para os próximos vinte ou trinta anos. Esse planejamento demandava indicadores que pudessem servir de parâmetro para comparações com instrumentos internacionais e para a criação de metas e objetivos a serem aferidos a curto, médio e longo prazos. O CERLALC (Centro Regional para o Fomento do Livro na América Latina e Caribe), instituição vinculada à UNESCO, desenvolveu, a pedido do Brasil, metodologia que se adequasse às investigações internacionais, levando em consideração as novas visões sobre a leitura no mundo e também as peculiaridades regionais. A metodologia foi testada primeiro em Ribeirão Preto, em 2004, pela empresa A. Franceschini Análise de Mercado, de São Paulo, que havia sido responsável pela primeira edição da pesquisa em 2000. Dois anos depois, em 2006, o Ibope Inteligência fez um segundo teste da metodologia, em estágio mais avançado, no Rio Grande do Sul. A realização da segunda edição da *Retratos da leitura no Brasil*, realizada pelo Instituto Pró-Livro como uma ação do PNLL, entre setembro de 2007 e maio de 2008 também ficou a cargo do Ibope Inteligência.

Segundo Amorim, “o objetivo central da nova edição de *Retratos da leitura no Brasil* foi medir a intensidade, forma, motivações e condições para a prática da leitura no País na segunda metade desta década” (AMORIM, 2008, p. 22), além de se buscar produzir informações qualitativas e quantitativas sobre o acesso ao livro e à leitura e intensificar o olhar para as bibliotecas públicas e seu papel na formação de leitores.

O coordenador da pesquisa aponta as alterações no público entrevistado, a ampliação do número de cidades participantes, a definição do número de entrevistas em proporção ao tamanho das unidades federativas. Informa que apesar do protagonismo do livro, a leitura em outros suportes, como jornais, revistas, histórias em quadrinhos, livros digitais, audiolivros e livros em Braille também foi considerada.

Amorim (2008) apresenta o conceito de leitor utilizado no estudo, destacando que a pesquisa não fazia qualquer avaliação sobre a qualidade da leitura, os níveis de compreensão dos textos lidos ou certificação da veracidade das respostas oferecidas pelos entrevistados:

foram considerados leitores, por exemplo, aqueles que, no momento da entrevista, declararam ter lido pelo menos um livro nos três meses anteriores. E, da mesma forma, não-leitores os que disseram não ter lido nenhum livro nesse período, ainda que em outros possam ter lido ou nos três últimos meses tenham folheado ou lido apenas ocasionalmente livros ou qualquer outro suporte de leitura. (AMORIM, 2008, p. 26)

Por fim, destacando a ampliação do acesso à educação média e superior no país, informa que na segunda edição da *Retratos da leitura no Brasil* foram criados quatro indicadores principais, que, em linhas gerais, mostraram: 1) 95 milhões de leitores; 2) 77 milhões de não-leitores; 3) 1,2 livro comprado por habitante por ano (totalizando 36,2 milhões de compradores de livros); 4) e 4,7 livros lidos por habitante por ano.

Os textos que são apresentados como comentários à segunda edição da *Retratos da leitura no Brasil* foram escritos por Moacyr Scliar, Jorge Werthein, Maria Antonieta Antunes Cunha, Lucília Helena do Carmo Garcez, André Lázaro e Jeanete Beauchamp, Jéferson Assunção, Zoara Failla, Felipe Lindoso e José Castilho Marques Neto. Eles são apresentados nessa ordem, logo após a introdução feita por Galeno Amorim e trazem, entre seus parágrafos, quadros com estatísticas da pesquisa que, aparentemente, não estão vinculadas ao tema tratado no texto em questão.

A terceira edição da *Retratos da leitura no Brasil*, realizada em 2011 e publicada em 2012, também foi conduzida pelo Instituto Pró-Livro e manteve a mesma metodologia utilizada em 2006, tendo sido feitos apenas pequenos ajustes.

A pesquisa é dividida em duas partes. A primeira é constituída por três textos de apresentação institucional, um texto introdutório e análise de especialistas, gestores públicos e empresários do mercado livreiro dos números apurados. A segunda parte faz breve apresentação da *Retratos da leitura no Brasil*, retomando seus objetivos e edições anteriores e destacando as especificidades da terceira edição, inclusive sua metodologia, que está em questão. Oferece, ainda, considerações sobre o índice de leitura de 2011, segundo o Ibope Inteligência, explicações sobre os gráficos e tabelas, o perfil demográfico dos entrevistados e a definição de leitor e não-leitor, além da apresentação dos eixos temáticos, com seus respectivos dados quantitativos, e indicadores.

O primeiro texto de cunho institucional, assinado por Marcos Antonio Monteiro, então Diretor-presidente da Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, discorre sobre a amplitude da *Retratos da leitura no Brasil* que, em seu entendimento, extrapola aspectos mercadológicos. Para ele, a aposta do estudo é na análise de indicadores que permitam orientar a ação para a inclusão cultural da população brasileira e a promoção do acesso ao livro em grande escala. Aborda iniciativas que considera essenciais à ampliação do acesso à leitura, como a garantia da matrícula escolar para todas as crianças, a alfabetização dos adultos, a adoção de políticas públicas que incluam os pais e o investimento na formação de professores. Encerrando o texto, cita Celso Furtado¹⁴, ressaltando que nem sempre a riqueza material gera qualidade de vida para um povo.

O segundo texto de apresentação institucional é assinado por Karine Pansa, então presidenta da Câmara Brasileira do Livro e do Instituto Pró-Livro. Destacando algumas variações da presente edição da *Retratos da leitura no Brasil* com a anterior, como a redução do número de leitores, a concorrência de outros interesses do leitor em detrimento do livro, o aumento do índice de leitura por prazer e da média de livros lidos em casa, dentre outros, convida o leitor a conhecer o presente estudo e lança perguntas que considera importantes, que vão desde como despertar o interesse dos jovens pela leitura até a identificação do que

¹⁴ Advogado, doutor em Economia, foi um dos fundadores da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL). Criou e dirigiu a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). Foi Ministro do Desenvolvimento e Ministro da Cultura. É autor de cerca de trinta livros sobre teoria, política e história econômicas.

falta construir para que o Brasil seja um país de leitores, passando pela formação de mediadores. Por fim, recomenda o aprofundamento da *Retratos da leitura no Brasil* e o constante aperfeiçoamento da metodologia desenvolvida pelo Centro Regional para o Fomento do Livro na América Latina e no Caribe – CERLALC.

O terceiro e último texto de apresentações institucionais é assinado coletivamente por Sérgio Quadros, Karine Pansa e Sônia Jardim, presidentes, respectivamente, da Abrelivros, Câmara Brasileira do Livro e Instituto Pró-livro, e Sindicato Nacional dos Editores de Livros. Destacando, cada um, os principais objetivos das entidades que presidem, enaltecem a ação do Instituto Pró-Livro e reafirmam a função da *Retratos da leitura no Brasil*: orientar políticas públicas e democratizar a leitura.

O texto introdutório, assinado por Zoara Failla, gerente de projetos do Instituto Pró-Livro, uma das coordenadoras técnicas da *Retratos da leitura no Brasil*, a partir de 2008, e organizadora da publicação da terceira edição do estudo, faz, inicialmente, um apanhado sobre a importância social da leitura a partir do questionamento de um jornalista por ocasião da divulgação dos dados da terceira edição da pesquisa: “por que ler livros?”. Apesar de sua crença inquestionável nos livros, “quase fé”, a autora apresenta suas respostas, tendo como ponto inicial o acesso ao conhecimento produzido pela humanidade, prontamente recusado pelo jornalista com a afirmação de que este conhecimento está disponível na internet. Respondendo ao questionamento com a tese da não confiabilidade dos conteúdos veiculados na internet e se referindo a seu caráter prioritariamente utilitário, a autora aponta a necessidade de uma leitura crítica, “a que desperta diferentes visões de mundo e da realidade e possibilita criar novos conhecimentos” (FAILLA, 2012, p. 20). Nessa perspectiva, destaca a importância da leitura de literatura, “que possibilita fantasias e desenvolve a imaginação”, a participação ativa do leitor na construção de sentido de um livro, a formação da subjetividade na apropriação da leitura como um processo, o livro como objeto de poder e de dominação em momentos históricos distintos. Antes de se dedicar à apresentação da terceira edição da *Retratos da leitura no Brasil*, propriamente dita, a autora ressalta a importância de pensar políticas públicas e ações efetivas que deem conta da complexidade do tema e que esta é tarefa de toda a sociedade: governo, pesquisadores, entidades e cadeia produtiva e mediadora do livro. Afirma que “o desenvolvimento econômico de nossa sociedade e sua almejada importância [no] cenário nacional não podem ser obtidos sem nosso povo domine habilidades básicas para seu crescimento pessoal” (FAILLA, 2012, p. 23). Por fim, apresenta o principal

objetivo do estudo: “contribuir para a reflexão de alguns dos principais gestores e especialistas na área do livro e da leitura, a fim de que possam buscar os melhores caminhos rumo ao desenvolvimento da população” (FAILLA, 2012, p. 23).

Ao iniciar a apresentação da terceira edição da *Retratos da leitura no Brasil*, a autora destaca o estudo como referência na área, uma vez que é o único instrumento dedicado a conhecer o comportamento leitor dos brasileiros em âmbito nacional, sua contribuição para a avaliação de políticas públicas setoriais e fomento aos debates entre os especialistas.

De acordo com Failla, desde que passou a ser promovida e coordenada pelo Instituto Pró-Livro, com realização do Ibope Inteligência, a pesquisa ampliou seu foco e “redefiniu seus objetivos para possibilitar, principalmente, a avaliação e a formulação de políticas públicas do livro e leitura” (FAILLA, 2012, p. 24). Em seguida, apresenta a metodologia utilizada, o modelo de amostragem, que passou a alcançar, nessa edição da pesquisa, as 27 unidades da federação. Failla informa que a metodologia foi elaborada pelo CERLALC, a partir de demanda brasileira, e contou com o apoio da Organização dos Estados Ibero-americanos – OEI e com a participação de especialistas da Colômbia, México e Brasil.

Afirmando que “conhecer o comportamento leitor do brasileiro e o perfil daqueles que leem é ferramenta para se identificar ações efetivas na formação de leitores” (FAILLA, 2012, p. 25), passa a se dedicar à discussão da complexidade do termo “comportamento leitor”. Relata a inquietação da equipe coordenadora da pesquisa diante de questões como “quem é leitor?”; “Qual leitura interessa para esse estudo?”.

Sem apresentar discussões ou escolhas conceituais para as questões listadas, a autora relata a preocupação da equipe com a objetividade das perguntas a serem feitas nas entrevistas e a validação das respostas oferecidas em perguntas subsequentes, que buscam sua complementação e confirmação. Ressalta, no entanto, que o estudo não se dedica à conferência da veracidade das respostas oferecidas pelos entrevistados.

Tendo em vista a objetividade, foi definido pela equipe o que seria considerado livro e se a leitura a ser considerada deveria ser integral ou a de partes de um livro, capítulos.

Apesar de reconhecer a preferência de alguns pesquisadores pelos estudos qualitativos, por sua possibilidade de trabalhar os dados em perspectivas distintas, a autora destaca os

componentes de subjetividade e idealização presentes nesses casos. Em seu entendimento, a pesquisa quantitativa tem o mérito de

sua abrangência e a possibilidade de comparação dos resultados entre o Brasil e outros países e a construção de séries históricas. Oferece um panorama, um primeiro diagnóstico e, o mais importante, fomenta o debate e a reflexão sobre seus resultados e traz a inquietação pela busca de respostas que mostrem caminhos mais efetivos, abrangendo toda a sociedade. (FAILLA, 2012, p. 27)

Na defesa da objetividade oferecida pelos números e considerando a complexidade de análise dos vários cruzamentos de informações possíveis, Failla justifica o convite a especialistas (dirigentes governamentais, acadêmicos, pessoas ligadas a entidades do livro e terceiro setor) para a análise dos dados. Mesmo sem dar conta de todas as análises que os dados possibilitam, a *Retratos da leitura no Brasil*, segundo Failla, já aponta descobertas reveladoras.

A autora passa, então, a analisar alguns dos números oferecidos pela terceira edição da pesquisa, detendo-se, inicialmente, na redução do número de leitores em relação à segunda edição. Sem aceitar esse dado (“Nossa resposta será sempre: não! A oscilação não foi tão significativa, e pode não ter havido essa aparente oscilação negativa nos indicadores de leitura”. (FAILLA, 2012, p. 28), apresenta índices de leitura *per capita* em alguns países, mostrando que se não tem a melhor posição, a situação brasileira também não é das piores. Tece considerações que buscam interpretar os números, tanto no que toca à alteração da metodologia, que inverte a ordem das perguntas, trazendo para o primeiro momento da entrevista a questão numérica e objetiva, para depois tratar de perguntas que atribuem valor à leitura, quanto a questões de ordem estrutural, como a composição demográfica dos grupos de entrevistados.

No que tange ao número de leitores, a autora aponta avanços desde 2000 e constrói hipóteses para explicá-los, como a distribuição de livros didáticos para todos os alunos da educação básica desde 2005.

Na esteira estatística, Failla segue apresentando números detalhados sobre os leitores entrevistados pela terceira edição da *Retratos da leitura no Brasil*, seus interesses por livros digitais e algumas variações desse último item: o acesso ao livro digital, a substituição do livro impresso por formatos e suportes eletrônicos, o potencial de interesse de novos leitores. Mesmo afirmando não ser o livro digital, especificamente, o foco da pesquisa, destaca o

interesse da cadeia produtiva pela discussão, especialmente pela possibilidade de negócio que ela representa.

Também é objeto de atenção da análise de Zoara Failla o consumo de bens culturais, especialmente do livro. Sua constatação é que o aumento do poder aquisitivo dos brasileiros nos últimos anos não reverberou de maneira significativa no consumo de livros. Isso porque a compra de livros exige a mudança de padrões culturais que não são influenciados com tanta rapidez pela publicidade, como acontece com o consumo de aparelhos eletrônicos, por exemplo.

Ao analisar os livros mais lembrados pelos entrevistados, Failla tece considerações em torno do grande índice de presença da Bíblia, mesmo entre crianças e jovens. Para a autora, citar a Bíblia pode ter sido o recurso utilizado pelas pessoas que não se lembravam de títulos e não queriam dizer que não estavam lendo nada. Mas entende como positiva a informação retirada da comparação de dados de 2007 e 2011, que mostra diversidade maior de títulos de publicação recente, em comercialização, nas respostas de 2011.

Uma das boas notícias reveladas pela terceira edição da *Retratos da leitura no Brasil* é o crescimento da referência ao professor como principal influenciador e mediador de leitura, o que leva à recomendação da autora e de outros especialistas no investimento na formação desse profissional. Ao mesmo tempo, verifica-se em quase todo o país a diminuição da presença da mãe na formação de valores culturais, incluindo a leitura, das crianças. Para Failla, uma das explicações para esse fato pode ser a maior presença feminina no mercado de trabalho e, como consequência, o menor tempo dedicado à família.

Em função da relevância do papel do professor na formação de leitores, a autora apresenta dados específicos. Ressaltando a pouca representatividade estatística, uma vez que apenas 145 dos entrevistados foram identificados como educadores, Failla apresenta suas preocupações: o baixo interesse dos professores pela leitura mesmo entre aqueles que declaram gostar de ler.

A análise do acesso à leitura, na análise de Failla, vem marcada por duas possibilidades principais: a compra de livros e o uso de bibliotecas. A terceira edição da *Retratos da leitura no Brasil* mostra que a compra de livros ainda é a principal forma de acesso à leitura no Brasil, o mesmo acontecendo em outros países da Ibero-América.

As bibliotecas, por sua vez, são pouco frequentadas, apesar de em muitos municípios brasileiros serem o único equipamento cultural existente. Os motivos apresentados para explicar a baixa frequência em bibliotecas são variados e vão desde a falta de livros novos e mais interessantes, até o entendimento da compreensão da biblioteca como espaço para estudos e realização de tarefas escolares. Para Failla, uma possibilidade de ampliação de público nas bibliotecas é a realização de atividades culturais convidativas para a população, como exposições e narrações de histórias, por exemplo. Para isso, destaca, são necessárias pessoas capacitadas para a mediação da leitura, e não apenas bons acervos. Ressalta, ainda, a importância de as bibliotecas funcionarem em finais de semana e em horários que viabilizem a presença das pessoas.

Na análise da valorização simbólica do livro, mostra deslocamento na forma como ele era visto socialmente: de objeto destinado às elites a instrumento de estudo para estudantes. O livro e a leitura, ao contrário de televisores e computadores, por exemplo, não figuram como importantes e necessários para a maioria dos entrevistados. Diante dessa constatação, Failla formula um desafio que considera estratégico:

Como despertar nas famílias a consciência sobre a importância do seu papel formador e como conseguir que incorporem, em seu repertório de valores, que é importante ler como exemplo para seus filhos; como entretenimento e como demonstração de afeto. Como levá-las a perceber a leitura como ferramenta para o desenvolvimento pessoal e como cidadão. (FAILLA, 2012, p. 50)

Para interpretar as dificuldades de leitura apresentadas por muitos entrevistados, Failla vale-se de instrumentos de medição de desempenho de leitura e escrita, como o Indicador de Alfabetismo Funcional (INAF) e o Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA), e constata que a condição de analfabeto pleno ou analfabeto funcional representa um fator de exclusão social e cultural. Para a autora, melhorar os indicadores de leitura é tarefa urgente que deve ser assumida por governo e sociedade civil, conforme apontam vários dos especialistas que participam da publicação da terceira edição da *Retratos da leitura no Brasil*.

Failla encerra seu texto introdutório convidando os leitores a participarem das reflexões apresentadas pelos especialistas.

A segunda parte da publicação sobre a terceira edição da *Retratos da leitura no Brasil* faz a apresentação geral do instrumento, afirmando ser o único em âmbito nacional a avaliar o comportamento leitor do brasileiro.

De acordo com seus organizadores, a série *Retratos da leitura no Brasil* vem gerando discussões, estudos, reflexões e subsidiando a elaboração de programas de instituições públicas, privadas e do terceiro setor, inclusive do próprio Instituto Pró-Livro.

Ainda, segundo os organizadores, o estudo contribui para a avaliação do comportamento leitor em relação a outros países:

Conhecer o comportamento leitor do brasileiro deve constituir premissa elementar para todos os que acreditam que melhorar os indicadores de leitura e de acesso ao livro da população seja fundamental para a obtenção de melhores notas dos jovens estudantes brasileiros nas avaliações sobre educação em relação aos de outros países. (FAILLA, 2012, p. 229)

A publicação tem como principal propósito o fomento à discussão sobre o tema entre diferentes atores e segmentos da área do livro e leitura e como principal alvo os dirigentes de ministérios e de órgãos municipais e estaduais de Educação e Cultura, gestores e técnicos de órgãos públicos e não-governamentais responsáveis por programas afins, dirigentes e técnicos da cadeia produtiva do livro e suas entidades, além de pesquisadores, educadores, bibliotecários e agentes culturais da cadeia mediadora da leitura e a mídia especializada.

Seu realizador, o Instituto Pró-Livro, foi criado no final de 2006 por entidades do livro (ABRELIVROS – Associação Brasileira de Editores de Livros Escolares, Câmara Brasileira do Livro e SNEL - Sindicato Nacional do Editores de Livros), tendo como objetivo o fomento ao livro e à leitura, como resposta do mercado editorial à desoneração fiscal do livro¹⁵. Sua principal estratégia é desenvolver ações que subsidiem os programas governamentais e orientem as políticas públicas. Em sua “ambiciosa missão de transformar o Brasil em um país de leitores”, desenvolve sua ação executando ou apoiando projetos de organizações sem fins lucrativos ou de instituições públicas. A realização da *Retratos da leitura no Brasil* é seu principal projeto, mas outras ações vêm sendo desenvolvidas pelo Instituto Pró-Livro, como o programa *O livro e a leitura nos estados e municípios*, em parceria com o Plano Nacional do Livro e Leitura, Ministério da Cultura e Ministério da Educação, na elaboração de seus planos; a campanha *Mãe lê pra mim*, inspirada nos

¹⁵ Em dezembro de 2004, o presidente Luís Inácio Lula da Silva sancionou a lei de desoneração fiscal, que isenta a produção, a comercialização e a importação de livros de pagamento de PIS/Confins/PASEP.

resultados da segunda edição do estudo, que distribuiu mais de quatro mil livros para mães em comunidades carentes; instalações infantis nas bienais do livro de São Paulo, Rio de Janeiro e Maceió.

Nas quatro edições da *Retratos da leitura no Brasil* há continuidade sistematizada a partir da segunda edição, que passa a ser realizada com a metodologia desenvolvida pelo CERLALC – Centro Regional para o Fomento do Livro na América Latina e Caribe, “que busca a padronização no critério de escolha de amostragem e formulação do instrumento de pesquisa em campo” (FAILLA, 2012, p. 233).

A partir da segunda edição, os resultados da *Retratos da leitura no Brasil* passam a ser publicados em livro, com parcela de sua tiragem distribuída gratuitamente.

A terceira edição da *Retratos da leitura no Brasil* contou com o IBOPE Inteligência para sua aplicação e organização de resultados. Sua coordenação coube ao Instituto Pró-Livro, com uma comissão formado pelo próprio Instituto, ABRELIVROS, Câmara Brasileira do Livro e Sindicato Nacional dos Editores de Livros.

Os objetivos gerais são os mesmos da segunda edição, a saber, “conhecer o comportamento leitor da população, especialmente com relação aos livros. Medir intensidade, forma, motivação e condições de leitura da população brasileira, segundo opinião dos entrevistados” (FAILLA, 2012, p. 235).

Nos objetivos específicos, destacam-se o estudo sobre o perfil dos leitores de livros digitais e questões relativas às bibliotecas públicas, com a identificação de motivações e preferências do leitor brasileiro; perfil do comprador de livros; penetração da leitura e o acesso ao livro; percepção das bibliotecas públicas pelo seu usuário; percepção ou representações da leitura no imaginário coletivo; impacto dos livros digitais entre leitores e não leitores; barreiras para o crescimento da leitura de livros no Brasil.

Por solicitação do Brasil, um de seus países membros, o CERLALC desenvolveu a metodologia utilizada, testada previamente em Ribeirão Preto (SP) e no Rio Grande do Sul, entre 2004 e 2006, com a finalidade de “estabelecer parâmetros internacionais de comparação entre os países da América Latina e possibilitar o desenvolvimento das séries históricas sobre o comportamento leitor” (FAILLA, 2012, p. 236).

Tendo como base a Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios – PNAD 2009 e considerando a população total do Brasil em 191.435.389 habitantes, o IBOPE Inteligência realizou pesquisa quantitativa de opinião com aplicação de questionário e entrevistas presenciais “fase a fase” nos domicílios, com duração média de sessenta minutos. Foi estudada a população com mais de cinco anos de idade, alfabetizada ou não, que representa 93% da população, isto é, 178.082.033 pessoas.

No total, foram entrevistadas 5.012 pessoas em 315 municípios de todos os estados e Distrito Federal. A pesquisa tem intervalo de confiança estimado de 95%, o que significa que se for realizada cem vezes, em noventa e cinco delas o resultado deve ser o mesmo. A margem de erro máxima estimada é de 1,4 para mais ou para menos sobre os resultados encontrados no total da amostra. A pesquisa em campo foi realizada entre junho e julho de 2011.

Tendo em vista o aprimoramento do instrumento, alguns ajustes foram feitos, a pedido da comissão organizadora da pesquisa, pelo IBOPE Inteligência. São eles:

- Conceituação – o que deve ser entendido/aceito como livro para efeito da pesquisa e se o livro foi lido inteiro ou em parte.
- Identificação entre os livros indicados pela escola: didáticos ou de literatura.
- Índices de leitura – detalhamento sobre a leitura nos últimos três meses, segundo diferentes perfis da amostra e conceitos. A opção pelo período de três meses e não doze para o aprofundamento do estudo deu-se por ser mais confiável a informação/memória do entrevistado sobre o que leu, comprou etc.
- Mudança na sequência das questões no formulário de entrevista, iniciando pelo número de livros lidos pelo entrevistado. Assim o entrevistado tende a ser mais sincero ao informar número de livros lidos. As questões voltadas a conhecer as representações sobre a importância do livro no início da entrevista podem levá-lo a ter vergonha de informar que não leu ou a ampliar o número de livros lidos.
- Inovações – maiores destaques.
- O aprofundamento do estudo sobre a leitura de livros digitais, buscando conhecer melhor o comportamento e interesses desse leitor e consumidor.
- O aprofundamento do estudo sobre a avaliação das bibliotecas pelos seus usuários.

- Principais conceitos (mantidos em relação à 2ª edição).
- Leitor: aquele que declarou, no momento da entrevista, ter lido pelo menos um livro nos últimos três meses.
- Não-leitor: aquele que declarou não ter lido nenhum livro nos últimos três meses (e aqueles que leram em outros meses, mas não nos três últimos ou mesmo os que leram ocasionalmente).
- Índice de leitura – tem como referência a leitura dos últimos três meses anteriores à pesquisa.

De acordo com o IBOPE Inteligência, o índice de penetração de leitores demonstrou queda de 55% para 50% da segunda edição do estudo, realizada em 2007, para a terceira, de 2011, com exceção dos números específicos do Nordeste, que apresentaram alta. O crescimento do Nordeste se deve, segundo o IBOPE Inteligência, à alteração dos critérios para a composição do índice, uma vez que nesta edição passaram a ser considerados os livros escolares e a leitura de partes do livro e a referida região tinha grande número de pessoas na escola no momento de realização do estudo.

A terceira edição da *Retratos da leitura no Brasil* apresenta como indicador o número de livros lidos por ano entre todos os entrevistados, com dados detalhados por sexo, região, idade, escolaridade, renda familiar e condição de estudante ou não, apresentados nos itens anteriores. No cômputo final, constatou-se a média de 4,0 livros lidos por habitante/ano, sendo 2,1 inteiros e 2,0 em partes.

A quarta edição da *Retratos da leitura no Brasil*, realizada em 2015 e publicada em 2016, também foi conduzida pelo Instituto Pró-Livro e manteve a mesma metodologia utilizada em 2011.

A pesquisa é dividida em duas partes. A primeira é constituída por dois textos de apresentação institucional, um texto introdutório e análise de especialistas, gestores públicos e empresários do mercado livreiro dos números apurados.

O primeiro texto institucional, intitulado *Transformar o retrato da leitura no Brasil – um desafio da sociedade brasileira*, foi escrito por Marcos da Veiga Pereira, presidente do Instituto Pró-Livro. O autor destaca a importância da leitura como fonte de crescimento pessoal e de entretenimento e atribui a um tripé formado pela família, pelo Estado e pela

sociedade civil a responsabilidade de aumentar o número de leitores no Brasil. Segundo ele, ao Estado cabem os investimentos a longo prazo na educação e na formação de professores e mediadores de leitura, os esforços para a implementação do Plano Nacional do Livro e Leitura e o fortalecimento do sistema de bibliotecas públicas. A sociedade civil desenvolve e realiza projetos, eventos e prêmios de incentivo à leitura, que “ajudam a tornar mais prático e convidativo o aproveitamento da oferta da produção das editoras brasileiras” (PEREIRA, 2016, p. 6). Mencionando a pesquisa *The happiness of reading*, realizada na Universidade de Roma, destaca o bem-estar e a felicidade gerados pela leitura, sem deixar de atentar para a complexidade que é falar sobre felicidade quando há tantas carências de direitos básicos no País.

O segundo texto institucional, *Avanços na leitura: caminhos para a formação de cidadãos ativos*, é assinado coletivamente por Antonio Luiz Rios, presidente da Abrelivros, Luís Antonio Torelli, presidente da Câmara Brasileira do Livro, e Marcos da Veiga Pereira, que além de presidente do Instituto Pró-Livro preside o Sindicato Nacional de Editores de Livros. Os autores destacam as conquistas das políticas públicas de educação nos últimos anos, como a maior inclusão de crianças e jovens nas escolas e a ampliação da escolaridade média dos brasileiros, como fatores positivos que se mostraram nos resultados da quarta edição do estudo, mas, apesar das melhorias, ressaltam sua insuficiência para a difusão da leitura no Brasil. Renovam o compromisso das entidades do livro representadas nas três instituições realizadoras da *Retratos da leitura no Brasil* “para colaborar na construção de uma nação de leitores, cidadãos social e produtivamente ativos, adaptados à sociedade do conhecimento e capazes de conduzir o país à prosperidade socioeconômica” (RIOS, TORELLI, PEREIRA, 2016, p. 10).

O texto introdutório, assinado por Zoara Failla, coordenadora da terceira e da quarta edições da *Retratos da leitura no Brasil*, tem como título *Retratos: Leituras sobre o comportamento leitor do brasileiro*. A autora declara sua crença no poder transformador da leitura, reafirmando a importância do mapeamento do leitor e do não-leitor brasileiro e a intenção de saber, com a realização da pesquisa, quais são os desafios para que o Brasil seja um país de leitores críticos e autônomos, que busquem prazer e conhecimento na leitura. Failla defende a realização de diagnósticos como instrumentos de identificação de avanços e do que acontece, efetivamente, para além dos discursos, dos planos e dos projetos, apontando uma dissociação entre planejamento e execução, que mesmo com suas limitações, apontam

tendências e constroem dados a serem comparados em séries históricas. Para a autora, os resultados da *Retratos da leitura no Brasil*

possibilitam avaliar o impacto das políticas e ações, identificar avanços e impasses e subsidiar outros estudos para aprofundar o conhecimento sobre as principais questões que envolvem a formação leitora e a melhoria da qualidade e dos indicadores de leitura dos brasileiros. (FAILLA, 2016, p. 23)

Além da criação de agenda de estímulo e monitoramento de programas e políticas, a *Retratos da leitura no Brasil* também tem como intento a criação de pauta e visibilidade para o tema do livro e da leitura na imprensa e no imaginário da população, compreendendo que isso contribui para a conscientização sobre o direito à leitura.

Feitas essas considerações iniciais, Failla passa a apresentar e a comentar os resultados da quarta edição, como o aumento do número de leitores, em comparação com a terceira edição do estudo, que tem como uma das principais causas, de acordo com a autora, a ampliação da escolaridade no País. No entanto, comparando essa informação com os dados do Indicador Nacional de Alfabetização Funcional – INAF, que aponta melhoras nos últimos quinze anos, mas destaca que ainda é pequeno o percentual de brasileiros que dominam plenamente a leitura e a escrita, constata que a ampliação da escolaridade no Brasil ainda não superou o aspecto quantitativo.

Failla informa que não houve alterações significativas no perfil dos leitores em comparação com a edição anterior e que permanece a associação dos índices de leitura com escolaridade, renda e contexto socioeconômico no qual os indivíduos estão inseridos. Os principais influenciadores de leitura continuam sendo a família e a escola. O principal motivo apresentado pelos considerados não leitores para não ler é a falta de tempo e a dificuldade para a leitura. O tempo livre das pessoas entrevistadas continua sendo ocupado, principalmente, como constatado na edição anterior, pela televisão e pela internet, com grandes avanços na ocupação do tempo pela segunda.

A principal forma de acesso aos livros continua sendo os empréstimos feitos por amigos, parentes e bibliotecas. Chama a atenção de Failla o baixo número de pessoas entrevistadas que informaram nunca ter comprado um livro, o que a faz constatar que

A promoção da leitura e a ampliação do número de leitores e de livros lidos, certamente, poderão criar um impacto importante na produção editorial de livros. Atualmente, o mesmo consumidor de livros é disputado pelas editoras

com lançamentos. O potencial de crescimento da cadeia produtiva está intimamente dependente da ampliação do número de leitores. (FAILLA, 2016, p. 39)

As bibliotecas, apontadas como uma forma de acesso aos livros, são lembradas por pouco mais da metade das pessoas entrevistadas, com redução nesse número em relação à edição anterior. A pesquisa aponta baixa frequência nas bibliotecas (5% das pessoas entrevistadas dizem frequentar “sempre” e 15% “às vezes”); dentre esses, a maior frequência é nas bibliotecas escolares, seguidas pelas bibliotecas públicas. Mesmo com baixa frequência, as bibliotecas são bem avaliadas pelas pessoas entrevistadas, que as compreendem, majoritariamente, como um espaço para estudo, seguido de um lugar para pegar livros emprestados. Para Failla, são necessárias ações para atrair o “não usuário”, para que a biblioteca seja percebida como um equipamento para toda a população, e não apenas para os estudantes.

No que toca às políticas públicas, a autora aponta a importância do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) e do Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE) nos avanços constatados na quarta edição da *Retratos da leitura no Brasil*. Destaca, ainda, a relevância do Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL) na mobilização de poder público e sociedade civil na construção de políticas públicas para o setor.

Por fim, Failla se refere às várias opções de análise da pesquisa, demonstrando sua preferência pela reflexão que ajuda a reconhecer o caminho certo para transformar o Brasil num país de leitores e recomenda a leitura dos textos dos especialistas que analisam a presente edição.

Os textos dos especialistas são assinados por Cristovam Buarque, Walcyr Carrasco, José Castilho Marques Neto, Volnei Canônica, João Luís Ceccantini, Carlo Carrenho, Marisa Lajolo, Leda Maria Paulani e Bernardo Jaramillo H. e Lenin Monak Salinas.

A segunda parte traz a apresentação da quarta edição da *Retratos da leitura no Brasil*, destacando o histórico da iniciativa, seu realizador (o Instituto Pró-Livro e o IBOPE Inteligência, sendo o segundo contratado pelo primeiro) e reafirmando seu lugar como única pesquisa no âmbito nacional para avaliar o comportamento leitor do brasileiro. Como objetivos para a realização da pesquisa, o Instituto Pró-livro apresenta três pontos:

Avaliar impactos e orientar **políticas públicas do livro e da leitura**, tendo por objetivo melhorar os indicadores de leitura do brasileiro. Promover a reflexão e **estudos** sobre os hábitos de leitura do brasileiro para **identificar**

ações mais efetivas voltadas ao fomento à leitura e ao acesso ao livro. Promover **ampla divulgação** sobre os resultados da pesquisa para informar e mobilizar toda a sociedade sobre a importância da leitura e sobre a necessidade de melhorar o “retrato” da leitura no Brasil. (FAILLA, 2016, p. 160)

O público-alvo são os dirigentes de ministérios e órgãos estaduais e municipais de Educação e Cultura, os gestores e técnicos de órgãos públicos e não governamentais responsáveis por programas e projetos de leitura, os dirigentes e técnicos da cadeia produtiva do livro e suas entidades, e pesquisadores, educadores, bibliotecários, voluntários e agentes da cadeia mediadora da leitura e mídia especializada.

O principal objetivo da quarta edição da *Retratos da leitura no Brasil* é “conhecer o comportamento leitor medindo a intensidade, a forma, as limitações, a motivação, as representações e as condições de leitura e de acesso ao livro – impresso e digital – pela população brasileira” (FAILLA, 2016, p. 163). Entre os objetivos específicos estão o conhecimento comportamento leitor do brasileiro e a comparação ao do não-leitor, a partir de gênero, escolaridade, religião, classe social, condição de estudante, hábitos, preferências, barreiras, entre outras variáveis; a identificação de indicadores de leitura e a construção de séries históricas; e a identificação de formas de acesso e avaliação do uso das bibliotecas públicas e escolares.

A metodologia foi a mesma utilizada na edição anterior, a saber, a desenvolvida pelo CERLALC, de maneira a garantir parâmetros de comparação com outros países da Ibero-América e também a possibilitar a construção de séries históricas sobre o comportamento leitor. A pesquisa foi quantitativa de opinião e realizada nos domicílios com a aplicação de questionário e entrevistas presenciais face a face, com duração média de 60 minutos. As pessoas entrevistadas foram brasileiras residentes, com mais de 5 anos de idade, alfabetizadas ou não. A amostra foi de 5.012 entrevistas, realizadas em 317 municípios.

As inovações metodológicas foram essencialmente analíticas. Os conceitos utilizados em 2007 e 2011 foram mantidos, com vistas a viabilizar a construção de séries históricas. Para o recorte que interessa no âmbito dessa pesquisa, vale destacar a manutenção dos conceitos de leitor e não leitor:

Leitor: considera-se leitor aquele que leu, inteiro ou em partes, pelo menos um livro nos três meses anteriores à pesquisa. A definição é a mesma utilizada nas edições anteriores da pesquisa. Não leitor: assim como nas edições anteriores da pesquisa, não leitor é aquele que declarou não ter lido

nenhum livro nos três meses anteriores à pesquisa, mesmo que tenha lido nos 12 meses anteriores à pesquisa. (FAILLA, 2016, p. 166)

Nas considerações sobre a metodologia, o IBOPE Inteligência apresenta ainda informações sobre a coleta de dados, um glossário com conceitos e definições utilizados, categorias e interesses para análise e divulgação, dimensionamento amostral, desenho da amostra, margem de erro, alterações no instrumento de coleta e disseminação dos resultados do estudo. Os principais resultados da quarta edição são apresentados em sua comparação com dados de 2007 e 2011, sempre que possível.

7 O LEITOR E A LEITURA DA *RETRATOS* REVELADOS POR UMA ANÁLISE CRÍTICA

Para analisar as concepções de leitor e leitura explicitadas e apreendidas nas quatro edições da *Retratos da leitura no Brasil* analisadas nesta pesquisa, foram estabelecidas três categorias, que serão interpretadas à luz da teoria da semicultura e do conceito de formação adorniano. Apesar do desenho fragmentado em que são apresentadas, é importante observar que estão todas interligadas e, em grande medida, determinando umas às outras. As categorias foram estabelecidas a partir de suas possibilidades e potência em evidenciar as concepções de leitor e leitura presentes na *Retratos da leitura no Brasil* e das prováveis implicações no campo.

7.1 O leitor explicitado e revelado

Por uma questão de viabilidade metodológica, a *Retratos da leitura no Brasil* explicita, desde sua primeira edição, sua definição de leitor. No primeiro estudo, realizado em 2000, trabalhava com os recortes de leitor efetivo e leitor habitual, sendo o primeiro aplicado a quem leu pelo menos um livro nos últimos três meses e o segundo aos que não haviam lido pelo menos um livro nos últimos três meses. Na segunda edição, realizada em 2007, o estudo passa a utilizar o termo leitor, sem qualificativos, sendo colocadas neste grupo as pessoas que declararam ter lido pelo menos um livro nos três meses anteriores à entrevista. Embora não apresente o termo não leitor, as pessoas que declararam não ter lido pelo menos um livro nos três meses anteriores à entrevista são consideradas dessa maneira. Nas terceira e quarta edições, realizadas em 2011 e 2015, leitor fica definido como aquele que leu, inteiro ou em partes, pelo menos um livro nos últimos três meses, e não leitor como aquele que não leu nenhum livro nos últimos três meses, mesmo que tenha lido nos últimos doze meses.

É importante ressaltar que nenhuma das quatro edições apresenta os critérios utilizados para a definição que apresenta de leitor: por que três meses, e não dois, seis, doze? Por que um único livro ou partes dele, e não dois livros, três, cinco? Sem a devida

apresentação das escolhas feitas, podemos entender que a concepção de leitor foi elaborada de maneira aleatória, sem justificativa conceitual e metodológica.

Mesmo com nuances e gradações nas definições de leitor da primeira edição da *Retratos da leitura do Brasil* até a quarta, fica evidente que ele é determinado quantitativamente, a partir do cruzamento de duas informações: o número de livros ou partes de livros lidas e sua realização no tempo. Isso revela concepção de leitura vinculada ao tempo produtivo, com a quantidade sendo considerada exclusivamente, independente das características ou da qualidade da leitura realizada e de se as pessoas entrevistadas se declaram leitoras ou não. Naturalmente, para efeitos de estudo quantitativo, um recorte em tal perspectiva pode parecer indispensável, não sendo suficientes aos propósitos de tal estudo as declarações das pessoas entrevistadas, considerando-se, elas mesmas, leitoras ou não leitoras. Dito de outra maneira, o número (um livro, dois livros, três capítulos), mesmo que não verificável, parece conferir objetividade aos resultados apresentados. Para a definição de leitor e não leitor, valem mais os números que fazem com que as pessoas sejam encaixadas em tal ou qual situação do que a autodeclaração de como se consideram. Sem condições de verificação nas duas situações, pois não há como conferir se as pessoas leram mesmo as partes ou o livro que a colocam na condição de leitoras nem se elas são leitoras quando assim se declaram, é o discurso competente – dos especialistas, dos números – quem resolve a questão, ainda que, ao que parece, ela nem mesmo seja percebida.

Tomando como referência e horizonte a leitura como “posicionamento político diante do mundo” (BRITTO, 2003, p. 100), que exige do leitor a participação na cultura escrita, que mais que o domínio das habilidades linguísticas de ler e escrever pressupõe um sujeito que compreenda a cultura escrita como uma prática social e histórica, investida de poder, a definição quantitativa adotada pela *Retratos da leitura no Brasil* nos parece bastante insatisfatória.

A primeira objeção às definições de leitor e não-leitor postas diz respeito à impossibilidade de restringir uma prática complexa como a leitura e o sujeito dessa prática em duas variáveis, quantidade e tempo, absolutamente superficiais, tal como propostas, em face do objeto.

A formação de um leitor que encontre na leitura possibilidade de acesso ao conhecimento e às narrativas produzidas pela humanidade ao longo do tempo e do espaço,

ampliando seu repertório para compreender seu tempo, seu lugar e as relações sociais e históricas que o determinam, individual e coletivamente, é tarefa para toda a vida e não pode ser circunscrita a três meses.

Uma leitura é bem e valor e pode reverberar por toda a existência, sendo reelaborada, ressignificada e reapropriada permanentemente. Como no memorialístico *Infância*, de Graciliano Ramos, que me serve de mote para esta pesquisa, o autor encontra nas lembranças de uma família e de lobos de um livro lido aos tropeços na meninice, sob o olhar do severo pai, matéria de elaboração e amparo, além de algo que o move para a escrita. Retomada entre lembranças e esquecimentos, mas vigorosa em sua força, uma experiência de leitura realizada há muito mais de três meses, há dezenas de anos, apresenta-se como seminal na formação do leitor-escritor.

A mesma perspectiva pode ser validada se consideradas as pessoas que, por algum motivo, não tenham lido um livro ou partes de um nos últimos três meses, mas que tiveram a leitura como componente de sua vida em outros momentos. Pessoas que, como num período de estiagem, necessitaram e permitiram um tempo íntimo e solitário com os versos, as ideias, as personagens e as histórias lidas há mais de três meses. Ou que por imposições práticas ou temporário desinteresse não fizeram leituras de livros durante um tempo.

Como é próprio da formação, o leitor pode, de maneira consciente ou não, precisar de tempo para pensar sobre suas leituras e desejar, por um período, não ler e continuar na companhia de um romance que muito o tocou, por exemplo. Assim como pode acontecer que uma leitura coloque esse leitor em marcha e que ele vá viver, fora das páginas, algo que lhe tenha sido provocado pelas letras.

Por outro lado, podem existir aos milhares pessoas que leram muitos livros nos últimos três meses, mas cujas leituras não passaram de entretenimento, sem qualquer convite, num primeiro momento, à participação na cultura escrita, com tudo o que ela implica. Tomamos entretenimento como atividade que se realiza para distração ou como passatempo, com possibilidades reduzidas, por sua forma e conteúdo, de contribuição para a formação no sentido atribuído por Adorno ao conceito, a saber, processo contínuo de compreensão do mundo, das relações sociais e históricas, de exercício de pensamento dialético, enfim, de construção de subjetividade.

Curiosamente, é possível, embora pouco provável, que, passado algum tempo, muito mais que três meses, essa leitura se resignifique e, tendo como exigência a consciência crítica, o consumo de um *best-seller* produto da indústria cultural se torne, pelo que não é, um ponto de reflexão. Embora pareça contraditória frente à concepção crítica adotada, essa perspectiva deve ser considerada, uma vez que a reificação de uma ideia apresenta-se como uma das principais características da semicultura. Dito de outra maneira, entendemos que o texto literário, por exemplo, que tenha sido objeto de elaboração estética, tanto em sua forma quanto em seu conteúdo, seja mais potente para convocar o leitor à indagação do mundo, mas que como o que está em formação é a subjetividade, é possível, embora bastante improvável, que textos (poemas, romances, novelas, crônicas etc.) considerados de qualidade duvidosa provoquem, pelo que não são, tanto em forma quanto em conteúdo, um desvio de leitura considerada a proposição original.

Todos os aspectos apontados por Bértolo (2014) como componentes da trama leitora, compreendida como as condições reunidas pelo leitor para a leitura não ingênua de um texto ou, melhor dizendo, para a leitura como “um posicionamento político diante do mundo”, desqualificam a pura estatística para a definição de leitor e leitura.

O primeiro nível estabelecido por Bértolo, o textual, condição básica para a realização da leitura, podendo ser resumido como a habilidade linguística de decodificação e atribuição de sentido ao texto, é o que menos se distancia da definição quantitativa eleita pela *Retratos da leitura no Brasil*. No entanto, isoladamente, o nível textual oferece pouco ou quase nada ao leitor, uma vez que a construção de um pensamento sobre o que se lê e sobre o próprio ato de ler está indissociavelmente relacionada com a experiência e o repertório de outras leituras, de valores, de conhecimentos, de crenças, cujas formas de realização estão nos níveis autobiográfico, metaliterário e ideológico. A percepção destes, por sua vez, além de não ser passível de mensuração objetiva, como propõe a *Retratos da leitura no Brasil*, escapa até mesmo ao leitor, uma vez que são tênues, inclusive para os mais críticos e atentos, os limites entre a leitura autobiográfica e a ideológica. O exercício da formação, no sentido adorniano, está exatamente em reconhecer esses limites, fazendo deste exercício um instrumento de formação na identificação de interesses individuais e coletivos, nas perspectivas narrativas e leitoras, enfim, nos elementos que podem determinar e conduzir a leitura, sejam eles de caráter autobiográfico, buscando identificações e validações individuais, seja ideológico, confirmando acriticamente nas leituras visões de mundo adotadas.

Assim, definir leitor pela leitura ou não nos últimos três meses parece-nos absolutamente sem efetividade se o que temos em mente é a perspectiva de formação adorniana: a quantidade de livros lidos não define um leitor nem cria condições ou garante que ele reconheça em suas leituras as marcas objetivas, ideológicas, autobiográficas e metaliterárias, isto é, as partes que compõem a trama leitora de Bértolo, que o convoquem à indagação do mundo por meio da cultura escrita. Ao mesmo tempo, pode haver potência formativa em leituras feitas ao longo da vida, mesmo que nada tenha sido lido nos últimos três meses.

A concepção de leitor adotada pela *Retratos da leitura no Brasil* não se apresenta, de maneira geral, como um problema para os especialistas que analisam os dados da segunda, terceira e quarta edição da pesquisa (a primeira não apresenta textos analíticos). Com algumas exceções, os textos se dedicam a discussões teóricas, algumas quase integralmente sem vínculo com o tema proposto, isto é, a análise dos dados apresentados. As poucas manifestações sobre a concepção de leitor estabelecida são feitas indiretamente, na afirmação de outras perspectivas teóricas, mas sem a recusa ou a problematização explícita da escolha quantitativa feita pelo estudo.

Entre os especialistas que participam da publicação da segunda edição, Jorge Werthein¹⁶ parece validar, indiretamente, a concepção quantitativa. O autor apresenta breve histórico da educação no Brasil, destacando a colonização portuguesa e sua relação de exploração com o país, bem como o crescimento brasileiro na segunda metade do século 20 e a desigualdade social que permanece até os dias de hoje. No entanto, mesmo mostrando ciência dos problemas sociais e econômicos brasileiros, advoga que em um país com extensões continentais como o Brasil, a tecnologia, especialmente os telefones celulares, resolveriam o problema da leitura, deixando subentendido que a questão se restringe ao acesso da população a materiais de leitura;

O que faz a diferença agora é a tecnologia. Os professores dispõem de recursos impensáveis anos atrás. Eles têm à sua disposição projetores, computadores com acesso à internet e a possibilidade de interagir com outros centros de excelência. Podem, se quiserem, utilizar recursos para amplificar a voz e falar para um universo cada vez maior. Em vários países é normal ter salas de aula com 200 ou 300 alunos, que são convidados a ler

¹⁶ Jorge Werthein é argentino, doutor em Educação e mestre em Comunicações pela Universidade de Stanford, autor de vários livros e artigos sobre educação, meios de comunicação, ciência e tecnologia. É diretor-executivo da RITLA – Rede de Informação Tecnológica Latino-Americana.

antecipadamente sobre o tema que o professor vai discorrer. E, posteriormente, voltam aos livros para conferir o que foi exposto. É um tipo de ensino de massa, que visa a qualificar muita gente em pouco tempo. (WERTHEIN, 2008, p.44)

O entendimento de Werthein compromete, em sua essência, a criação de condições para a formação, como a concebe Adorno. Em primeiro lugar, demonstra preocupação apenas com a produtividade (muita gente qualificada em pouco tempo), desconsiderando a importância do tempo no processo de aprendizagem e de leitura. Ainda, faz parecer dispensável a presença e a interação do professor-educador com os estudantes, uma vez que ao profissional cabe apenas enviar textos e falar de maneira amplificada para grandes grupos. Nesse formato, não há condições para indagações, para a exposição de discordâncias, para a exploração detida de conteúdos e formas, para debates; em resumo, não há espaço para reflexão. A proposta de Werthein se adequa e legitima, de maneira indireta, a concepção que define leitor numa perspectiva quantitativa.

Maria Antonieta Antunes Cunha¹⁷, também analisando os dados da segunda edição, ressalta que o valor da leitura é um trabalho lento, construído pessoal e socialmente ao longo de um processo, e que, apesar dos avanços há muito trabalho a ser feito. Esse trabalho, entende Cunha, deve ser feito em cadeia, de maneira planejada e integrada. Embora apresente ideias que demonstram concepção de leitura como formação e compromisso político, afastando-se da definição quantitativa da *Retratos da leitura no Brasil*, a autora revela, em outras partes do texto, entendimentos contraditórios à perspectiva formativa. Cunha atribui a pouca leitura da população brasileira à ausência de valor da leitura. Além do problema do acesso a materiais de leitura, especialmente ao livro, a autora aponta, com a metáfora da “volta na chave”, que impediria as pessoas de abrirem uma porta mesmo tendo a chave em mãos, a ausência de valor e de compreensão da leitura, que fazem com que ela se torne um bem e seja assim apropriada. Dessa maneira, sem explicitar e ressaltar as condições culturais, sociais e econômicas que dificultam o que considera a “volta na chave”, atribui parte da responsabilidade por sua limitada leitura à população, descolando a leitura de suas condições de realização.

Como proposta, a autora recomenda a formação de professores, afirmando que

¹⁷ Doutora em Letras, mestre em Educação, professora da Universidade Federal de Minas Gerais e da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Desenvolveu diversos projetos de leitura e literatura para jovens e crianças e é editora e autora de vários livros didáticos e de pesquisa. Foi presidente da Fundação Municipal de Cultura de Belo Horizonte.

seria importante um mutirão que, a curto prazo, ajudasse esses profissionais/educadores a, eles próprios, descobrirem a tal senha, e, ou, se aperfeiçoarem com mediadores de leitura. Em todas as instâncias de governo, mas também nas escolas privadas de Ensino Superior, é essencial iniciar ou ampliar ações de disseminação (ou apoio) de cursos, em vários níveis, de formação de gestores para a leitura, cursos de educação continuada com uma carga horária expressiva na área da leitura e da literatura, produção e, sobretudo, divulgação e aquisição de obras técnicas e de pesquisa sobre o assunto para esses profissionais. (CUNHA, 2008, p. 55-56)

Fazemos a ressalva da exigência da ação em curto prazo, compreendendo-a como uma ação necessariamente imediata, e não como mutirão, mas como um programa público de longo prazo, com investimentos para tal.

A autora propõe, ainda, ações que podem ser desenvolvidas “com boa vontade”, como a divulgação em programas de televisão e rádio, constatados pelas entrevistas da *Retratos da leitura no Brasil* como meios utilizados com muita frequência pela população brasileira, afirmando que “um enfoque importante seria a percepção da leitura como lazer (ou “descanso”)” (CUNHA, 2008, p. 59).

Não é possível afirmar que Cunha valida a definição quantitativa de leitor adotada pela *Retratos da leitura no Brasil*. No entanto, podemos apontar contradições no discurso que defende a formação de professores com cursos continuados com carga horária expressiva e pesquisas e, ao mesmo tempo, responsabiliza a população pela falta de compreensão do valor da leitura e recomenda a divulgação da leitura em programas de rádio e televisão como lazer e descanso. Na perspectiva formativa, a leitura é um instrumento de compreensão e organização do mundo, que exige tempo e trabalho intelectual, não algo para descanso. A oferta da leitura no viés do lazer e do descanso se aproxima da lógica da indústria cultural, com produtos culturais sendo propagandeados pelos meios de comunicação como mercadoria. Vale ressaltar que nada impede que a leitura, especialmente a literária, seja compreendida como atividade de lazer, mas isso só nos parece possível para o leitor já em formação, que se apropria do texto como uma construção de sentidos por meio da escrita e encontra, nessa construção, prazer, ou para o leitor de histórias, que encontra num romance, por exemplo, o mesmo que pode ser oferecido nas telenovelas, isto é, apenas uma história bem contada, que legitima os aspectos autobiográficos e ideológicos de suas leituras. Oferecida como mercadoria, como descanso e lazer, a leitura integra o rol de produtos da indústria cultural a ser consumida como qualquer outro produto que seja anunciado no rádio e na televisão. Afirma Castrillón:

Estou consciente de que ao redor da leitura se movem diferentes propósitos, que a necessidade de sua democratização obedece a diversos fins e que disso depende, em grande parte, o fato de setores excluídos – não só da leitura, mas também de outras manifestações da cultura e da economia – não se apropriarem dessa prática. Em outras palavras: somente quando a leitura constituir uma necessidade sentida por grandes setores da população, e essa população considerar que a leitura pode ser um instrumento para seu benefício e for de seu interesse apropriar-se dela, poderemos pensar numa democratização da cultura letrada. (CASTRILLÓN, 2011, p. 16)

Dito de outra maneira, não é pelo convencimento de que a leitura descansa a cabeça ou proporciona momentos de lazer que a população será mobilizada, mas sim quando ler e escrever forem apropriados como necessidade para a melhoria da vida das pessoas, ampliando suas possibilidades de compreensão e intervenção na sociedade. Ao contrário do movimento da indústria cultural, que estimula desejos e cria demandas imediatas em seus movimentos de integração, o valor (social, cultural e econômico) da leitura precisa ser construído para não ser reificado.

Outra proposta de Cunha, apoiada nos dados da *Retratos da leitura no Brasil* que dizem que “na escolha da leitura, um número razoável dos entrevistados se diz sensível a influências” (CUNHA, 2008, p. 59), trata de campanhas publicitárias que se dedicassem a escritores e suas obras:

Parece-me que teriam bom resultado publicidades e campanhas que, em vez de apresentar ideias generalistas e abstratas sobre a leitura (“ler é a melhor das viagens”, “ler é saber” e outras tais), enfocassem obras e seus autores. (Lembre-se que o tema, o título, a capa e os autores, nessa ordem, são poderosos vendedores do livro). (CUNHA, 2008, p. 60)

A partilha de leituras, seja por meio de conversas, de resenhas e de sugestões, por exemplo, faz parte da vida dos leitores e do universo livresco. Consideramos muito boa a ideia de que haja mais programas sobre livros e leitura na televisão e no rádio, mais resenhas nos jornais e revistas, mas não na perspectiva de publicidade com a intenção de comercialização de livros e valorização isolada de autores. Falar sobre livros, autores e leituras pode ser um excelente convite para quem ouve ou assiste a um programa de rádio ou televisão, mas, na perspectiva de formação de leitores, não pode ser mais uma vitrine para editoras e empresas com poder econômico destacarem seus produtos e interesses.

Oferecer a leitura como mercadoria, entendendo que a promessa de lazer e de descanso, valendo-se da publicidade, fará com que a população leia ou leia mais, apresenta-se como um equívoco. Aliás, as estratégias propostas por Cunha se inserem com perfeição no

modus operandi da indústria cultural, que impõe aos consumidores o produto que quer vender, sempre com a promessa de descanso, facilidade e prazer, afastando e interditando as possibilidades de formação.

O texto *Esse Brasil que não lê*, assinado por Lucília Helena do Carmo Garcez¹⁸, dedica-se, inicialmente, a apresentar os índices de analfabetismo apurados por diferentes instrumentos – INAF¹⁹, IBGE²⁰, PNAD²¹ –, além da *Retratos da leitura no Brasil*, e apresenta de que maneira o analfabetismo impacta no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) dos brasileiros. A autora se debruça sobre as razões de fundo para o desempenho insatisfatório dos brasileiros nas avaliações nacionais e internacionais a que são submetidos para a avaliação do desempenho em leitura. Para ela, o grande problema está na ausência ou fragilidade das habilidades necessárias à leitura, na alfabetização que não se consolida, deixando um número significativo de pessoas na condição de analfabetismo funcional. Consta que será necessário investimento robusto do poder público, especialmente no que toca à formação e aperfeiçoamento dos professores de Língua Portuguesa e mediadores de leitura, e recomenda a concentração de esforços no processo de ensino e aprendizagem de leitura e escrita, deixando as nomenclaturas e regras gramaticais em segundo plano.

Garcez não se refere objetivamente à concepção de leitor e, conseqüentemente, de leitura adotadas pela *Retratos da leitura no Brasil*, mas, ao afirmar suas convicções, deixa clara a discordância indireta:

A leitura não se esgota no momento em que se lê. Expande-se por todo o processo de compreensão que antecede o texto, explora-lhe as possibilidades e prolonga-lhe o funcionamento além do contato com o texto propriamente dito, produzindo efeitos na vida e no convívio com as outras pessoas. (GARCEZ, 2008, p. 68)

A leitura que se prolonga no tempo e que extrapola o momento de contato com o texto pode ser compreendida como divergente da definição que estabelece que leitor é quem leu um livro ou partes dele nos últimos três meses.

¹⁸ É mestre em Teoria da Literatura pela Universidade de Brasília e doutora em Linguística Aplicada ao Ensino de Línguas pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. É professora aposentada do Instituto de Letras da Universidade de Brasília e tem vários livros publicados.

¹⁹ Índice de Alfabetismo Funcional, medido pelo Instituto Paulo Montenegro.

²⁰ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

²¹ Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

Jéferson Assunção²², no texto *Leitura cultural, crítica ou utilitária*, utilizando como ilustração a figura dos *goliardos*, estudantes que se deslocavam do interior dos países europeus para estudar nas universidades das capitais, mas que, apesar da orientação religiosa, mantinham tom crítico em relação à escola e à igreja, se dedica a refletir como e por que as pessoas leem. Para isso, apresenta breve panorama da história da leitura no Brasil, comparando dados de alfabetização da França, que em 1890 contava com cerca de 90% de seus habitantes alfabetizados, e da Inglaterra, que em 1900 atingia o patamar de 97% da população alfabetizada. A colonização portuguesa deixou marcas na educação brasileira: em Portugal, nesse mesmo período, apenas de 20 a 30% dos habitantes sabiam ler e o Brasil, na última década do século 19, apresentava índice de analfabetismo de 84%. O autor constata que, apesar de sua riqueza e diversidade cultural, o Brasil convive com o analfabetismo e com a exclusão da maioria da população do letramento e do pensamento crítico, humanista e científico. Assunção destaca também como causa do analfabetismo brasileiro o início tardio da impressão de livros no País, que só chegou com a imprensa real em 1808, a princípio para a produção de documentos e livros oficiais. A situação das já frágeis políticas educacionais brasileiras se agravou no período da ditadura militar, que excluiu do currículo escolar as disciplinas humanistas, colocando em seu lugar as tecnicistas, comprometendo a dimensão crítica e cultural da escola. Para o autor, essa mudança impõe à educação e à leitura uma perspectiva utilitarista e instrumental, que tem no horizonte a preparação para o mercado de trabalho que o sistema capitalista necessita. Partindo desse panorama, Assunção problematiza a qualidade da leitura dos brasileiros, a partir da *Retratos da leitura no Brasil*. Para ele, a pesquisa mostra que a leitura cultural, de literatura, por exemplo, é pequena e tem poucas chances de se fazer presente na vida dos brasileiros, uma vez que a escola e a universidade estão imbuídas da formação de mão-de-obra para o mercado de trabalho. Ainda, porque o hábito de leitura de livros e jornais por parte das famílias é consideravelmente baixo, sendo esse lugar do lazer da informação familiar ocupado pela televisão.

Como outros especialistas que analisam os dados da segunda edição da *Retratos da leitura no Brasil*, Assunção não menciona a concepção de leitor adotada pela pesquisa, mas, fazendo a crítica do utilitarismo em detrimento do que considera leitura cultural, aquela que extrapola as demandas escolares e as orientações religiosas, explicita seu entendimento sobre o tema:

²² Foi coordenador-geral de Livro e Leitura do Ministério da Cultura. É escritor e doutor em Filosofia pela Universidade de León.

Desde então [o período da ditadura militar] – já que a escola teve sua dimensão crítica e cultural decepada -, a cultura da leitura praticamente só vem se desenvolvendo com muito espontaneísmo, ao acaso, dependendo de imensos esforços individuais, sem força para que o Brasil venha a ter uma massa de leitores críticos. O espírito laico dos leitores culturais vem sendo deformado por uma educação utilitarista que, se por um lado, nas décadas anteriores, se desenvolvia em um pequeno público – na comparação com a totalidade da população brasileira -, depois do golpe que levou passou a ser substituído pelo espírito pragmático e instrumental de um leitor formado para ser cada vez mais utilitário, apto a aprender os rudimentos das profissões que a periferia do capitalismo necessita. (ASSUMÇÃO, 2008, p. 87-88)

A crítica à leitura utilitária se aproxima, necessariamente, da crítica à concepção que define o leitor por viés exclusivamente estatístico. Podemos compreender a definição de leitor da *Retratos da leitura no Brasil* como uma perspectiva que se avizinha mais de proposta utilitária e pragmática, que responde aos anseios do mercado e das estatísticas governamentais, que da formação de leitores culturais, como postula Assumção.

Abrindo o bloco de textos dos especialistas convidados à análise dos dados da terceira edição da *Retratos da leitura no Brasil*, a escritora Ana Maria Machado²³ destaca o papel dos professores e da escola na formação de leitores, antes desempenhado com maior protagonismo pelas famílias. De acordo com a autora, vivemos no Brasil um conhecido círculo vicioso que compromete a formação de leitores: as crianças oriundas de famílias com baixa escolaridade e pouco ou nenhum acesso a bens culturais encontram na escola, muitas vezes, professores em condições semelhantes e despreparados, em vários aspectos e por motivos diversos, para formar leitores. Para Ana Maria Machado, a expansão do número de bibliotecas no país e a melhoria de seus acervos bibliográficos, resultado de programas governamentais, são insuficientes sem mediadores de leitura qualificados para a formação de leitores.

Nesse contexto, destaca a leitura de textos literários, não como complemento aos textos informativos, mas como uma forma de compreensão do mundo:

A literatura nos permite viver outras vidas além da nossa, é verdade. Mas isso não significa escapismo ou fuga da realidade. Pelo contrário, representa a oportunidade de uma experiência humana única e insubstituível. Implica

²³ Então presidenta da Academia Brasileira de Letras (2012-2013), ocupante de sua cadeira número 1. Já foi agraciada com importantes prêmios literários, dentre eles o Hans Christian Andersen, considerado o Nobel da literatura infantil.

uma imersão mais profunda na relação com as outras pessoas, porque nos faz compreender as diferenças que existem entre todos nós e perceber de quantas semelhanças somos feitos, apesar de toda essa diversidade. (MACHADO, 2012, p. 59)

Por sua potência formativa, a escritora defende políticas públicas que contribuam para o entendimento de que a leitura não se finda após o período escolar, mas que é uma prática para toda a vida. A defesa da literatura como linguagem privilegiada de compreensão do mundo e da humanidade aponta para uma concepção de leitura que se afasta do recorte estatístico-temporal proposto pela *Retratos da leitura no Brasil*, uma vez que a leitura literária, nessa perspectiva, pressupõe tempo dilatado para apropriação do texto lido. A não ser na perspectiva do enredo, a leitura de um texto literário faz exigências de tempo e reflexão que dificilmente se realizam em um espaço curto de tempo, especialmente para leitores inexperientes. Mais que em qualquer outro gênero textual, a leitura de literatura convoca o leitor à trama leitora de Bértolo, colocando em marcha, a partir do nível textual, as referências ideológicas, autobiográficas e metaliterárias, aproximando-as e confrontando-as.

No texto *Esse Brasil que não lê*, quarto no conjunto de análises dos especialistas que se dedicam aos dados da terceira edição da pesquisa, Tânia Mariza Kuchenbecker Rosing²⁴ apresenta panorama da abordagem e da importância da leitura no Brasil, tendo como ponto de partida o regime militar e destacando episódios de destruição de livros em várias partes do mundo, em momentos históricos distintos.

A autora chama a atenção para o esvaziamento da relação entre educação e sociedade durante o regime militar brasileiro e para a priorização da educação tecnicista, que tinha como objetivo a capacitação de mão de obra com o máximo de produtividade para o mercado de trabalho. Nesse contexto, a formação de leitores críticos, uma ameaça para a manutenção do *status quo*, não figurava, certamente, como uma prioridade do governo autoritário.

Essa orientação se realizava concretamente na formação dos professores e em suas práticas pedagógicas e, conseqüentemente, na aprendizagem dos alunos. Os professores eram treinados para reproduzir o conteúdo autorizado pelo regime e aos alunos cabia sua aceitação e memorização, sem qualquer espaço para questionamentos e efetiva apropriação. No campo da leitura, isso se materializava na oferta de obras clássicas, de qualidade inquestionável, e na

²⁴ Doutora em Letras, professora do Curso de Mestrado em Letras da Universidade de Passo Fundo, é criadora e coordenadora-geral das Jornadas Literárias de Passo Fundo.

interdição de autores contemporâneos, que pudessem trazer abordagens e narrativas indesejáveis ao regime.

A resistência se dava por intelectuais e artistas, nem sempre de maneira direta, em movimentos que se formavam nos grandes centros e se espalhavam para cidades de médio e pequeno porte. Entre os profissionais da educação que sonhavam com a retomada da democracia, a leitura e a escrita se impunham como principal necessidade:

O aluno deveria ter condições de produzir textos marcados pela variedade vocabular, pela apresentação de certo requinte na estrutura textual, pela revelação de conhecimento prévio de onde poderiam emergir manifestações culturais, como tentativa de fazê-lo escrever mais crítica e criativamente. As palavras de ordem, nesse contexto, são: domínio da leitura e da escrita, indispensáveis na formação da consciência crítica. (ROSING, 2012, p. 97)

A literatura infantil, escrita por autores como Ana Maria Machado, Lygia Bojunga, Joel Rufino dos Santos, Ruth Rocha e Bartolomeu Campos de Queirós, considerados herdeiros da inventividade de Monteiro Lobato, começa a ser publicada no país e se torna objeto de interesse das famílias, professores e meio acadêmico, que realiza pesquisas, seminários e encontros para debatê-la. Essa produção, “que orienta os ventos por onde devem passar os interessados no desenvolvimento do cidadão no seu relacionamento com a complexa realidade social” (ROSING, 2012, p. 100), ganha força, enquanto as obras literárias que se colocam, declarada ou reveladamente, contra a censura e a ditadura continuam sendo perseguidas e proibidas.

A autora relata que, a partir da década de 80, são implantados programas de fomento à leitura, especialmente de distribuição de livros de literatura para as escolas, mas que os resultados ficam aquém das expectativas e não se traduzem em efetividade na formação de leitores. Em seu entendimento, esse problema, que persiste, acontece porque os educadores não têm a formação adequada para trabalhar com os acervos, em grande medida porque não são leitores. Para Rosing, o governo deve “priorizar a formação e o desenvolvimento dos profissionais do ensino com o fim de transformá-los em sujeitos leitores” (ROSING, 2012, p. 105).

Apesar de não se dedicar explicitamente a discutir concepções de leitura, Rosing convoca a leitura crítica, especialmente em relação a textos literários que, em seu entendimento, são marcados pela inventividade e, por isso, oferecem mais possibilidades para

o leitor. Nessa perspectiva, podemos considerar a proposta estatístico-temporal da *Retratos da leitura no Brasil* insatisfatória para o que postula a autora.

O texto assinado por Ezequiel Theodoro da Silva²⁵ tem como título *A escola e a formação de leitores*. Partindo de três constatações que retira das edições da *Retratos da leitura no Brasil*, o autor afirma a centralidade da escola na formação dos leitores.

Sua primeira constatação é de que o valor da leitura está muito atrelado à necessidade de atualização de conhecimentos e, conseqüentemente, à escola, que se organiza em torno da transmissão de conteúdos e da formação humana. Por esse motivo, a escola se mostra como uma instituição privilegiada para experiências diversas, tendo na leitura um destaque.

A segunda é a determinação da escolaridade, ao lado do poder aquisitivo, para a compra ou empréstimo de livros. O autor ressalta os indicativos das três edições do estudo que mostram que o maior índice de leitura entre os brasileiros é na infância e na adolescência, isto é, na fase escolar, além dos dados que afirmam que quanto maior a escolaridade, maior a frequência de leituras.

A terceira constatação é muito próxima da segunda e diz que o estatuto de estudante, o vínculo com uma instituição de ensino, é uma condição de leitura no Brasil.

As três constatações evidenciam o papel central da escola na formação de leitores e nas práticas de leitura dos brasileiros. Embora recuse a ideia da escola como responsável pela solução de todos os problemas sociais do país, o autor compreende sua importância, especialmente frente a outras instituições, como a família, a igreja, a biblioteca, o sindicato, para a formação de leitores.

Tendo isso em vista, Silva aponta como caminho para a área a melhoria da formação dos professores, compreendidos por ele, a partir dos dados revelados pelo estudo, como mediador de leitura privilegiado para a maioria das pessoas. Esse investimento no professor incluiria a elevação de seus salários, considerado pelo autor fator determinante na formação do profissional, uma vez que não permite o acesso e a aquisição de bens básicos para essa finalidade, como a frequência em livrarias, a assinaturas de jornais e revistas especializados, a participação em cursos etc.

²⁵ Ezequiel Theodoro da Silva é doutor em Educação, professor aposentado da UNICAMP e colaborador voluntário na mesma instituição.

Em seguida, Silva passa analisar dois dados oferecidos pela *Retratos da leitura no Brasil*: os índices de gosto pela leitura e os principais influenciadores de leitura. Dedicando-se ao primeiro, constata que a escola não vem conseguindo desenvolver nos estudantes o gosto pela leitura. A análise do segundo ponto mostra a falência da escola, ambiente privilegiado para a formação de leitores, no entendimento do autor, na construção de redes de leitura, que seriam as relações estabelecidas entre professor e aluno, aluno e aluno, bibliotecário e aluno, professor, bibliotecário e aluno em torno da leitura. Para ele, é a formação dessas redes que permitirá a atenção e a apropriação da leitura no contexto escolar. Sua ausência tira do estudante, em grande medida, as possibilidades de significação e apropriação da leitura, pois não cria os espaços necessários de interlocução com o professor, principal incentivador de leitura.

Citando Aidan Chambers²⁶, Ezequiel Theodoro da Silva defende a criação de espaços para o compartilhamento e as falas sobre as leituras:

não basta que existam acervos de obras escritas nas escolas nem mesmo bons espaços, se a eles não for somada uma pedagogia e uma didática da leitura que abram espaços de conversa e de partilha a respeito das vivências de leitura do alunado. Isto faz ver ainda que a leitura não é um ato solitário envolvendo tão somente um leitor e um texto, mas sim uma prática cultural de natureza coletiva, que se enreda com outras práticas e que envolve múltiplos participantes, situações, motivações, desafios, encantos e desencantos, sempre “compartilhados” no grupo. (SILVA, 2012, p. 114-115)

O espaço de compartilhamento de leituras, que implica a importância de interlocução entre estudantes, professores e bibliotecários, mostra-se central na concepção de leitura e de formação de leitores defendida por Silva. Esse entendimento, que exige tempo dilatado para ler, pensar, conversar sobre e, muitas vezes, reler, isto é, para a oferta do texto literário tendo em vista a formação da trama leitora, não se adequa à definição estatístico-temporal adotada pela *Retratos da leitura no Brasil*. Entre a leitura de um romance no ambiente escolar, por exemplo, e o tempo para sua partilha entre colegas, professores e bibliotecários, pode haver mais que três meses, desqualificando, dessa maneira, uma jovem estudante como leitora numa entrevista da *Retratos da leitura no Brasil*.

²⁶ A referência específica é sobre o livro *Tell me – Children reading and talk*. Londres: The Thimble Press, 1993.

O último texto de análise da terceira edição tem o título *Por uma leitura dos “retratos” – desafios para o desenvolvimento social na América Latina* e é assinado por Fabiano dos Santos Piúba²⁷.

O autor parte de uma indagação, que se desdobra em várias perguntas. “Qual o sentido de um estudo como esse do Instituto Pró-Livro?” desencadeia questionamentos sobre sua necessidade, seu público interessado e sua aplicabilidade na formulação de políticas públicas.

Citando Antonio Candido e Silvia Castrillón, defende a leitura como direito histórico e cultural, como direito humano. E, conseqüentemente, como direito de cidadania. Nessa perspectiva, reconhece a importância da economia do livro e legítimas as demandas dos editores, autores, livreiros, mas destaca que a figura central de qualquer política pública para a área deve ser o leitor.

Referindo-se a estatísticas que mostram o tamanho da dívida social no que tange às habilidades de leitura e escrita das crianças brasileiras, o autor propõe que os dados da *Retratos da leitura no Brasil*, que vistos isoladamente dizem muito pouco, sejam analisados à luz de outros instrumentos de avaliação educacional, como o SAEB – Sistema de Avaliação da Educação Básica e o PISA – Programa de Avaliação Internacional de Estudantes, por exemplo. Propõe o mesmo exercício em relação a instrumentos de avaliação social, como o IDH – Índice de Desenvolvimento Humano, por exemplo.

Embora não problematize as definições de leitor e não leitor adotadas pela *Retratos da leitura no Brasil*, Piúba apresenta sua concepção, que se mostra na contramão da escolha estatístico-temporal do estudo:

O leitor é aquele que atribui sentido ao mundo com sua experiência de leitura. [...] Lemos para compreender e darmos sentido ao que somos ou ao que vislumbramos na vida e no mundo. Percebemos que estamos aqui pensando em outro tipo de relação com a leitura, que vai muito além do consumo do livro, de quantos livros compramos ou lemos ao longo de um ano. Estamos enfatizando uma abordagem que tem sua força na figura do sujeito leitor. Daquilo do que somos capazes de fazer com esse objeto-livro, seja numa perspectiva íntima ou social, seja numa postura de puro prazer, fruição ou aprimoramento de nosso exercício pleno de cidadania. (PIÚBA, 2012, p. 217)

²⁷ Então Subdiretor de Leitura, Escrita e Bibliotecas do CERLALC. Foi Diretor de Livro, Leitura e Literatura do Ministério da Cultura (2009-2012).

O entendimento do autor do que seja um leitor é uma construção que se faz no tempo, em face a projetos coletivos e individuais, diante da complexidade do mundo e da formação de subjetividade, recusando qualquer limitação numérica.

Os textos dos especialistas apresentados na quarta edição da *Retratos da leitura no Brasil* se dedicam pouco à discussão da pesquisa e de seus resultados e é quase inexistente a abordagem de concepções de leitor e leitura. Talvez em função das exaustivas tentativas de interpretação de dados nas edições anteriores, com resultados analíticos praticamente inalterados de uma edição para outra, os especialistas convidados acabam se dedicando a questões paralelas, muitas bastante pertinentes. A exceção fica a cargo dos textos de Walcyr Carrasco e João Luís Ceccantini, que indiretamente abordam o leitor e a leitura.

Walcyr Carrasco²⁸, em texto-depoimento intitulado *A história de uma paixão – De leitor a autor*, narra sua descoberta da leitura em uma cidade do interior de São Paulo. Filho de família modesta, sem tradição de leitura e sem livros em casa, o autor relata seu encontro com os livros, iniciado pelo empréstimo, feito por uma vizinha, de livros de Monteiro Lobato, que aos poucos envolveu também sua mãe. Para acompanhar as leituras do filho, que já buscava mais opções na biblioteca pública da cidade, a mãe fazia as mesmas leituras, tornando-se, ao longo do tempo, uma leitora sofisticada, mesmo em face de sua reduzida escolaridade, e importante interlocução literária para o jovem Walcyr Carrasco. Ao mesmo tempo, a mãe falava sobre os livros e os emprestava às amigas, que viveram grande euforia na leitura de *As mil e uma noites*, sendo esta a única leitura proibida ao filho, por ser “forte demais”:

Era erótica. Comecei a ler no quarto, de portas fechadas! Mas minha mãe, oh! Também havia criado um interesse pelos livros, e acompanhava os que eu gostava. Suspeitou da porta trancada. Quis ler também. Assustou-se: “Você não tem idade para ler essas coisas!” Tomou-me. Reclamou com a vizinha, que me emprestara. E, traidora, leu toda a coleção. Em breve, havia um movimento de senhoras do bairro lá em casa, pedindo emprestados e devolvendo os volumes. Faziam seus comentários em voz baixa. Scherzade povoou a imaginação daquelas mulheres! Passavam a tarde com os livros na mão, conversando. Eu era expulso, se tentava ouvir. Afinal, era assunto entre mulheres! Até hoje eu me pergunto quantas daquelas senhoras passaram a ser leitoras, fascinadas por aqueles primeiros livros. Outros devem ter entrado em suas vidas, já sob um novo olhar. Pois agora descobriam o prazer da leitura. E que o livro não se tratava apenas de um enfeite na estante. Nem uma obrigação árdua. Mas de uma possibilidade de conhecer outras vidas,

²⁸ É jornalista, escritor, dramaturgo e autor de telenovelas. É membro da Academia Paulista de Letras.

deixar a cidadezinha do interior para atravessar os desertos árabes.
(CARRASCO, 2016, p. 49-50)

A percepção da leitura como espaço de formação, realizada ao longo do tempo, na partilha e na interlocução com outros leitores, fica evidente no depoimento de Walcyrr Carrasco. Mais que enfeites na estante, os livros se mostravam como possibilidades de ampliação de horizontes, como meio para o conhecimento do outro, do distante, para senhoras de uma cidade do interior de São Paulo.

Também é importante em seu relato, e, ao que parece, marcante em sua trajetória, uma professora que passeava pelos corredores da escola com um carrinho cheio de livros, oferecendo-os aos estudantes, de sala em sala, sem qualquer demanda escolar para aquelas leituras. Para o autor, os livros e a leitura foram, desde sua descoberta, um instrumento para o conhecimento do mundo. Um instrumento que oferecia toda a liberdade e, ironicamente, se tornava, de maneira cada vez mais forte, uma exigência em sua vida.

Embora não se dedique diretamente a reflexões sobre o leitor e a leitura, o depoimento de Walcyrr Carrasco revela o entendimento de uma formação leitora que se desenvolve lentamente, ao longo do tempo, com referências as mais distintas e, muitas vezes, controversas, numa busca sempre em marcha de compreender o mundo, distanciando-se do entendimento de que leitor é quem leu um livro ou partes dele nos últimos três meses.

João Luís Ceccantini²⁹, no texto intitulado *Mentira que parece verdade: os jovens não leem e não gostam de ler*, discute as formas e preferências de leitura dos jovens, apontando evidências de que, proporcionalmente, seus índices de leitura são maiores que os dos brasileiros. São vários os fatores, defende o autor, que contribuem para isso: a grande circulação de livros juvenis nas escolas, em função da distribuição de milhões de exemplares para esse segmento pelo PNBE; a ampliação e a diversificação da produção editorial brasileira nos últimos anos e, especialmente, o diálogo dos livros com outras atividades e linguagens:

Os livros mais lidos hoje pelos jovens costumam estar associados a fenômenos culturais que não se limitam a um dado livro, mas envolvem adaptações e recriações as mais variadas, abarcando filmes, vídeos, peças teatrais, música, videogames, moda, HQ, TV, sites, espetáculos multimídia, aplicativos, enfim, uma grande diversidade de produtos que vinculam cultura e consumo e convidam permanentemente à múltipla fruição e ao trânsito entre linguagens e suportes, fundindo-se várias modalidades.

²⁹ É professor de literatura brasileira na UNESP – Faculdade de Ciências e Letras de Assis. Dedicar-se à pesquisa de temas como leitura, literatura infantil, literatura juvenil e literatura brasileira contemporânea.

Frequentemente esses livros são traduções, em sua maioria produzidos pela indústria cultural de língua inglesa (norte-americana e britânica), difundidos em meio a economias globalizadas. Optar pela leitura de um livro “isolado” parece cada vez menos a regra para os títulos que fazem maior sucesso. (CECCANTINI, 2016, p. 89)

O autor aponta a grande preferência dos leitores jovens por livros que tenham sido objeto de adaptações cinematográficas ou de jogos ou cujos autores sejam *youtubers*, com vlogs, isto é, canais na internet para exibição de vídeos, posteriormente transformados em publicações. Os *youtubers* chegam a atrair milhões de seguidores, que assistem diariamente aos seus vídeos, tornando-se também, quando da publicação de livros, seus leitores, fãs que os prestigiam massivamente em eventos, lançamentos, bienais.

Ceccantini aponta o movimento de leituras entre os jovens que extrapolam as indicações escolares como algo que lhe parece salutar, mas, reafirmando a presença da indústria cultural e evidenciando os movimentos de integração produzidos pelos setores de marketing do mercado editorial internacional, já aportados no Brasil, apresenta, como contraponto a esse leitor “desescolarizado”, o conceito de “leitor cultivado”, de François de Singly³⁰:

Leitor cultivado é aquele que já desenvolveu uma familiaridade vertical com o sistema literário e certa maturidade de leitor, a ponto de memorizar o título das obras que lê e, sobretudo, o nome de seus autores, fatores que passam a orientar muitas de suas escolhas de leitura, como, por exemplo, ler toda a obra de um autor predileto. (CECCANTINI, 2016, p. 87)

A ideia de “leitor cultivado” parece se aproximar da concepção de trama leitora, de Bértolo (2014): mais que ler determinado título, o leitor consegue compreender em que contexto tal livro se insere, conhece ou busca outras publicações do mesmo autor, estabelece relações entre distintas autorias e reconhece o tratamento diferente de temas semelhantes, dentre outras coisas.

Os leitores que se contrapõem aos “cultivados”, na análise de Ceccantini, fazem da leitura, em grande medida, um elemento de socialização:

A leitura de um determinado livro passa a atender a certa necessidade de pertencimento a um grupo de identidade afim, de integração a uma mesma “tribo” que tem gosto e atitudes semelhantes, que consome um mesmo tipo de gênero ou subgênero literário, que se entrega a certa tendência musical,

³⁰ *Lire à douze ans: une enquête sur les lectures des adolescentes* (Paris: Nathan, 1989).

em que a escolha da roupa e o tratamento dado ao corpo se equiparam. (CECCANTINI, 2016, p. 90)

Como exemplo, o autor cita o baixo índice de memorização dos nomes dos autores lidos nos dados gerados pela *Retratos da leitura no Brasil*, o que revela pouca intimidade com o universo social e cultural em que o livro e a leitura se inserem.

Outro ponto destacado por Ceccantini é a pouca presença de autores brasileiros e estrangeiros, premiados nacional e internacionalmente, com reconhecimento da crítica especializada, presença na imprensa e nos acervos adquiridos pelo governo para as escolas, nas referências dos leitores jovens. Mesmo não sendo seus livros necessariamente experimentais ou herméticos, autores como, nos exemplos citados por Ceccantini, Lygia Bojunga, Ana Maria Machado, Ricardo Azevedo, João Carlos Marinho, Luís Dill, entre outros, não se mostram referências significativas nas respostas dos jovens nas entrevistas da *Retratos da leitura no Brasil*. Para o autor, a análise de questões como essa é complexa e exige um aprofundamento vertical, mas sugere uma fragilidade nos horizontes de leitura de grande parte dos professores (que, de acordo com os dados da *Retratos da leitura no Brasil*, não são referência significativa em influência de leitura para os jovens), o que compromete a mediação da leitura.

Apesar de não se dedicar à reflexão sobre concepções de leitor e leitura, a apresentação do conceito de “leitor cultivado”, de François de Singly, como contraponto aos leitores de *best-sellers* juvenis, marcadamente produtos da indústria cultural e objeto de campanhas de marketing, revelam dois extremos didáticos, em que a construção estatístico-temporal adotada pela *Retratos da leitura no Brasil* é contemplada pelo segundo caso. Embora o autor valide e considere salutar o que chama de leitura desescolarizada dos jovens, a simples menção ao conceito de “leitor cultivado” se apresenta como uma espécie de problematização ou de contemporização das práticas de leitura juvenis e também do modelo adotado pela *Retratos da leitura no Brasil*, uma vez que a participação no sistema livresco se constrói ao longo do tempo, em face a leituras e autorias diversas, com gêneros textuais variados.

A despeito de oferecer apenas definição explícita para leitor e, por desdobramento, para leitura, a *Retratos da leitura no Brasil*, nas quatro edições analisadas no âmbito desta pesquisa, traz em seu corpo, seja nas perguntas elaboradas para as entrevistas, seja na análise dos especialistas, o entendimento de leitor que não deixa dúvidas sobre sua perspectiva.

Produtos do mundo administrado e concretização da semicultura, o leitor e a leitura revelados em nada se aproximam da trama leitora de Bértolo e de qualquer possibilidade formativa como a concebe Theodor Adorno. Desenhados para atender à lógica mercantil e competitiva, o que está em questão é a identificação e a criação simultânea de necessidades e desejos, costuradas pelos movimentos de integração e manipulação retroativa da indústria cultural, além da legitimação do estudo como instrumento científico e, conseqüentemente, balizador para a elaboração de políticas públicas.

Há nos textos dos especialistas, alguns deles historicamente comprometidos com a democratização do acesso à leitura e a formação de leitores no País, entendimentos que se aproximam da perspectiva formativa e emancipadora, mas esses posicionamentos não estão diretamente vinculados à análise em questão. A partir de suas áreas de pesquisa e atuação, muitos dos autores inserem em seus textos elementos que apontam para a preocupação com a participação na cultura escrita. No entanto, apesar de contraditório em relação a muitos aspectos apresentados, a contradição não é demarcada, o que valida a teoria da ideologia da competência de Marilena Chauí até mesmo entre pesquisadores, escritores e diretores de instituições que atuam na área. A exceção, com questionamento explícito, fica por conta de Marisa Lajolo: “torna-se bastante modesta a definição de leitor com que trabalha, desde 2007, a pesquisa *Retratos da leitura no Brasil* que considera leitor: quem declarou, no momento da entrevista, ter lido pelo menos um livro nos últimos três meses anteriores à pesquisa” (LAJOLO, 2012, p. 166).

7.2 O leitor e a leitura revelados pela concepção de biblioteca

O destaque que a *Retratos da leitura no Brasil* oferece às bibliotecas em sua terceira e quarta edições revela muito do entendimento que o estudo tem sobre a instituição e, conseqüentemente, sobre leitor a ser atendido por ela. A pequena frequência e o grande desinteresse constatado pelas bibliotecas são atribuídos a elas, e não à baixíssima participação da população na cultura escrita.

Para atrair a atenção dos leitores, muitos dos especialistas que analisam os dados da segunda e terceira edição recomendam a biblioteca como dínamo cultural, com programação

artística atraente e livros novos. Essas recomendações destinadas às bibliotecas, especialmente às públicas, apontadas pelos dados do estudo como instituições que despertam pouquíssimo interesse entre os entrevistados, mesmo entre os considerados leitores, revelam bastante e confirmam a naturalização do leitor-modelo produto da semicultura e alheio à leitura como prática social e histórica. Um leitor que precisa ser atraído, estimulado a todo momento, que tem seu interesse e necessidade de frequentar a biblioteca resumidos à busca de livros novos – os da moda, das listas de mais vendidos, das histórias que inspiraram telenovelas e filmes – e de diversão contínua. Autêntico produto da indústria cultural, o leitor que se tem no horizonte quando se propõe uma biblioteca atraente pelo que ela não é (ou não deveria ser, se consideramos sua função, por excelência, que é a guarda, a organização e a oferta do conhecimento escrito, mesmo em seu caráter de centro cultural, onde o diálogo com outras linguagens artísticas também é contemplado) é cada vez mais afastado das possibilidades de formação da leitura, que tem como exigência o uso dilatado do tempo, o espaço e o silêncio para a reflexão e, principalmente, a compreensão do que se faz quando se lê. Vale ressaltar a importância de as bibliotecas oferecerem a seus leitores livros em boas condições de uso, que contemplem temas atuais e que apresentem autores e produções literárias, humanistas e sociais, clássicos e contemporâneos, além da oferta de atividades que promovam a leitura e a apropriação da biblioteca enquanto instituição de guarda e promoção do acesso ao conhecimento sistematizado e organizado. Certamente, as variáveis “livros novos” e “programação atraente” não são capazes de garantir a frequência nas bibliotecas pelo que têm (ou deveriam ter) para oferecer: o acesso ao conhecimento e às narrativas produzidas pela humanidade ao longo do tempo e do espaço, criando condições para a recusa da heteronomia massificada. Dito de outra maneira, na perspectiva formativa adorniana, a biblioteca deve ser compreendida como um espaço de construção de autonomia, de identificação e reflexão, por meio da leitura, do que faz parecer natural à maioria das pessoas as ideias e interesses de minorias, como resume Castrillón:

Uma verdadeira democracia participativa necessita de espaços que permitam a todos os cidadãos acesso à informação, ao conhecimento e às manifestações da cultura e da arte. E para que as bibliotecas se assumam como tais espaços, elas devem conceber suas funções e seus serviços para esses fins. É preciso que as bibliotecas se comprometam com um objetivo político, social e cultural muito claro a partir do qual formulem seus planos de trabalho e sua programação de atividades. Preencher estatísticas de “usuários”, como o jargão bibliotecário costuma designar os que visitam as bibliotecas, e atividades isoladas de um planejamento não garantem uma

contribuição ao propósito de democratizar a cultura letrada. (CASTRILLÓN, 2011, p. 25-26)

Assim, as bibliotecas deveriam se conceber e atuar na formação da subjetividade, contribuindo para a identificação, o conhecimento e a reflexão de ideias, pensamentos e narrativas produzidas e reproduzidas em seus contextos históricos e interesses, rejeitando a proposta de um centro de entretenimento aparentemente descolado de um projeto político, mas, muitas vezes imperceptivelmente, aderido a propostas de massificação do pensamento, à indústria cultural.

Ao perguntar às pessoas que declararam não frequentar bibliotecas constantemente o que as faria frequentar bibliotecas, as opções de respostas oferecidas aos entrevistados já sugerem o entendimento das ofertas que a instituição faz e, indiretamente, do modelo de leitor a quem essas ofertas atenderiam: ter mais livros novos, ser mais próxima ou de fácil acesso, ter títulos interessantes, ter atividades culturais, ter internet, ter melhor disposição dos livros, ter horários de funcionamento ampliados, ter ambientes mais parecidos com livrarias, ter um ambiente mais agradável. Com quatro exceções (ser mais próxima ou de fácil acesso, ter títulos interessantes, ter um bom bibliotecário e ter horários de funcionamento ampliados), todas as razões oferecidas pelo entrevistador como possibilidades de resposta à questão apontam para a biblioteca como um espaço equivalente a um estabelecimento comercial de entretenimento, que mobiliza as pessoas (clientes) por variedades genéricas, que se aplicariam quase a qualquer atividade em um *shopping center*. O “leitor” que se tem no horizonte com essa proposição de biblioteca atraente é o consumidor da indústria cultural, que se mobiliza pelo produto da moda, pelo comportamento de integração, pela diversão que descansa e aliena.

As possibilidades de respostas oferecidas às pessoas entrevistadas que disseram frequentar bibliotecas para saber sua avaliação sobre a instituição também revelam bastante da concepção de biblioteca e, conseqüentemente, do leitor que se tem no horizonte. No leque de respostas à entrevista aplicada pela *Retratos da leitura no Brasil*, as pessoas frequentam as bibliotecas públicas e escolares porque 1) são bem atendidas; 2) acham que elas (as bibliotecas) são bem cuidadas; 3) gostam muito das bibliotecas que frequentam; 4) pelas indicações de outros livros “de assuntos ou autores parecidos com o que você lê” (FAILLA, 2012, p. 319); 5) encontra os livros que procura; 6) e por serem atendidas por bibliotecários.

Ser bem atendidas, a verificação de um ambiente bem cuidado e simplesmente gostar da biblioteca sem qualquer explicação se mostram respostas bem próximas das que estariam numa pesquisa de mercado. Ser atendido por bibliotecários, por sua vez, sugere que havia um profissional com essa formação na elaboração das opções de resposta, pois essa não é, definitivamente, percepção de pessoas que frequentam bibliotecas, mas sim o reconhecimento e uma fatia dos postos de trabalho reivindicados por entidades de classe. Embora haja grande probabilidade de atendimento mais qualificado por parte de um profissional com graduação específica, o mais comum é os profissionais que trabalham em bibliotecas serem todos identificados como bibliotecários. Uma biblioteca contar ou não com um bibliotecário é uma questão que toca aos profissionais, gestores e instituições que atuam na área, não ao público, de maneira direta.

Encontrar livros pelos quais se procura pode ser um bom motivo para frequentar uma biblioteca. As indicações de outros livros poderiam se apresentar como bom argumento, não fosse o complemento de que a busca e a oferta são de livros com assuntos ou autores parecidos com os já lidos. Por mais que possa parecer, à primeira vista, irrelevante e inocente, a busca e a oferta do mesmo, do já conhecido, das recorrentes formas e fórmulas, inserem-se no movimento da indústria cultural, no fortalecimento da oferta a partir da identificação da demanda. Ao invés de ampliar os horizontes e o repertório dos leitores para a compreensão e a indagação do mundo, com versões distintas de um mesmo fato, vozes e autorias diversas e gêneros textuais variados, a oferta do mesmo fortalece o moto-contínuo que enclausura o leitor no imediato ou numa narrativa única. Esse movimento vai de encontro à perspectiva formativa, uma vez que, por mais que atenda à necessidade e ao desejo imediato do leitor (e a indústria cultural lida com a criação e o atendimento de necessidades e desejos imediatos, uns após os outros, continuamente), contraria a exigência formativa de perceber e lidar reflexivamente com o dissenso, com os conflitos, com formas textuais inexoravelmente vinculadas à elaboração de determinado conteúdo, além de, possivelmente, contribuir para a concentração da leitura em dois dos componentes da trama leitora de Bértolo (ideológico e autobiográfico). A oferta e a busca pelo mesmo é um terreno fértil para a reificação do pensamento e para a danificação da subjetividade, uma vez que promove e valida a leitura recorrente das mesmas ideias, formas e narrativas, interditando o estranho, o divergente e outras tentativas de elaboração e compreensão do mundo.

As opções de respostas sobre a representação das bibliotecas para as pessoas entrevistadas³¹ seguem pelo mesmo caminho, apresentando a instituição com possibilidades fragmentadas e isoladas, como se uma opção excluísse outras: 1) um lugar para estudar; 2) um lugar para pesquisar; 3) um lugar voltado para estudantes; 4) um lugar para emprestar livros de literatura; 5) um lugar para emprestar livros para trabalhos escolares; 6) um lugar voltado para todas as pessoas; 7) um lugar para lazer; 8) um lugar para passar o tempo; 9) um lugar para consultar documentos e outros materiais do acervo; 10) um lugar para ver filmes / escutar música; 11) um lugar para participar de concertos, exposições e eventos culturais; 12) um lugar para acessar a internet.

Em doze possibilidades, quatro inserem a biblioteca no cenário escolar / acadêmico, reiterando-a como lugar exclusivo de estudantes, se considerarmos que, neste contexto, estudar e pesquisar se referem a obrigações e tarefas escolares. Outras quatro propõem a biblioteca como lugar de lazer e acesso a bens ou produtos culturais sem qualquer vínculo estrito com a cultura escrita, objeto, por excelência, das bibliotecas. Três (o empréstimo de livros de literatura, a consulta a documentos e materiais do acervo e o acesso à internet, este último dependendo bastante do tipo de uso) se referem, especificamente, à atuação das bibliotecas no que extrapola, mas não exclui, o ambiente escolar. E uma, “um lugar voltado para todas as pessoas”, não diz concretamente nada. Não há, dentre as opções de respostas, uma alternativa que aponte as bibliotecas como lugar para ler e conversar sobre leituras, livros, escrita, ideias lidas ou para debater questões e preocupações coletivas. Mais uma vez, a *Retratos da leitura no Brasil* revela a compreensão que tem sobre o que seja um leitor e sua concepção de leitura, por meio da sugestão, pelas opções que oferece para descrever as bibliotecas, de uma instituição sem qualquer vínculo com a formação de leitores.

No que toca aos textos dos especialistas, as análises e recomendações sobre e para as bibliotecas são bastante semelhantes entre si.

Maria Antonieta Antunes Cunha, analisando os dados da segunda edição, destaca a satisfação das pessoas que dizem frequentar bibliotecas e, dizendo conhecer razoavelmente os espaços (as bibliotecas), se pergunta sobre o nível de exigência das pessoas entrevistadas e sobre o conceito de biblioteca adotado. Para ela,

³¹ A pergunta “O que a biblioteca representa” foi aplicada o grupo de pessoas que informaram já haver comprado livros.

as bibliotecas, mesmo tais como são, precisam buscar leitores, seja por algum tipo de promoção (também elas indo além de suas paredes), seja por uma ampliação de seu caráter, tornando-se mais próximas da atuação de centros culturais, onde esteja, sobretudo, o livro, mas todos os suportes de leitura (inclusive a internet, como vêm procurando os projetos do Ministério da Cultura), além de outras manifestações culturais e artísticas – tudo isso se configura, nos tempos atuais, como formas também importantes de leitura. (CUNHA, 2008, p. 57)

Apesar de reivindicar o protagonismo do livro, a autora entende que a biblioteca atrairia mais leitores se ampliasse seu escopo de atendimento e sua concepção de leitura, aproximando-se do formato de um centro cultural, com a oferta de distintas linguagens culturais e artísticas, além de acesso à internet. Este entendimento é comum a vários autores e revela, em seu bojo, a percepção da leitura como interpretação do mundo, sendo seu exercício aplicado a várias linguagens, verbais ou não, extrapolando a construção metacognitiva da escrita, propriamente dita. Mas o que chama a atenção em Cunha, como também em outros autores, é a compreensão, muitas vezes irrefletida, de que a baixa frequência de pessoas nas bibliotecas se deve às próprias bibliotecas, e não à falta de participação da população na cultura escrita. Obviamente, lidamos com um ciclo em que pessoas que lêem procuram as bibliotecas e esperam nelas encontrar bons livros, atividades do seu interesse, serviços satisfatórios; ainda, que pessoas que consideram o livro e a leitura como algo importante, como é o caso de muitos pais que, mesmo não sendo leitores, oferecem livros aos seus filhos e os levam às bibliotecas, buscam por atividades culturais e literárias. Em resumo: é a participação na cultura escrita e o interesse por leitura e livros que levam pessoas às bibliotecas. As bibliotecas, por sua vez, devem desenvolver atividades que promovam a aproximação entre pessoas e livros, que explorem as muitas linguagens presentes em seus acervos e que convidem amplamente a população a participar de sua programação. No entanto, é importante que se tenha clareza de que é a participação na cultura escrita que promove a frequência nas bibliotecas. Embora as bibliotecas contribuam efetivamente para a participação na cultura escrita, especialmente na garantia de acesso a livros e a serviços de referência em pesquisas bibliográficas e na promoção de atividades literárias e culturais, não é sua responsabilidade garantir, isoladamente, a participação da população na cultura escrita. Assim, atribuir exclusivamente às bibliotecas a responsabilidade por aumentar seu público revela uma compreensão limitada do tema.

Zoara Failla, também analisando os dados da segunda edição da *Retratos da leitura no Brasil*, apresenta sua preocupação com as condições socioeconômicas da população para o

acesso à educação e à leitura. No entanto, apesar de ter clareza dos obstáculos para a participação na cultura escrita, denota compreensão semelhante à de Cunha no que toca às bibliotecas: “Não basta reformar bibliotecas, ampliar estantes, atualizar e ampliar acervos, contratar bibliotecários. Será preciso transformar essas bibliotecas em centros culturais e oferecer atividades e atendimento que a transformem em um bem cultural vivo” (FAILLA, 2008, p. 107).

Tem sido recorrente o uso da palavra “vivo/viva” em referência a bibliotecas³², especialmente em contextos de transformação, o que nos leva a entender que há percepções de bibliotecas que estão “mortas”. De maneira geral, o termo vem se sustentando em entendimentos de que as bibliotecas, especialmente as públicas, devem abarcar uma gama de atividades culturais e artísticas, não especificamente vinculadas ao livro e à leitura, de maneira a atrair mais frequentadores. Embora Failla não explicita o que caracterizaria uma biblioteca como “viva”, podemos inferir que a autora se refere a esse modelo abrangente.

Considerando que o acesso a bens artísticos e culturais contribui para a formação de repertório simbólico e que isso amplia as possibilidades de leitura, não vemos como um problema, a princípio, a presença de outras linguagens artísticas e culturais na biblioteca. A questão que se coloca é de outra ordem: a vitalidade da biblioteca se dá, nessa perspectiva, por algo que não é o livro nem a leitura, mesmo que em diálogo com outras linguagens; são outras atrações, como o teatro e a música, por exemplo, que trarão público às bibliotecas, deixando-as vivas. Assim, para estar viva, a biblioteca precisa oferecer programação cultural intensa e diversa, mesmo que sem vínculo com a sua principal linguagem.

Na perspectiva de José Castilho Marques Neto, no texto *Uma nova agenda para as políticas públicas do livro e leitores*, que compõe o quadro analítico da segunda edição da *Retratos da leitura no Brasil*, as bibliotecas são centrais como meio de acesso democrático ao livro para a população, exercendo papel semelhante ao da escola na formação e manutenção de leitores para pessoas que já não façam parte da comunidade escolar. Para isso, o autor cita a concepção de biblioteca presente no Plano Nacional do Livro e Leitura:

³² No âmbito do Programa Mais Cultura, o Ministério da Cultura criou a Rede Biblioteca Viva, com o entendimento de que “A biblioteca precisa ser um espaço vivo, onde convivam os livros, a música, os filmes, o teatro, a dança e toda uma programação cultural voltada para a formação de novos leitores e que desperte a participação das comunidades”. Também em São Paulo, o programa que agrega a ação bibliotecária da capital tem o nome de Biblioteca Viva, com pressupostos semelhantes aos do Ministério da Cultura.

A biblioteca não é concebida aqui como um mero depósito de livros, como muitas vezes tem-se apresentado, mas assume a dimensão de um dinâmico pólo difusor de informação e cultura, centro de educação continuada, núcleo de lazer e entretenimento, estimulando a criação e a fruição dos mais diversificados bens artístico-culturais; para isso, devem estar sintonizadas com as tecnologias de informação e comunicação, suportes e linguagens, promovendo a interação máxima entre os livros e esse universo que seduz as atuais gerações. (MARQUES NETO, 2008, p. 138)

De maneira institucionalizada, porque em um documento de alcance e legitimidade nacionais, com a chancela dos ministérios da Cultura e da Educação, temos a reiteração da biblioteca como centro cultural, com a presença necessária de diversas linguagens artísticas para atrair (ou promover a interação com) as “atuais gerações”. Embora haja o destaque para o diálogo com os livros, fica evidente no texto do documento que a questão é de sedução e que ela está ligada às outras linguagens, não à leitura. Além disso, a frequência nas bibliotecas fica, mais uma vez, atrelada a atrações sedutoras, não à participação na cultura escrita.

Nos textos analíticos referentes à terceira edição da *Retratos da leitura no Brasil*, apenas o de autoria de Fabiano dos Santos Piúba, *Por uma leitura dos “retratos” – desafios para o desenvolvimento social da América Latina*, se dedica às bibliotecas, embora não exclusivamente. Corroborando os entendimentos anteriores, o autor também concebe a biblioteca como um “dínamo cultural”, mas destaca o protagonismo do livro e da literatura:

A percepção da biblioteca como um espaço cultural dinâmico, interativo, atraente e como ambiente de criação, fruição, produção e difusão ainda é pouco presente no imaginário tanto do gestor público como do usuário. A biblioteca pública deve ser o centro do acesso ao livro e formação leitora, onde crianças, jovens, adultos e velhos possam não apenas ter o acesso aos livros, mas estabelecerem uma relação fecunda, exploradora e prazerosa com o universo da literatura, do conhecimento e da informação por meio de variados suportes. (PIÚBA, 2012, p. 222-223)

Para Piúba, as bibliotecas devem contemplar outras linguagens artísticas e culturais, criando projetos comunitários que extrapolem seu cotidiano, mas tendo sempre na leitura seu elemento central de atuação. Em seu texto demonstra com clareza o entendimento de que a formação leitora é um direito básico de cidadania e educação e que sem a conquista de outros indicadores sociais, não é possível avançar no campo da leitura.

Na quarta edição da *Retratos da leitura no Brasil*, dois especialistas se dedicam às bibliotecas: Zoara Failla e Volnei Canônica.

Em um subcapítulo do texto intitulado *Retratos: Leituras sobre o comportamento leitor do brasileiro*, Zoara Failla apresenta e analisa dados relativos às bibliotecas. Embora não discuta conceitualmente o que compreende por biblioteca, serviços e atividades bibliotecárias, a autora, diante das informações estatísticas geradas pela pesquisa, recomenda a revisão dos modelos de bibliotecas e do atendimento a seus usuários, uma vez que as bibliotecas “muitas vezes, são a única fonte de cultura existente em municípios brasileiros” (FAILLA, 2016, p. 40).

No entanto, mesmo recomendando a revisão dos modelos de bibliotecas e do atendimento aos usuários, Failla destaca o dado de que, segundo a pesquisa, o atendimento está sendo adequado nas bibliotecas e que o necessário é focar em ações voltadas ao não usuário: “É importante atrair esse não usuário e mudar essa representação para que perceba a biblioteca como um equipamento para toda a comunidade e não somente para os estudantes” (FAILLA, 2016, p. 40).

Vamos tomar a construção de Failla da biblioteca como “única fonte de cultura existente em municípios brasileiros” como “único equipamento cultural existente em boa parte das cidades no país”, por questões óbvias. Feita essa ressalva, destacamos o entendimento recorrente de que cabe à biblioteca a promoção de atividades para a atração do público, independente de preocupações com a participação na cultura escrita e com a vinculação a seus principais objetos, o livro e a leitura.

A desvinculação da representação das bibliotecas como espaço exclusivo para estudantes parece não pressupor as atividades de leitura como uma oferta para os não usuários, o que acaba confirmando a compreensão a ser desconstruída: a biblioteca para leitura, empréstimos, estudos e pesquisas fica restrita à comunidade escolar; para os não usuários, isto é, para a comunidade, faz-se necessária a revisão do modelo e a realização de atividades culturais atrativas.

Embora não explicitada, podemos apreender a concepção de biblioteca como espaço cultural para a comunidade, sem compromisso efetivo com a participação da população na cultura escrita, nas recomendações da autora.

Volnei Canônica³³, no texto *A biblioteca, um barulho necessário de dentro para fora*, informa que sua reflexão será dedicada à percepção dos entrevistados sobre o uso de bibliotecas. O autor apresenta e analisa os dados relativos a bibliotecas apresentados pela quarta edição da *Retratos da leitura no Brasil* e lista, a título de exemplos, iniciativas públicas e privadas para a promoção e a democratização do acesso à leitura.

Sua compreensão conceitual da biblioteca, embora não explicitada, pode ser apreendida em trechos distintos do texto. Ao analisar as informações que indicam que para as pessoas entrevistadas as bibliotecas são equipamentos majoritariamente voltados para estudantes, Canônica compreende que a

redução do entendimento da capacidade deste equipamento de oferecer informações gerais para o dia a dia, propiciar outras linguagens artísticas, ajudar nas resoluções de problemas da comunidade, etc. O entendimento da biblioteca como um espaço para a troca e a convivência social. (CANÔNICA, 2016, p. 74-75)

Quando se questiona, convidando os leitores a pensar no assunto, “Por que não temos mais bibliotecas parque como as do Rio de Janeiro?” (CANÔNICA, 2016, p. 75), o autor valida e toma como exemplo a ser seguido um modelo de biblioteca que contempla várias linguagens, espaços e atividades artísticas, uma espécie de centro cultural.

Ao apresentar questões como respostas aos dados sobre a baixa frequência de usuários nas bibliotecas, Canônica lança perguntas com a intenção de pensar e propor caminhos que solucionem o problema:

Mas então como reverter esse quadro? Como fazer com que todos os municípios tenham bibliotecas públicas, escolares e comunitárias? Aumentar o número de bibliotecas para atender a população? Aumentar e melhorar a frequência de usuários nas bibliotecas? Aumentar o número de leitores? Transformar essas bibliotecas em espaços vivos, em equipamentos sociais, promovendo o encontro entre pessoas para trocarem suas percepções de mundo, para buscarem informações além das exigidas nas classes escolares? (CANÔNICA, 2016, p. 78-79)

Em outro trecho do texto, o autor faz recomendações, a partir das informações consolidadas de o que faria com que as pessoas frequentassem mais as bibliotecas, cujas principais respostas são, nessa ordem de representatividade estatística, “ter mais livros ou títulos novos”, “ter títulos interessantes ou que me agradem” e “ter atividades culturais”.

³³ Foi coordenador do programa *Prazer em Ler* e dos projetos *Escola de Leitores* e *Polos de Leitura*, do Instituto C&A de Desenvolvimento Social, e Diretor de Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas do Ministério da Cultura.

Apesar de reconhecer que os dois primeiros itens validam a biblioteca como lugar de acesso a livros, para Canônica o item que aparece em terceiro lugar “deveria ser melhor aproveitado, por exemplo, para combater a falta de tempo de frequentar as bibliotecas” (CANÔNICA, 2016, p. 81). Embora não fique claro de que maneira a realização de atividades culturais contribua para combater a falta de tempo para as pessoas frequentarem as bibliotecas (talvez o autor tenha tido a intenção de dizer “falta de interesse”), a recomendação traz para o protagonismo da reflexão o entendimento da biblioteca como um centro cultural, em que, ao que parece, a realização de atividades culturais e o convívio social se impõem como mais significativos para despertar o interesse do público.

Em todas as análises e recomendações que faz sobre as bibliotecas, o autor valida a concepção de bibliotecas como centros culturais e espaços de convivência, com destaque para a realização de atividades artísticas e culturais e sem qualquer distinção para a participação na cultura escrita. Embora atribua ao acesso ao conhecimento e à ficção um lugar de poder, “Porque ter acesso ao conhecimento e à ficção, e poder ler em diferentes camadas da subjetividade, nos dá acesso a informações de mobilidade dentro de um contexto organizado para enquadrar e imobilizar o cidadão” (CANÔNICA, 2016, p. 76)³⁴, esse entendimento não se materializa nas análises e recomendações que faz para as bibliotecas.

É importante ressaltar, mais uma vez, que a presença de distintas linguagens culturais e artísticas nas bibliotecas é importante e pode contribuir para a ampliação do repertório simbólico das pessoas que a frequentam, favorecendo também suas práticas leitoras e formativas. Mas essa presença deve ser proposta a partir de alguns princípios, como destaca Castrillón:

racionalizando as atividades artísticas, qualificando as ofertas de formação e assumindo, frente à cultura, uma postura crítica que lhe permita transcender o imaginário que a relaciona apenas com as práticas artísticas para que se abra caminho a uma série de programas culturais relacionados com a construção de memória histórica, com o patrimônio cultural imaterial das comunidades e com outras manifestações da cultura, mediante conversas, conferências e debates culturais. (CASTRILLÓN, 2014, p. 14)

No entanto, o que fica implícito nas proposições de Canônica, como nas de outros especialistas que participam das publicações da *Retratos da leitura no Brasil*, é a proposição de atividades artísticas e culturais com o objetivo de ampliar o público das bibliotecas, sem a

³⁴ Embora confuso, o texto parece atribuir distinção à leitura.

preocupação com a participação na cultura escrita e com ações formativas. As recomendações de revitalização das bibliotecas e das mesmas como dinamos culturais se apresentam, com raras exceções, como respostas e estratégias aos dados de baixa frequência de pessoas nos equipamentos. Ao mesmo tempo que valida as bibliotecas, especialmente as públicas, como espaços formativos que podem contar com diversas linguagens artísticas e culturais, Castrillón alerta:

Para que serve, digo eu, estimular uma leitura que só pretende encher o tempo do lazer com uma diversão irrelevante? Não é sem razão que em alguns lugares as bibliotecas tenham começado a se chamar parques e que nelas a leitura seja mais uma atividade lúdica e recreativa, e, portanto, irrelevante, despojada de qualquer dificuldade e sem as possibilidades de busca de sentido para o ser humano – de pensamento e reflexão que essa prática implica. (CASTRILLÓN, 2014, p. 15)

Castrillón recusa a proposta de bibliotecas animadas, mesmo que com bons números de frequência, destacando que sem projetos que promovam, conscientemente, a participação na cultura escrita como meio para a reflexão, a crítica e o debate, as bibliotecas se tornam apenas equipamentos para diversão e entretenimento, mais um produto da indústria cultural.

7.3 As implicações do leitor e da leitura da *Retratos da leitura no Brasil* na formulação de políticas públicas

A *Retratos da leitura no Brasil* vem se tornando, ao longo dos últimos anos, uma das principais referências e justificativas para a legitimação e criação de políticas e programas na área de livro e leitura. Muitas iniciativas já existentes, produtos de luta na área, boa parte delas encampadas por empresários e instituições do mercado editorial, tomam os dados da *Retratos* como argumento para suas demandas e proposições, seja por concordarem com as recomendações que podem ser extraídas de seus resultados, seja pela cientificidade conferida pela pesquisa, que imprime objetividade aos pleitos, como constata Zoara Failla, coordenadora da pesquisa desde sua terceira edição, em texto de apresentação da quarta: “Mas são também inúmeras as citações sobre a *Retratos* em pesquisas acadêmicas, artigos e exposições de motivos em projetos de lei nas esferas federal, estadual e municipal” (FAILLA, 2016, p. 24).

Em julho de 2015, o Portal Brasil, site oficial do Governo Federal, publicou matéria intitulada *Ministérios da Educação e Cultura apostam em aumentar a leitura*, em que veiculava a notícia sobre os projetos de lei de criação do Fundo Nacional Pró-Leitura (FNPL), “que visa apoiar a produção, edição, distribuição (com incentivo em bibliotecas públicas) e comercialização de livros”³⁵ e a Política Nacional do Livro, que tem como objeto a regulação de preço dos livros. A justificativa, em ambos os casos, eram os dados da *Retratos da leitura no Brasil*:

Produzida a cada quatro anos pelo Instituto Pró-Livro e pelo Ibope Inteligência, a Pesquisa Retratos da Leitura no Brasil publicou sua terceira e mais recente edição em 2012 e apontou que o brasileiro lê uma média de 1,85 livro por trimestre. O número é inferior à média da pesquisa anterior, divulgada em 2008, que estimava a leitura de 2,4 livros a cada três meses e está atrás de índices de países vizinhos, como Argentina e Chile. Mudar essas estatísticas, aumentando o consumo de livros, é um dos desafios do Ministério da Educação (MEC) e do Ministério da Cultura (MINC). (PORTAL BRASIL, consulta em 02/10/2017)

A lógica quantitativa e de mercado, apoiada por dados da *Retratos da leitura no Brasil*, fica evidente em programas públicos, que passam a assumir o compromisso de incrementar o mercado, invertendo os papéis esperados para cada um dos atores. Ao invés de fortalecer as bibliotecas, que conseqüentemente demandarão mais acervo bibliográfico, a proposição é de apoio ao mercado editorial (produção, edição, distribuição e comercialização de livros), com “incentivo em bibliotecas públicas”, muito provavelmente para que elas se tornem compradoras, por meio de programas públicos, da produção apoiada.

Independente de terem sido formulados a partir dos resultados da *Retratos da leitura no Brasil*, o que fica evidente é que os dados da pesquisa servem à justificativa de projetos de lei que têm em seus escopos programas e investimentos públicos que atendem a uma lógica quantitativa e de mercado.

A escolha estatística para a definição de leitor contribui negativamente para o campo, uma vez que em função da imposição e demanda de objetividade e cientificidade impostas pelo mundo administrado, traduzidas em indicadores quantitativos, pesquisas como a *Retratos da leitura no Brasil* criam e legitimam uma realidade, influenciando e tornando-se referência

³⁵ Disponível em <<http://www.brasil.gov.br/cultura/2015/07/ministerios-da-educacao-e-cultura-apostam-em-aumentar-a-leitura>>. Acesso em 2 nov. 2017.

para instituições públicas e privadas em suas proposições. Como exemplo, citamos o Plano Nacional de Cultura (Lei 12.243/2010), cujas metas foram aprovadas em dezembro de 2011.

Duas metas são específicas para a área de leitura no Plano Nacional de Cultura: a 32, que tem como objetivo ter pelo menos uma biblioteca pública ativa em cada cidade brasileira e a meta 20³⁶, que busca “aumentar para quatro a média de livros que os brasileiros leem por ano, fora da escola” (BRASIL, 2012, p. 64). Como justificativa para o estabelecimento da meta 20, a publicação *As metas do Plano Nacional de Cultura*, acima referenciada, apresenta o seguinte argumento:

A pesquisa “Retratos da leitura no Brasil”, realizada pelo Instituto Pró-Livro em 2007, revela que a média anual de leitura da população brasileira, fora do que é solicitado pela escola, é de 1,3 livros. Esse é um número considerado baixo, em comparação com outros países. Nos Estados Unidos, por exemplo, em 2006, a média de leitura fora da escola era de 5,1 livros por ano. Na França, a média foi de 7 livros lidos, na Inglaterra 4,9 e na Colômbia 2,4. Para alcançar esta meta será necessário um esforço do poder público para estimular o hábito de leitura no país. As ações deverão ser feitas por vários ministérios, em parceria com estados, cidades e organizações da sociedade civil. (BRASIL, 2012, p. 64)

Para além da ausência de compreensão da leitura como prática histórica e social, determinada, em grande medida, por condições objetivas, o que faz ver que as estruturas sociais e econômicas dos países citados como referência, com exceção da Colômbia – Estados Unidos, França e Inglaterra –, são distintas das brasileiras, traço marcante da semicultura (impossibilidade de compreender ou analisar um fato, uma informação, frente à sua condição social e historicidade), a justificativa para o desenho da meta são as informações oferecidas pela *Retratos da leitura no Brasil*.

Isso demonstra a potência e a reverberação deste estudo no campo, especialmente em duas perspectivas. Na primeira, fica evidente o lugar de referência ocupado pela *Retratos da leitura no Brasil* diante da inexistência de outros instrumentos que extrapolem os educacionais, embora seja também evidente, por observação, a baixíssima participação da população na cultura escrita, o que faz parecer irrelevante qualquer iniciativa de constatação do óbvio, a não ser pela exigência de objetividade e cientificidade creditadas aos números

³⁶ Outras três metas dizem respeito, às vezes indiretamente, à leitura: 29: 100% de bibliotecas públicas, museus, cinemas, teatros, arquivos públicos e centros culturais atendendo aos requisitos legais de acessibilidade e desenvolvendo ações de promoção da fruição cultural por parte das pessoas com deficiência; 34: 50% de bibliotecas públicas e museus modernizados; 41: 100% de bibliotecas públicas e 70% de museus e arquivos disponibilizando informações sobre seu acervo no SNIIC (Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais).

feita pelo mundo administrado e competente. Mais que para identificar uma realidade, muitas pesquisas dessa natureza servem como demonstração científica, com método e provas, de situação já constatada.

A segunda perspectiva aponta para o desencadeamento lógico da primeira: se a meta é elevar para quatro livros a média de leitura anual dos brasileiros, toda a ação desenvolvida deverá buscar esse objetivo. Dito de outra maneira, todo o trabalho de promoção da leitura será feito na lógica quantitativa, uma vez que o que se busca é o alcance da meta e este se traduz no número de livros lidos, independentemente de quais sejam ou da qualidade da leitura que se faça. A formação de leitores que participem da cultura escrita, compreendendo-a como prática social e histórica e fazendo dela um instrumento para a compreensão e a problematização do mundo e do *status quo*, tanto pelo conteúdo quanto pela forma textual, como pela exigência de tempo dilatado, fora da lógica produtiva, na perspectiva da formação adorniana, fica inviabilizada ou, pelo menos, em segundo ou terceiro plano, uma vez que não faz parte nem pode fazer de metas estatisticamente mensuráveis. O que não estiver no escopo de mensuração e monitoramento provavelmente não será compreendido como prioridade e não estará contemplado no planejamento de instituições, municípios e estados. O ensino de literatura, por exemplo, que exige tempo para leitura e releituras, espaços para partilha, diálogo com outros textos, parece inadequado e até mesmo supérfluo na perspectiva quantitativa, pois se a meta é o número, torna-se indiferente o nível de aprofundamento realizado. Ler um livro em sala de aula ou resumir seu enredo para os estudantes, sem a abordagem da forma, da linguagem, dos aspectos ideológicos e históricos, que são trabalhosos e exigem tempo, torna-se satisfatório para o alcance da meta quantitativa.

Resta saber, e isso a publicação *As metas do Plano Nacional de Cultura* não informa, de que maneira será realizado o monitoramento e a aferição dos dados. Será pelas estatísticas do mercado, onde o número de livros vendidos corresponde ao de livros lidos ou pelas edições vindouras da *Retratos da leitura no Brasil*?

A depender do Instituto Pró-Livro e da análise de alguns especialistas, a resposta é sim: a *Retratos da leitura no Brasil* e sua série histórica podem ser o instrumento de monitoramento e de planejamento da área no país. Como afirmava Galeno Amorim, coordenador da segunda edição do estudo, realizada em 2007, a metodologia desenvolvida pelo Centro Regional para o Fomento do Livro na América Latina e Caribe – CERLALC a pedido do Brasil em um momento que o país planejava sua política cultural para mais de duas

décadas, a saber, o Plano Nacional de Cultura, teve como critério a criação de indicadores que servissem de parâmetro para comparações internacionais. Zoara Failla, gerente de projetos do Instituto Pró-Livro e, desde sua segunda edição, uma das coordenadoras da *Retratos da leitura no Brasil*, valida a intenção:

Afinada com a missão do instituto [Pró-Livro], que tem por objetivo o fomento à leitura e a democratização do livro, a pesquisa [*Retratos da leitura no Brasil*] ampliou seu foco e redefiniu seus objetivos para possibilitar, principalmente, a avaliação e a formulação de políticas públicas do livro e leitura. (FAILLA, 2012, p. 24)

Muitos elementos compõem a lógica da *Retratos da leitura no Brasil* como instrumento de subsídio para a construção de políticas públicas, sendo a comparação de dados entre países um deles. Para Bernardo Jaramillo Hoyos e Lenin Monak Salinas, ambos do corpo diretor do CERLALC,

é saudável comparar os resultados de um país e o seu momento específico com o resto do mundo. Entender o que ocorre em outros âmbitos geográficos ou em sociedades de desenvolvimento similar do ponto de vista econômico, social e cultural, permite completar a avaliação do já realizado, para incorporar novas ideias à estratégia e descobrir o que nos faz semelhantes, assim como identificar nossas diferenças. No cenário ideal, a região deveria contar com um instrumento similar de medida, e se possível for, com períodos de tempo igualmente similares para a sua análise em todos os países. (HOYOS e SALINAS, 2012, p. 191)

É evidente que a demanda do Instituto Pró-Livro por um instrumento que permitisse a comparação dos dados do Brasil com os demais países membros do CERLALC está sustentada por uma visão de mundo que tem na organização, na racionalidade e, principalmente, na competitividade o modelo de eficiência. De maneira aparentemente lógica e racional, propõe-se planejamento baseado em informações objetivas, legitimadas pelo discurso competente dos especialistas. Friamente, sem o aprofundamento qualitativo das determinações sociais, econômicas e culturais, os números apontam a ação a ser desenvolvida para que se alcance a média estabelecida a partir da observação dos dados de outros países. Numa perspectiva ideal de desenvolvimento humano, a meta não seria a participação de toda a população na cultura escrita, independente do que já foi alcançado por outros países?

Na lógica do discurso competente, tudo parece racional: as decisões devem ser tomadas a partir de evidências ditas científicas. Se os indicadores apresentam uma realidade, é a partir dela que se deve planejar e agir. No entanto, nem sempre a realidade revelada é tão

óbvia, especialmente se a especificidade do objeto que tenta retratar é determinada por variáveis que extrapolam os interesses e a visão de mundo de quem planeja. Um bom exemplo, muito presente nas pesquisas e relatórios sobre a qualidade e os desafios no campo da Educação, é a comparação entre dados de diferentes países.

Quais seriam as razões para a comparação, em uma série histórica, com os dados de outros países? De que serve a um país saber que em outro o número médio de livros lidos (ou comprados) *per capita* por ano é maior ou menor que o seu? Em que medida essa e outras informações podem contribuir para a participação de um número maior de pessoas na cultura escrita? De que maneira o conhecimento das preferências de leitura das pessoas que declararam ter lido pelo menos um livro ou parte dele nos últimos três meses pode colaborar para a construção de uma política pública de democratização do acesso à leitura e formação de leitores?

Antes de ensaiar uma resposta a essas questões e a outras que poderiam delas ser derivadas, vale destacar a dificuldade existente até mesmo para elaborá-las. De maneira geral, é difícil questionar o discurso competente, especialmente quando ele é elaborado, aceito e legitimado por tantos especialistas e instituições e amparado por uma lógica de organização, racionalidade e eficiência. A aceitação do conhecimento pronto, em especial do que está cientificamente demonstrado, se tomamos como ciência apenas o que pode ser verificado e classificado de acordo com regras objetivas, é uma das principais características do pensamento reificado e terreno fértil para a semicultura. Vale retomar e frisar que a semicultura ou semiformação não se caracteriza pela ignorância de algo, mas pela recusa da reflexão sobre o que está dado, pela aceitação plena e repetição do *status quo*. A aceitação plena da *Retratos da leitura no Brasil*, particularmente em sua proposição, mais que em seus resultados, configura-se como a legitimação do discurso competente e da semicultura como estado dominante. Dito de outra maneira: há a validação das perguntas a serem feitas e respondidas, uma vez que elas estão sustentadas em um projeto de planejamento eficiente e competente.

Feito esse destaque, retomamos as questões anteriormente levantadas, mais para pensar sobre o exercício de suas formulações que para tentar respondê-las. Sabemos, desde muito, que nenhum discurso ou pesquisa ou formulação são neutros, guardando todos suas intenções e interesses. As perguntas postas acima nos ajudam a compreender o que a *Retratos*

da leitura no Brasil, em suas quatro edições, compreende por leitor e leitura, para além da definição que apresenta explicitamente.

As perguntas sobre quantidade de livros lidos, preferência por gêneros, títulos e autores, renda, religião, escolaridade, trajetória em escolas públicas ou privadas, importância simbólica da leitura, motivações para ler, ocupação do tempo livre, fatores que influenciam na escolha de um livro, forma de acesso aos livros, local de compra de livros, motivos de escolha de local para comprar livros apontam o entendimento de leitor em consonância com a definição apresentada pelo estudo.

Num exercício de radicalidade, afirmamos que a formulação e os resultados dessas questões não têm no horizonte entendimento de leitor que esteja contemplado numa proposição de participação na cultura escrita que se aproxime de intenção formativa, emancipadora, mas sim para a oferta de um contingente de trabalhadores capazes de ler e de consumir (por isso a comparação de dados com outros países: o capital estrangeiro precisa saber onde se instalar com mais vantagens e competitividade). Podemos emprestar de Lima (2012), quando se refere a modelos e instrumentos internacionais de pesquisa em Educação, a crítica da visão de mundo que, em grande medida, motiva estudos como a *Retratos da leitura no Brasil*:

[...] o poder da educação, quando apresentado em abstrato e fora da relação social entre sujeitos, acaba, paradoxalmente, por resultar numa concepção despolitizada da educação, em boa parte porque assente em pretensos consensos, em noções de senso comum aparentemente partilhadas, em generalizações vagas e em discursos grandiloquentes, hoje propagados à escala global, à velocidade das tecnologias da informação e comunicação, apresentados de acordo com as melhores práticas de promoção de um produto comercial. (LIMA, 2012, p.24)

A produção de dados estatísticos por especialistas competentes permite a hipotética troca entre países, gerando questões, diretrizes e estratégias aparentemente consensuais e válidas para todos, na maioria das vezes apenas superficialmente localizadas social e historicamente.

É na legitimação desse contexto, com chancela internacional, que podemos reconhecer que quase todas as perguntas que compõem o questionário de entrevistas das edições da *Retratos da leitura no Brasil* parecem buscar informações que subsidiem decisões de caráter editorial e comercial. Mais que uma pesquisa sobre o comportamento leitor dos brasileiros, a *Retratos da leitura no Brasil* parece se configurar como instrumento de mercado que tenta

identificar e potencializar possibilidades de negócio, seja por meio da oferta de produtos que, por identificação e modismo, despertem o interesse da população, seja na indução das compras governamentais justificadas pelos dados estatísticos do estudo, compreendido por Duarte (2014) como operador da indústria cultural, a chamada manipulação retroativa.

O que à primeira vista pode parecer um dado interessante e importante para a formação dos acervos de bibliotecas escolares e públicas, como os títulos, autores e gêneros apontados como preferência das pessoas entrevistadas, por exemplo, revela-se, quase com obviedade, uma estratégia de mercado. Da mesma maneira que servem como justificativa para a definição de uma meta no Plano Nacional de Cultura, os dados produzidos a partir de perguntas estruturadas com fins determinados se oferecem como argumentos em outras instâncias, que tornam legítimas, por exemplo, a escolha de livros e gêneros apontados como preferência dos leitores para a composição do acervo de bibliotecas escolares e públicas, que pode ser traduzida em aquisições com esses recortes temáticos, autorais e de gênero textual e, conseqüentemente, mais publicações para atender e alimentar esse movimento.

Junto às listas de livros “mais vendidos” e “melhores para” publicadas por revistas e jornais de circulação nacional, as preferências dos leitores entrevistados pela *Retratos da leitura no Brasil*, com frequência, ao que parece, eximem do trabalho e da responsabilidade de escolha, que pressupõem leitura, análise e debate, muitas pessoas e grupos, especialmente os mais inexperientes, que têm sob sua responsabilidade a seleção de livros para bibliotecas e programas governamentais, sem falar na esfera íntima, também capturada pela ideologia da competência (é muito comum em livrarias, tanto físicas quanto virtuais, a exibição de tais listas, que orientam e muitas vezes definem as escolhas do comprador) e dependente dos especialistas para garantir o acerto em suas escolhas. Reconhecemos, naturalmente, o valor da crítica e das resenhas publicadas em jornais, revistas e páginas eletrônicas, divulgadas também em outros suportes, como redes sociais, rádio e televisão. O problema está na validação feita pela mídia, muitas vezes remunerada para tal, das listas de “mais vendidos”, que tem se revelado, há anos, como instrumento potente de indução de vendas³⁷.

³⁷ Durante mais de oito anos, trabalhei em livrarias, sendo uma delas unidade de uma então grande rede presente em *shoppings centers* de todo o País. Todas as semanas recebíamos das editoras os títulos de livros que estariam na lista de mais vendidos da Revista Veja, com a recomendação de que fossem colocados em lugar de destaque na exposição dos livros. A lista publicada na referida revista era sistematicamente afixada em diferentes espaços na loja, servindo de orientação aos clientes em busca de presentes e de apoio aos vendedores. Também participei de algumas comissões de seleção de acervo de programas governamentais e pude observar como autores e títulos com exposição na mídia já obtinham, antes mesmo de sua leitura, um lugar de vantagem frente a outros livros.

Tudo isso transfere o leitor para o lugar de consumidor, buscando nas entrevistas as informações necessárias para o planejamento mercadológico. Na reafirmação do *modus operandi* da indústria cultural, o entendimento do leitor como sujeito e da leitura como prática social e histórica de compreensão do mundo e das relações humanas por meio da cultura escrita se afasta, cada vez mais, do modelo produzido e possível no mundo administrado.

O que para o discurso competente se apresenta como racionalidade e eficiência, para a análise crítica se mostra como estratégia capitalista de captura de interesses que afasta qualquer possibilidade de reflexão e recusa do *status quo*. Questionar as formas de realização e as intenções da *Retratos da leitura no Brasil*, uma vez que extrapola os interesses das entidades classistas que a realizam e se apresenta como instrumento de subsídio para formulação de políticas públicas, única pesquisa sobre o comportamento leitor no país, com a chancela de uma instituição internacional, o CERLALC, significa a problematização de instrumento legitimado em importantes instâncias nacionais, criando uma realidade para o setor leitura e livro no país.

Na perspectiva do mundo administrado, encerrar a definição de leitor em números e construir o entendimento de leitura que obedeça a essa lógica é um movimento confortável, porque dispensa qualquer exercício de complexidade, recusa as disputas na construção de sentidos, transforma a responsabilidade de garantir o acesso a livros e a outros materiais de leitura e contribuir para a participação da população na cultura escrita em desafio individual para as famílias, os professores e as bibliotecas, mascarando a urgente necessidade de distribuição de renda e redução das desigualdades sociais, sem as quais qualquer processo de formação para a maioria se inviabiliza.

Para distrair e evitar qualquer fissura na rotina que abra brechas para o pensamento questionador, o ato de ler, mesmo quando tratado em termos de políticas públicas, passa a ser problema da população, que não lê porque não compreende os benefícios da leitura, porque não se apropriou, porque não construiu valor simbólico para tal, porque não deu “a volta na chave”, desconsiderando as condições estruturais para que o leitor tenha possibilidades de se formar. O mesmo vale para os professores, muito citados nas análises dos dados feitas pelos especialistas, que carregam boa parte da responsabilidade pela formação de leitores, mas não contam, eles mesmos, com as condições objetivas para sua própria formação. Além dos baixos salários, que interditam, em grande medida, o acesso a bens culturais, falta-lhes o

tempo para ler, em função das longas jornadas de trabalho, para refletir, para estudar, condição *sine qua non* para a formação.

Embora verdadeira, a falta de dinheiro e de tempo é utilizada de maneira reificada para justificar a insatisfatória formação de educadores. Em grande medida sem qualquer reflexão sobre o uso do tempo no trabalho e a conseqüente inexistência de condições para a apreciação de uma obra de arte que exija esforço intelectual, para a leitura de um texto que demande tempo e introspecção, é compreensível que os educadores-trabalhadores se rendam à sedução do entretenimento, que, reproduzindo o cotidiano em produtos (livros, filmes, músicas, espetáculos teatrais, redes sociais) criados a partir da manipulação retroativa, diverte e descansa, fazendo acreditar no acesso finalmente possível à Cultura. Assim, disfarçado de acesso a bens culturais, o consumo da indústria cultural fortalece o movimento de integração e de alienação.

É necessário que fique claro que entendemos como bens culturais a produção humana material e imaterial, intencionalmente elaborada, que carrega em sua forma e conteúdo possibilidades de significação e compreensão da história por meio da identidade, da memória, das relações sociais e da fruição estética. A apropriação de um bem cultural está inexoravelmente determinada pelas condições para sua apreciação, fazendo com que o bem cultural e sua recepção sejam interdependentes. Diante de uma produção cultural tão grande e diversa, com expressões em várias linguagens artísticas e culturais, não entendemos ser possível estabelecer com rigor, sem resvalar em autoritarismo, o que seja ou não um bem cultural. No entanto, tomamos como mínimo denominador comum as produções que problematizem o *status quo*, que tenham o humano e o histórico em suas intenções, que pressuponham forma e conteúdo indissociavelmente, enfim, que promovam o deslocamento do imediato para o mediato, do consenso para o dissenso, do uno para o múltiplo. Frente a um receptor crítico, o acesso a um produto da indústria cultural, como a leitura de um *best-seller* sobre uma série de TV, se consideramos o padrão e a receita de forma e conteúdo seguida nesse tipo de produto, pode se tornar, pelo que não é, exercício de formação. No entanto, se o receptor não conta com repertório que permita a reflexão na mesma situação, ele se insere, muito facilmente, nas redes da semicultura.

De maneira a contemplar analiticamente expressões e movimentos artístico-culturais inexistentes no momento de produção adorniana, mas prevendo ressalvas que poderiam ser feitas por Adorno, Duarte (2014) propõe o conceito de “construto estético-social”, tendo em

vista um “modelo de cultura semi-autônoma”, com produções que se realizam em formas estabelecidas na indústria cultural, mas com forte componente de contestação do *status quo*. Essas produções teriam a fragilidade e a vulnerabilidade da forma, com considerável potencial de cooptação pela indústria cultural, porém carregariam o discurso negativo. O “construto estético-social” tenta

compreender alguns fenômenos estéticos contemporâneos que ostentam, por um lado, traços de mercadorias culturais, já que não apresentam a sofisticação formal de obras de arte propriamente ditas e são, pelo menos parcialmente, veiculados pelos meios de comunicação típicos da indústria cultural, tais como televisão, rádio, discos, filmes etc. Por outro lado, tais fenômenos não se encaixam totalmente na rubrica de mercadorias culturais por apresentarem conteúdos críticos ao capitalismo tardio e – principalmente – por serem vinculados a práticas que honestamente se entendem como transformadoras da sociedade tal como ela é. (DUARTE, 2014, p. 189)

No recorte de construto estético-social estabelecido por Duarte (2014) podem ser consideradas obras literárias que problematizam as relações sociais, as desigualdades, as questões de gênero e o preconceito racial, por exemplo, em formas textuais esteticamente pouco elaboradas, muitas com vocabulário reduzido, com expressão repetitiva de palavras de ordem e formas já cristalizadas pelo discurso de determinados grupos, sempre autointituladas marginais. Um bom exemplo são os coletivos de saraus, muitos formados nas periferias das grandes cidades, com suas publicações independentes e apresentações em ruas, espaços culturais e bares. Formados essencialmente por jovens com condições socioeconômicas desfavoráveis, em sua maioria negros, os coletivos promovem disputas de versos, os chamados “slams”, em campeonatos que já contam com circuitos internacionais, reunindo poetas e artistas de vários lugares do mundo, sempre na perspectiva da literatura de contestação política e social.³⁸

Vale ressaltar a preocupação de Duarte (2014) quanto ao uso do conceito de “construto estético-social”, que deve ficar restrito a fenômenos artístico-culturais muito peculiares, “sob pena de ele se tornar mais uma rubrica ser explorada pela indústria cultural, o que seria mortal para seu caráter de negatividade” (DUARTE, 2014, p. 212).

³⁸ Em trabalho de conclusão de curso na Escola de Arquitetura da UFMG, a pesquisadora e poeta Camila Félix mapeou 26 coletivos e eventos de saraus na Região Metropolitana de Belo Horizonte em 2016. Os nomes dos grupos já revelam seu caráter marginal e carregam carga de contestação. Alguns deles: Sarau Vira-Lata, Sarau Cabeçativa, Sarau Comum, Sarau Coletivoz, Sarau Roots Ativa, Sarau Va Gababundo, Sarau Libertário, Sarau Lá da Favelinha.

Não existe receita democrática que oriente ou defina com segurança e abrangência uma política pública para a formação de leitores. Assim, não é possível definir, fora de contexto, que livros, autores, temas e formas podem ou não contribuir para a formação de uma pessoa, na perspectiva emancipadora defendida por Adorno. O que preservamos e defendemos é a oferta de condições para que as pessoas participem da cultura escrita, compreendendo-a como instrumento de conhecimento, de elaboração, de indagação e de problematização do mundo, especialmente no que toca às determinações sociais, econômicas e culturais. Mais que garantir o pretense acesso a produtos e informações culturais, as políticas públicas devem ter como horizonte a criação de condições materiais e subjetivas para sua apropriação, o que inclui questionamento e reflexão, como constatam Giovanni e Nogueira:

Ainda que estejam mais ao alcance das mãos e sejam mais bem conhecidos, os circuitos ativos da vida social não ficaram mais compreensíveis, nem seus frutos são mais aproveitáveis. Temos informações, mas nem sempre sabemos o que fazer com elas, que vão se impondo sustentadas pela convicção de que existe uma correspondência automática entre informação e conhecimento. Deixa-se de considerar que as informações, manuseadas pela razão instrumental (custo/benefício), produzem muita perícia e habilidade mas não propriamente conhecimento, que depende de operações intelectuais balizadas por outro tipo de razão, a razão crítica. Justamente por isso, maior estoque de informações não garante nenhum ganho seguro em termos de compreensão do mundo. (GIOVANNI; NOGUEIRA, 2015, p. 26)

A reflexão acima renova e valida a dialética do esclarecimento de Adorno e Horkheimer, sem riscos de anacronismo: a emergência de informações, da tecnologia e de condições ampliadas para a compreensão do mundo não trouxe em seu bojo a proposição e as condições de emancipação humana para todos. Iludida pelo consumo de produtos culturais, à massa faz-se acreditar em uma real democracia cultural.

Integrando e legitimando esse contexto, em que a aferição de números e dados comerciais constroem uma realidade sobre a área, a concepção de leitor enunciada pela *Retratos da leitura no Brasil* não contempla qualquer exercício de complexidade. Nem mesmo a definição da condição de leitor cabe às pessoas entrevistadas, sendo a mesma atribuída por aspectos quantitativos constatados (não verificáveis, vale dizer) pelos entrevistadores. A reverberação desse entendimento na formulação de políticas públicas, intenção declarada do Instituto Pró-Livro, contribui para a consolidação de um modelo cultural e educacional utilitarista e neoliberal, que atende aos anseios do capitalismo, criando

um mercado consumidor para seus produtos, ao mesmo tempo em que parece se mobilizar para a formação de leitores como um projeto de interesse público.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS, CERTEZAS PROVISÓRIAS, INDAGAÇÕES EM MARCHA

Explicar tem se mostrado mais importante, urgente e fácil que entender. A pesquisa *Retratos da leitura no Brasil* obedece a essa lógica: apresentar o comportamento leitor no país, explicando-o, por meio de números e indicadores objetivos, e sugerindo o que devemos – professores, bibliotecários, escolas, municípios, estados e União – fazer para melhorar os índices de leitura brasileiros. Compreendendo a situação em uma perspectiva única, a quantitativa, explica.

Não me dediquei, nessa pesquisa, a explicações, mas, na contramão do mundo administrado, a compreender o que e quem tentam explicar uma realidade. Não busquei nem cheguei a uma conclusão que possa ser assim considerada, mas sim à certeza, sempre provisória, da necessidade de fortalecimento da reflexão sobre a área, especialmente no que toca a políticas públicas e documentos orientadores para programas e ações, devido à potência de reverberação e influência nas formas de realização da leitura no País.

A realidade criada pela *Retratos da leitura no Brasil*, amplamente validada por opinião e instituições públicas, a ponto de se tornar referência e justificativa para a formulação de uma meta do Plano Nacional de Cultura, reverbera em todo o setor, em suas perspectivas criativa, produtiva, formativa e de acesso ao livro e à leitura. Sustentada por um modelo de eficiência e objetividade, prioriza elementos que podem ser facilmente verificados e que servem a interesses econômicos, sejam do ramo editorial, sejam do livre mercado em busca de mão de obra minimamente capacitada, competitiva e consumidora.

As concepções de leitor e leitura explicitadas e apreendidas na análise das quatro edições da *Retratos da leitura no Brasil* evidenciam a precarização do sentido formativo da cultura escrita. No leitor-modelo da pesquisa está o indivíduo que consome determinada quantidade de textos e livros em determinado recorte temporal, sem qualquer preocupação com os convites e exigências que a leitura como prática intelectual, histórica e social faz. O que é apresentado como discurso competente, especializado, objetivo e científico é, antes de tudo, a validação de um modelo que promove a indústria cultural, o negócio editorial e, ao fim e ao cabo, a leitura como mercadoria, em detrimento da formação para o desenvolvimento humano.

A um possível argumento de que a pesquisa apenas revela o que as pessoas leem e entendem por leitura, me adianto respondendo que, para além da definição inicial de leitor, a elaboração das perguntas e da estrutura das entrevistas, incluindo suas opções de respostas, já apontam para uma concepção norteadora de todo o estudo. Para mim, essa concepção está sustentada na visão de mundo que concebe a *Retratos da leitura no Brasil* e, obviamente, em interesses econômicos. Nesse aspecto, não me parece absurdo compreender a *Retratos da leitura no Brasil* como um dos operadores da indústria cultural, a saber, a manipulação retroativa. Em outras palavras, ela busca informações para produzir com mais segurança o que será consumido, em boa parte, a partir de seus próprios estímulos.

A teoria da semicultura e os estudos de Theodor Adorno sobre formação mostram-se atuais e pertinentes para a compreensão de temas do nosso tempo e foram valiosos para a análise crítica da *Retratos da leitura no Brasil*, embora o autor não tenha se dedicado, especificamente, ao estudo da leitura e da escrita. Apesar da distância de décadas desde a escrita da *Dialética do esclarecimento*, com Max Horkheimer, e de toda a inovação tecnológica dos últimos vinte anos, em seu cerne os princípios e o ambiente que definem e realizam a semicultura estão mais consolidados que nunca. A grande e crescente produção editorial brasileira, o livro propagandeado e mediatizado como originalmente era feito com discos e filmes, com o agravante de ser a leitura uma preocupação nacional, que sensibiliza a população em função de seu vínculo forte com a Educação, e os governos como clientes generosos, se tornaram uma grande possibilidade para o mercado. A ampliação do acesso à escola e a melhoria nos índices de alfabetização, aliadas ao uso cada vez maior da televisão e da internet, criaram um grande mercado livreiro, com romances em série, adaptações para o cinema, temas de interesse geral tratados, em sua maioria, com superficialidade, livros de auto-ajuda e religiosos.

A definição de leitor pelo viés quantitativo – aquele que leu, inteiro ou em partes, pelo menos um livro nos últimos três meses – é a que atende às necessidades do mercado. É esse leitor que vai se tornar estatística na contabilização de livros produzidos e vendidos. Talvez sejam esses os números que responderão à Meta 20 do Plano Nacional de Cultura. Em seu detrimento estão a leitura e a escrita como instrumentos de formação, de compreensão e indagação do mundo em suas relações sociais, disputas, conflitos. A leitura e a escrita que possibilitam ao indivíduo a construção de autonomia frente à sua historicidade e à fruição estética não estão sequer vislumbradas na concepção de leitor da *Retratos da leitura no*

Brasil. O que se mostra não mais como perigo, mas já como realidade, é a mercantilização da leitura, da escrita e da formação.

É difícil acreditar em algo que reverta a situação, quando, desde sempre, o capital e a exploração produtiva determinaram as regras. Apesar do desejo e da crença da leitura e da escrita como possibilidades de autonomia, de formação, elas não são possíveis em contextos de desigualdades sociais agudas. Parecem-me cada vez mais distantes escolas, professores, bibliotecários, agentes públicos e comunitários que consigam romper a reprodução do *status quo*, que consigam, minimamente, perceber criticamente seu lugar de reprodução e de consolidação das desigualdades. O excerto da *Odisséia*, de Homero, utilizado por Adorno e Horkheimer para ilustrar a situação, é perfeito: é preciso que muitos remem o barco para que poucos possam continuar ouvindo a música.

Como compromisso ético e político, cabe a nós, pesquisadores, professores, bibliotecários, agentes públicos e comunitários, falar em voz alta e publicamente contra tudo o que promove a heteronomia e danifica a subjetividade, especialmente se levantando a bandeira contrária. Cabe-nos a responsabilidade que Adorno atribui aos intelectuais, cuja ação “se manifesta sobretudo na relação com seu próprio trabalho e com o todo social que esta relação forma uma parcela” (ADORNO, 1995, p. 54-55).

A Ciência da Informação, campo em que esta pesquisa se insere, ainda me parece uma lacuna nos estudos sobre a participação na cultura escrita e sobre políticas públicas para tal, projeto inconcebível sem as bibliotecas escolares, públicas e comunitárias, única possibilidade de acesso a livros e materiais de leitura em um País em que o poder aquisitivo médio da população não permite que o livro faça parte da cesta básica de sua população. Como ciência interdisciplinar e tendo como parte de suas atribuições a formação de bibliotecários e o pensamento sobre bibliotecas, compreendo que é de sua alçada o diálogo com os cursos de Pedagogia e Letras, que formam profissionais que também se vinculam ao tema.

Como certeza provisória e compromisso em marcha, recomendo que leitor, leitura, bibliotecas e políticas públicas sejam tomadas de maneira efetivamente significativa como objeto de docência e de pesquisa nos cursos de Biblioteconomia, especialmente em perspectivas teóricas que permitam reflexões históricas, culturais e sociais, para além do ensino técnico que tem formado os profissionais bibliotecários. Ainda, que garantir o direito a

ler e a escrever de toda a população seja um compromisso das universidades, especialmente as públicas, por meio da formação de profissionais e pesquisadores na área.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. **Dialética do esclarecimento**: fragmentos filosóficos. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

ADORNO, Theodor W. **Educação e emancipação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

_____. **Teoria da semicultura**. Tradução de Newton Ramos de Oliveira, Bruno Pucci e Cláudia B. M. de Abreu. Revista Educação e Sociedade, n. 56, ano XVII, dezembro de 1996, p. 388-411.

_____. **Notas de literatura I**. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2012.

AMORIM, Galeno (org.). **Retratos da leitura no Brasil**. São Paulo: Imprensa Oficial: Instituto Pró-Livro, 2008.

ASSUMÇÃO, Jéferson. Leitura cultural, crítica ou utilitária. In: AMORIM, Galeno (org.). **Retratos da leitura no Brasil**. São Paulo: Imprensa Oficial: Instituto Pró-Livro, 2008.

BÉRTOLO, Constantino. **O banquete dos notáveis**: sobre leitura e crítica. São Paulo: Livros da Matriz, 2014.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre o Estado**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

BRASIL. Ministério da Cultura. **As metas do Plano Nacional de Cultura**. Brasília: Ministério da Cultura, 2012.

BRITTO, Luiz Percival Leme. **Contra o consenso**: cultura escrita, educação e participação. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2003.

CANÔNICA, Volnei. A biblioteca, um barulho necessário de dentro para fora. In: FAILLA, Zoara (org.). **Retratos da leitura no Brasil 4**. Rio de Janeiro: Sextante, 2016.

CARRASCO, Walcyr. A história de uma paixão – De leitor a autor. In: FAILLA, Zoara (org.). **Retratos da leitura no Brasil 4**. Rio de Janeiro: Sextante, 2016.

CASTRILLÓN, Silvia. **O direito de ler e de escrever**. São Paulo: Pulo do Gato, 2011.

_____. Bibliotecas públicas na Colômbia: acertos, frustrações e desafios. In: **Diálogos do 7º Seminário Internacional de Bibliotecas Públicas e Comunitárias**. São Paulo: Secretaria da Cultura do Estado do Governo de São Paulo, 2014.

CECCANTINI, João Luís. Mentira que parece verdade: os jovens não leem e não gostam de ler. In: FAILLA, Zoara (org.). **Retratos da leitura no Brasil 4**. Rio de Janeiro: Sextante, 2016.

CHAUÍ, Marilena. **A ideologia da competência**. Belo Horizonte: Autêntica Editora; São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2014.

CUNHA, Maria Antonieta. O acesso à leitura no Brasil – os recados dos “retratos da leitura”. In: FAILLA, Zoara (org.). **Retratos da leitura no Brasil 3**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Instituto Pró-Livro, 2012.

DORTIER, Jean-François. **Dicionário de Ciências Humanas**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

DUARTE, Rodrigo. **Adornos**: nove ensaios sobre o filósofo frankfurtiano. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1997.

_____. **Adorno/Horkheimer & A dialética do esclarecimento**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

_____. **Teoria crítica da indústria cultural**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2003.

_____. Desartificação da arte e construtos estéticos-sociais. In: **Viso**: Cadernos de Estética Aplicada, v. VI, n. 11 (jan-jun / 2012), pp. 1-10.

_____. **Varia aesthetica**: ensaios sobre arte e sociedade. Belo Horizonte: Relicário, 2014.

DUARTE, Newton. A ontologia do ser social e a pedagogia histórico-crítica. In: SAVIANI, Dermeval. DUARTE, Newton (orgs.). **Pedagogia histórico-crítica e luta de classes na educação escolar**. Campinas, SP: Autores Associados, 2012.

FAILLA, Zoara (org.). **Retratos da leitura no Brasil 3**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Instituto Pró-Livro, 2012.

_____. **Retratos da leitura no Brasil 4**. Rio de Janeiro: Sextante, 2016.

GARCEZ, Lucília Helena do Carmo. Esse Brasil que não lê. In: AMORIM, Galeno (org.). **Retratos da leitura no Brasil**. São Paulo: Imprensa Oficial: Instituto Pró-Livro, 2008.

GIOVANNI, Geraldo Di; NOGUEIRA, Marco Aurélio (organizadores). **Dicionário de políticas públicas**. São Paulo: Editora da Unesp, 2015.

JARAMILLJO, Bernardo; SALINAS, Lenin Monak. Comportamento do leitor e hábitos de leitura: comparativo de resultados em alguns países da América Latina. In: FAILLA, Zoara (org.). **Retratos da leitura no Brasil 3**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Instituto Pró-Livro, 2012.

JARAMILLJO, Bernardo; SALINAS, Lenin Monak. Comportamento leitor e o acesso ao livro no Brasil em comparação com outros países da América Latina. In: FAILLA, Zoara (org.). **Retratos da leitura no Brasil 4**. Rio de Janeiro: Sextante, 2016.

LAJOLO, Marisa. Livros, leitura e literatura em oito anotações. In: FAILLA, Zoara (org.). **Retratos da leitura no Brasil 3**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Instituto Pró-Livro, 2012.

LATOUR, Bruno. **Cogitamus**: seis cartas sobre as humanidades científicas. São Paulo: Editora 34, 2016.

LEITE, Sérgio Antonio da Silva. Alfabetizar para ler. Ler para conquistar a plena cidadania. In: FAILLA, Zoara (org.). **Retratos da leitura no Brasil 3**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Instituto Pró-Livro, 2012.

LIMA, Licínio C. **Aprender para ganhar, conhecer para competir**: sobre a subordinação da educação na “sociedade da aprendizagem”. São Paulo: Cortez, 2012.

LIPOVETSKY, Gilles. **A era do vazio**: ensaios sobre o individualismo contemporâneo. Barueri, SP: Manole, 2005.

MACHADO, Ana Maria. Sangue nas veias. In: FAILLA, Zoara (org.). **Retratos da leitura no Brasil 3**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Instituto Pró-Livro, 2012.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio da pesquisa social. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

PEREIRA, Marcos da Veiga. Transformar o retrato da leitura no Brasil – um desafio da sociedade brasileira. FAILLA, Zoara (org.). **Retratos da leitura no Brasil 4**. Rio de Janeiro: Sextante, 2016.

PIÚBA, Fabiano dos Santos. Por uma leitura dos “retratos” – desafios para o desenvolvimento social na América Latina. In: FAILLA, Zoara (org.). **Retratos da leitura no Brasil 3**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Instituto Pró-Livro, 2012.

PUCCI, Bruno. Teoria crítica e educação. In: PUCCI, Bruno (org.). **Teoria crítica e educação**. Petrópolis, RJ: Vozes; São Carlos, SP: EDUFSCar, 1995.

RAMOS, Graciliano. **Infância**. Rio de Janeiro: Record, 1986.

RIOS, Antonio Luiz; TORELLI, Luís Antonio; PEREIRA, Marcos da Veiga. Avanços na leitura: caminho para a formação de cidadãos ativos. FAILLA, Zoara (org.). **Retratos da leitura no Brasil 4**. Rio de Janeiro: Sextante, 2016.

ROSING, Tânia Mariza Kuchenbecker. Esse Brasil que não lê. In: FAILLA, Zoara (org.). **Retratos da leitura no Brasil 3**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Instituto Pró-Livro, 2012.

SAVIANI, Dermeval. DUARTE, Newton. A formação humana na perspectiva histórico-ontológica. In: SAVIANI, Dermeval. DUARTE, Newton (orgs.). **Pedagogia histórico-crítica e luta de classes na educação escolar**. Campinas, SP: Autores Associados, 2012.

SILVA, Ezequiel Theodoro da. A escola e a formação de leitores. In: FAILLA, Zoara (org.). **Retratos da leitura no Brasil 3**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Instituto Pró-Livro, 2012.

SZYMBORSKA, Wislawa. **Poemas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

VENTURI JUNIOR, Gustavo; TELLES, Helcimara de Souza. Opinião pública. In: GIOVANNI, Geraldo Di; NOGUEIRA, Marco Aurélio (organizadores). **Dicionário de políticas públicas**. São Paulo: Editora da Unesp, 2015.

WERTHEIN, Jorge. Leitura e cidadania. In: AMORIM, Galeno (org.). **Retratos da leitura no Brasil**. São Paulo: Imprensa Oficial: Instituto Pró-Livro, 2008.